

DA MINHA CASA PARA TODOS



A INSTITUCIONALIZAÇÃO DE ACERVOS BIBLIOGRÁFICOS PRIVADOS

ORGANIZAÇÃO

MARIA CELINA SOARES DE MELLO E SILVA

MUSEU DE ASTRONOMIA E CIÊNCIAS AFINS - MAST

Rio de Janeiro, 2018

DA MINHA CASA PARA TODOS



A INSTITUCIONALIZAÇÃO DE ACERVOS BIBLIOGRÁFICOS PRIVADOS

Textos apresentados no evento "Da Minha Casa Para Todos",
de 14 a 16 de setembro, Museu Imperial, 2016.

ORGANIZAÇÃO

MARIA CELINA SOARES DE MELLO E SILVA

MUSEU DE ASTRONOMIA E CIÊNCIAS AFINS - MAST

Rio de Janeiro, 2018

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Michel Temer, Presidente

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTIC

Gilberto Kassab, Ministro

Museu de Astronomia e Ciências Afins - MAST

Anelise Pacheco, Diretora

Coordenador de Documentação e Arquivo

Antônio Carlos Augusto da Costa

Produção Editorial

Museu de Astronomia e Ciências Afins - MAST

Revisão de texto

Maria Celina Soares de Mello e Silva

Revisão das Referências

Eloisa Helena Pinto de Almeida

Arte

Mauro Campello

Edição, diagramação e capa

Vitor Dulfé

Ficha elaborada pela Biblioteca do Mast

Bibliotecária – CRB7 nº 2935

D111 Da minha casa para todos: a institucionalização de acervos bibliográficos privados / organização Maria Celina Soares de Mello e Silva . – Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2018.
146p. : il.

ISBN: 9-788560-069828

Inclui Referência

Textos apresentados no evento “Da minha casa para todos”, realizado no Museu Imperial, Petrópolis (RJ), de 14 a 16 de setembro de 2016.

1. Bibliotecas particulares. 2. Coleções. 3. Arquivos pessoais. I. Silva, Maria Celina Soares de Mello e. II. Título.

CDU: 027.1

Sumário

Apresentação	04
Fabiano Cataldo de Azevedo	
Fátima Duarte de Almeida	
Maria Claudia Santiago	
Maria Celina Soares de Mello e Silva	
Tarcila Peruzzo	
Coleções e dispersão	07
João Luís Lisboa	
O processo de institucionalização da Biblioteca do médico	
Antônio Fernandes Figueira	25
Maria Claudia Santiago	
Os livros de Alexandre Metelo de Sousa Meneses (1687-1766)	
e as suas itinerâncias	36
Fernanda Maria Guedes de Campos	
TEMA 1 - Doação e captação de Coleções Bibliográficas para Instituições	
Públicas: fluxos, ações e implicações legais	53
Do privado ao público: analisando a formação e o desenvolvimento de	
coleções da Fundação Biblioteca Nacional	54
Rosângela Rocha Van Helde	
O projeto Memorial do Livro Moronguêta (mlm) e a salvaguarda	
da memória paraoara	66
Elisângela da Silva Costa	
Bibliotecas particulares na academia: considerações sobre a doação	
e captação de coleções bibliográficas para instituições públicas	75
Maria Lucia Beffa; Luciana Maria Napoleone	
As marcas extrínsecas nas bibliotecas particulares:	
o caso das dedicatórias	98
Stefanie Cavalcanti Freire	
TEMA 2 - Bibliotecas particulares e arquivos pessoais	114
Arquivos pessoais, acervos bibliográficos e objetos:	
uma integração necessária	115
Maria Celina Soares de Mello e Silva	
Lucia Alves da Silva Lino	
TEMA 3 - O colecionismo e as instituições públicas	126
A institucionalização da Brasileira de Maria Cecília e Paulo Geyer	127
Maurício Vicente Ferreira Júnior	
De meu acervo para o público: Francisco Ramos Paz e seus livros	135
Tania Bessone	

Apresentação

A publicação deste livro faz parte da discussão iniciada no Encontro “Da minha casa para todos: a institucionalização de acervos bibliográficos privados”, que foi realizada no Museu Imperial, Petrópolis (RJ), de 14 a 16 de setembro de 2016.

Este evento foi pensado a partir das experiências de doações que chegam à Biblioteca de Manguinhos, assim como daquelas que não chegam, e precisavam ser angariadas. Uma doação em particular fez-se motivadora na concepção deste Encontro: trata-se da aquisição do mapa *Accuratissima Brasiliae tabula*, doado pelo Hotel Riverside de Petrópolis ao acervo da coleção de obras raras e especiais da mesma Biblioteca. Esta aquisição, que atualmente se encontra na fase de assinatura do contrato final de doação, facultou a oportunidade de transformar o significado e o uso de um mapa do século XVII, que deixou de exercer uma função decorativa e estética, e passou a ser fonte de pesquisa para qualquer cidadão do mundo.

O objetivo do Encontro, assim como deste livro, é fomentar a discussão em torno da captação de bibliotecas particulares a serem incorporadas a acervos de instituições públicas e promover reflexões sobre conteúdos que permeiam o recebimento de coleções particulares. Gostaríamos também de chamar a atenção para a complexidade no processamento de bibliotecas particulares que chegam em instituições públicas. Acreditamos que são coleções que se configuram como recortes de uma vida, ou coleções transgeracionais, e como tais, repletas de memórias e metáforas.

Algumas questões como a importância das bibliotecas particulares para a pesquisa, instrumentos e implicações legais que podem ser aplicados na aquisição de coleções particulares, diferentes tipologias que podem aparecer em uma mesma coleção e o exercício da formação e desenvolvimento de coleções com base na incorporação de acervos privados, foram temáticas importantes na construção desta proposta.

Para a composição deste livro foram tomados como essência textos elaborados a partir dos trabalhos apresentados no Encontro e abrange, ainda, a colaboração de Fernanda Maria Guedes de Campos, que trata dos percursos por onde passaram os livros de Alexandre Metelo de Sousa Meneses, acervo particular constituído entre os séculos XVIII e XIX.

Para a organização deste livro, seguiu-se a lógica de distribuição temática do Encontro: uma mesa de abertura com os textos introdutórios apresentados, com uma abordagem sobre a compreensão do colecionismo pessoal e institucional, dos processos de reunir e dispersar coleções e de se considerar que estas fazem parte do contexto em que são produzidas, e textos sobre as sessões temáticas a seguir.

A disposição das mesas que foram formadas para o Encontro foram mantidas e distribuiu-se nos conteúdos deste livro, respeitando-se as temáticas em: “Doação e captação de Coleções Bibliográficas para Instituições Públicas: fluxos, ações e implicações legais”; Bibliotecas particulares e arquivos pessoais”; e “O colecionismo e as instituições públicas”. Os assuntos apresentados formam algumas das possibilidades a serem tratadas em torno dos acervos particulares e vão se relacionar entre si, como é o caso da interseção entre tipologias documentais advindas da aquisição de bibliotecas particulares.

O livro apresenta textos de caráter conceitual e imbuídos da proposta de uma reflexão diante do papel das bibliotecas particulares na formação de acervos públicos, a relação entre biblioteca particular enquanto espaço de memória e patrimônio bibliográfico e a abordagem do desenvolvimento de coleções perante a incorporação de outras coleções. O questionamento da finalidade de se aceitar uma biblioteca particular em uma instituição pública e o direcionamento no tratamento técnico empregado neste tipo de acervo adquirido, também são proposições presentes nesta publicação.

Um aspecto a ser considerado com os trabalhos que constituem esta publicação é a observação de experiências que diversas instituições expuseram visando desenvolver recursos e práticas na aquisição e tratamento de coleções particulares em instituições públicas. Pode-se observar em alguns trabalhos a implementação de tratativas antes mesmo do início do processo de institucionalização, buscando respeitar a unicidade e características das coleções a serem transferidas da esfera privada à pública.

Pretende-se, com a realização desta publicação, não somente divulgar os trabalhos trazidos para a realização do Encontro, como também evidenciar a importância e o universo muito próprio dos acervos particulares. Também pretende evidenciar como vários desses acervos particulares foram e são importantes na formação e desenvolvimento de coleções que estão postas ao grande público. Vale ressaltar que acervos particulares institucionalizados podem colaborar, inclusive, na formação do patrimônio cultural de uma nação.

Espera-se que o diálogo instituído nesta publicação possa instigar novos conhecimentos e revisitar alguns já consagrados. Debates e reflexões sobre a atuação em acervos que foram ou possam vir a ser formados por coleções particulares também são imprescindíveis na busca por uma atuação profissional que precisa ser constantemente aperfeiçoada. Para além disso, é indispensável considerar que cada conjuntura apresentada é única e precisa ser apreciada, principalmente quando trata-se da incorporação de coleções particulares em acervos públicos..

A entrega e a democratização do acesso de uma coleção particular a uma instituição pública são de grande valor para o ensino, pesquisa e ainda podem vir a colaborar em atributos históricos, simbólicos, culturais e sociais. As práticas de colecionismo por mais que sejam essencialmente individuais

e peculiares tem, em muitos casos, condição de produzirem uma herança patrimonial para todo um grupo social assim como conferir há muitas pessoas a chance de conhecer e usufruir desta herança.

Fabiano Cataldo de Azevedo

Fátima Duarte de Almeida

Maria Cláudia Santiago

Maria Celina Soares de Mello e Silva

Tarcila Peruzzo

Colecções e dispersão

João Luís Lisboa

A casa e o mundo discutem-se. Tal como Bimala não representa apenas a casa em oposição ao mundo do seu marido, Nikhil, na célebre novela de Rabindranath Tagore, *The home and the world* (1916), percebemos as múltiplas matizes e complexidade que esta aparente contradição comporta. A casa não é apenas o espaço exclusivo e o mundo é mais do que o espaço dos outros. Dentro e fora, vida privada e socialização, tradição e modernidade, sentimento e razão, nação e império, local e universal, o que é nosso e o que é de todos, o sentido de propriedade e o sentido de reconhecimento e de apropriação. A casa e o mundo contrapõem-se e complementam-se, e não existe uma sem o outro. Relembro Tagore também pelo papel que os seus textos tiveram em gerações de gente de cultura, no fomento de ideias de emancipação e de progresso, ao longo do século XX, em todo o planeta.

A construção das bibliotecas, da sua ideia e dos seus conjuntos, faz parte desse processo. As grandes bibliotecas, entendidas como reserva de todo o saber da humanidade, são casa e são mundo, espaços concretos e convergência do saber universal, porventura virtual, aspiração de sempre.

O mundo não será sempre todo o mundo, nem toda a gente, mas permitam-me que use este binómio, mudando assim um pouco o segundo termo do título “Da minha casa para todos”, de modo a desenvolver algumas reflexões, que exporei em 6 pontos. Abro assim, desde já, o meu jogo.

1. A relação entre a casa e o mundo não equivale à relação entre o privado e o público. A casa não é sempre uma expressão de individualidade, mas de comunidade mais circunscrita, enquanto os mundos de que se compõe o mundo não pressupõem sempre as relações de reciprocidade e de equidade presentes na noção de público nos últimos duzentos anos.
2. O modo como se transformaram os pesos relativos de uma e de outro não tem apenas um sentido. Constrói-se o mundo construindo a casa, e há um caminho do mundo para a casa, caminho que leva ulteriormente a revalorizar o mundo. Ou seja, embora pensando em grandes bibliotecas “do mundo”, temos de olhar para o caminho percorrido pela casa, realizando-se enquanto espaço dos livros, antes de se chegar aos projectos das grandes bibliotecas públicas, e mesmo quando estas existem, como apropriação/atenção diferenciada, plural e constante da vida dos livros, dos editores, dos livreiros, dos autores. Sem casas para os livros, desapareceriam todos.

3. Na casa, como no mundo, é central a ideia de colecção, as suas fronteiras, os seus critérios, os seus objectivos. Falamos de conjunto, de fundo, de património, com os diversos sentidos que estas palavras têm. No mundo pode haver a ilusão do “tudo”, sem limites, e portanto também sem rumo. A colecção compõe-se de peças. De livros, no que nos diz respeito. Essas peças são de natureza diversa, mesmo entre os livros, mesmo assumindo que nos entendemos quando falamos de livro. Há as únicas, há as raras, há as relevantes (por algum motivo) e há tudo o resto que se conserva e mantém porque é parte do amplo conjunto de tudo o que foi produzido.
4. A colecção, bem como quem a constitui, tem um perfil, moventes, traços que permitem o sentido do que se acrescenta ou do que se completa, com funções diversas, tanto no que respeita os acervos públicos como os das casas, entre preservação e batalha, entre utilidade imediata e espaço de prazer. Reconhecer o lugar que os acervos nas casas foram tendo e têm ainda para a afirmação da cultura escrita é também conhecer gente, gostos, práticas. O retrato de uma casa ajuda a perceber um pouco da realidade onde ela existiu. O seu recheio é, assim, mais do que recurso para colecções maiores, um objecto relevante de conhecimento.
5. Na casa também, mas sobretudo no mundo, é fundamental articular o físico e o virtual, sendo que o primeiro nível é o das peças concretas, os livros que se conservam e que, juntos, fazem um determinado sentido, e o segundo nível é o dos elencos possíveis, os inventários do que se ambiciona ou se entende como parte de um vasto conjunto, tantas vezes impossível de reunir fisicamente, mas que se assume como existente. Esta articulação teve origem muito antes da revolução digital, e antes até do impresso, significando que uma comunidade reconhece o seu património textual, e insere nesse património os elementos que identifica, estejam ou não presentes materialmente.
6. Ao colocar estas questões, sublinho a sua vertente crítica, nas duas dimensões de compreender a complexidade daquilo de que falamos, sobretudo no tempo, e de agir sobre a realidade de cada momento, numa perspectiva de presente e de urgência, e não apenas porque se prepara um futuro (mais ou menos) longínquo. O historiador e o bibliotecário preocupam-se com ambas as perspectivas. Não há separação entre aquele que entende e aquele que arruma. Ambos criticam e decidem, respondendo à consciência de cidadania.

A discussão destes temas afirmando uma atitude crítica parece-me muito oportuna e vem no seguimento de décadas de reflexão e de acção. Quero aqui prestar a minha homenagem a todos os que, por esse mundo fora têm contribuído para este trabalho. Referindo em concreto o Brasil, quero saudar os agentes das políticas que, desde o início do século XXI, neste campo, contribuíram para o progresso cultural e para a inclusão social, para

a apropriação colectiva do património literário e científico universal, como perspectivas indissociáveis.

1. Devemos assumir a noção de casa como problema. Qual a distinção entre o que é do mundo e o que é das grandes casas? As casas dos reis, desde logo?

Em 1563, o Duque de Bragança D. Teodósio juntava uma colecção admirável para o seu tempo, colecção de que se fez um inventário com cerca de 1600 entradas, abarcando matérias várias. Um acervo excepcional, longe das grandes capitais, testemunhava o interesse de um grande do reino pelos livros e pelos estudos. Perante este tipo de documentos, surge sempre a dúvida sobre o que o senhor lia e qual o papel de tanto livro na sua casa. A singularidade da biblioteca tem de ser entendida no seu tempo.¹

Grandes acervos existiam em algumas instituições religiosas, que os conservavam para uso próprio ou abriam a algum leitor curioso que lhes fosse bater à porta. Mas os grandes senhores no século XVI tinham normalmente outras prioridades e, mesmo do ponto de vista social, as letras não eram elemento que enobrecesse o perfil de um senhor, ou de uma família. O *topos* da oposição entre a espada e a pena ainda pesava mais do lado do ferro do que do lado do papel e do pergaminho. Por outro lado, a aspiração à virtude e à busca da espiritualidade eram satisfeitas em poucos volumes que se podiam usar repetidamente, sem terem de formar um conjunto assinalável.

A quantidade e a variedade são, pois, estranhas, fora de uma biblioteca monástica. E mesmo considerando os dados sobre os livros dos reis, neste tempo, a dimensão é incomparável, tendo em conta que, de um lado temos conjuntos de dezenas de livros e, do outro, o milhar e meio daquela de que falamos. O que seja a biblioteca de uma casa real no século XVI pode ser entendido pelas listas que sobreviveram, mas também pelo seu destino. A biblioteca de D. Manuel, a maior até ao seu tempo, tinha mais de 100 títulos. Dela diz o cronista Gaspar Correia que “per sua morte ficaram livros tantos que todos seus filhos ficaram cheios deles”.² E, no entanto, é bem modesta a lista que nos chegou do seu filho, o rei D. João III, com poucas dezenas de livros essencialmente de espiritualidade. Também Dona Leonor, a viúva de D. João II e irmã de D. Manuel, é conhecida como mulher de cultura e de livros, que mandou traduzir, copiar e publicar. Um legado parcial que faz ao Convento da Madre de Deus inclui 82 livros, entre os quais não se conta o conhecido *Vita Christi*, de 1495, que ela própria mandara publicar.³

1 Esta documentação foi a base do projecto de investigação “De Todas as Partes do Mundo: O Património do 5.º Duque de Bragança, D. Teodósio I”, PTDC/EAT-HAT/098461/2008, coordenado por Jessica Hellett, no CHAM, UNL, Univ. Açores.

2 Buescu, 2016, p.56.

3 Buescu, 2016, p.59.

Ana Isabel Buescu compara estas e outras bibliotecas europeias do tempo, ou pouco anteriores, onde dois elementos se repetem: poucas dezenas ou poucas centenas de livros que, regra geral, se dispersam por morte dos seus proprietários.

Face a este cenário, como encarar a colecção de D. Teodósio? Sendo inegável a importância que conferia aos livros, o seu conjunto não corresponde a escolhas puramente individuais ou familiares. Não se trata de gostos pessoais de leitura, mas de um fundo adequado ao desenvolvimento dos estudos no Reino. Em vez dos pequenos conjuntos de obras de devoção e de crónicas que se arrumavam nas estantes dos palácios reais nessa altura, D. Teodósio possuía livros dos géneros necessários aos estudos gerais, com destaque evidente para a Teologia, mas também com lugar para a Medicina, o Direito, a História, em particular os autores clássicos, Oratória e Gramática, a Filosofia, a Matemática, a Arquitectura... Os seus livros são os da sua casa, mas são também os de um projecto gorado de universidade em Vila Viçosa, extensão da importância da casa. A casa afirma-se pela promoção dos estudos e de uma biblioteca, virada para o Reino. Afirma-se ainda mais quando, pelos dados disponíveis, a própria universidade de Coimbra tinha um fundo muito mais reduzido, com cerca de 340 títulos, em finais desse mesmo século.⁴

Quando pretendemos saber que destino terá sido o desse grande acervo, entendemos a relação permanente entre colecção e dispersão. Como no caso dos reis mencionados, após cuja morte os livros partiram em várias direcções, espalhados por familiares ou por instituições religiosas, não existe sinal da localização dos livros de D. Teodósio. Admitimos que não foram todos engolidos por calamidades da natureza, a mais importante das quais, no que diz respeito a livros, foi o terramoto de 1755. Lembremos o cuidado colocado por António Pereira de Figueiredo, em cima do acontecimento, a enumerar as riquezas bibliográficas perdidas nos vários palácios em ruínas, a do rei, a do duque de Lafões, do Marquês do Loureço, do Conde de Vimieiro, além das bibliotecas das comunidades religiosas.⁵

O principal motivo de dispersão, no entanto, relaciona-se com as dinâmicas próprias das casas, as mudanças, as partilhas por morte, as doações, a alienação de bens. Se, em França e em Inglaterra, desde o século XV as bibliotecas reais começam a ganhar uma dimensão institucional e a estabilizar-se, esse é um processo longo em que a casa do rei se vai separando das casas senhoriais, sendo o livro elemento de distinção.

Já no século XVIII, quando a importância social do livro está consagrada, e a estabilidade e crescimento das grandes bibliotecas é um valor reconhecido, vemos como a colecção e a dispersão continuam associadas, também na relação entre a casa e o mundo. E vemos como as casas se fazem e se

4 Buescu, 2016, p.71.

5 Figueiredo, 1756, p.16.

desfazem, arrumando-se ou começando novos acervos. Entre os principais exemplos temos os das grandes bibliotecas joaninas. D. João V ficará para sempre associado a duas grandes bibliotecas, a da Universidade de Coimbra e a do Palácio de Mafra e, numa escala mais reduzida, também à do seu próprio palácio. Ao fazê-lo, mostra a importância política que confere à colecção e disponibilização do saber, incluindo na sua dimensão arquitectónica e visual, autonomizando-se o que é do domínio privado do rei do que é do domínio da Coroa e das instituições a ela ligadas. Mas para o fazer, depende da natureza necessariamente dispersiva do comércio livreiro. Tem recursos e aplica-os a resgatar livros que estavam a sair de bibliotecas que se desfaziam nessa primeira metade do século XVIII. Um projecto, sediado na Biblioteca de Mafra, dirigido por Tiago C.P dos Reis Miranda, procura estudar precisamente a proveniência dos livros desta colecção.

Outro caso exemplar é o de Frei Manuel do Cenáculo, meio século mais tarde. Temo-lo como grande contribuinte para a formação de diversas bibliotecas, entretanto tornadas públicas, a de Beja, a de Évora, a da Academia das Ciências, além da própria primeira biblioteca pública da Corte. Mas esse facto pode levar a esquecer que os seus projectos, cuja dimensão de intervenção cultural e doutrinária eram explícitos, estavam associados à sua dimensão de bibliófilo para quem não é sempre clara a distinção entre o que são livros adquiridos pessoalmente e aqueles destinados às bibliotecas institucionais para que contribuiu, ou os que mudam de destino.

Ainda no que respeita à relação entre casa e mundo e como a colecção e a dispersão estão associadas, o destino das bibliotecas religiosas, grandes ou pequenas, é exemplar. Os modos que levaram ao seu acrescentamento, para além de dependerem das opções e recursos de cada ordem, incluíram a cópia, a compra, a doação e a herança. Ou seja, eram bibliotecas que cresciam pelas suas próprias opções e trabalho, mas também pelo inevitável fenómeno de dispersão de outras casas. Em seguida, elas próprias sofrem os abalos de que se alimentavam. Ainda no século XVIII muitos milhares de exemplares das bibliotecas jesuítas foram redistribuídos. Depois, o mesmo acontece com todas as outras bibliotecas monásticas durante o período liberal. Partindo de um carácter de casa com uso parcialmente público, transformavam-se, justamente por um processo de dissolução e dispersão, nos núcleos patrimoniais mais significativos das grandes bibliotecas públicas desde o século XIX.

2. Existem situações diferentes no modo como se relaciona o que é da casa e o que é do mundo, assumindo que palavras como público e privado são enganosas. E temos um processo em que as casas crescem, a par de uma dimensão pública do acesso ao livro, antes de podermos falar de bibliotecas públicas, ou do acesso de todos ao livro. Entre os séculos XVI e XIX é manifesto um movimento que reforça a casa como lugar do livro. São dois os factores desta evolução. O mais visível é a multiplicação dos exemplares, possibilitada pela imprensa, questão que retomaremos

adiante. Outro factor é a transformação social que valoriza essa entrada do livro nas casas. O prestígio do livro já justificava nalgumas bibliotecas religiosas, havia vários séculos, a vontade de acrescentar, de tornar maior a colecção. A partir do século XVI, esse elemento também vai valer para o estatuto das casas senhoriais ou burguesas. Mas o essencial está na forma como a cultura escrita se torna indispensável para muitas actividades, o modo como a quantidade de informação obriga a consultas frequentes, como o acesso directo aos textos ganha o quotidiano feito até aí de mediações e de vozes. Os livros, sempre associados a formação especializada, e sempre presentes nas casas de médicos, juristas e teólogos, ultrapassam barreiras e normalizam-se.

Mesmo dentro de cada profissão, deixam de estar confinados ao estritamente necessário e ao socialmente obrigatório. Os médicos, por exemplo, desde sempre entre aqueles que possuíam livros em casa, teorizam e justificam essa atitude. No século XVII, Rodrigo de Castro escreve que, para além do que se tinha de conhecer de memória (que corresponde ao fundo tradicional do saber), o médico precisava de dois tipos de livros. Precisava dos livros especializados e de consulta constante, não passíveis de memorizar mas não podia ignorar a vastidão de textos em todos os domínios e que fariam dele um profissional sensível e informado, mais apto a entender os males que tem de tratar. Tinha de os ter lido, e tinha de os conservar.⁶

Esta abertura corresponde ao lugar que o livro passa a ocupar entre as elites, mesmo que nem todos os valorizem do mesmo modo. Certamente um boticário tem livros diferentes dos do teólogo, ou dos do diplomata. Vemos essa diferença representada nos catálogos que chegaram até nós, mesmo descontando as idiossincrasias pessoais, mais visíveis em colecções numerosas. A regra é de que o livro, conquanto continue a ser um objecto valioso, deixou de ser uma raridade classificável ao lado das jóias e das tapeçarias. Ganhou foros de normalidade ou mesmo de necessidade. As novas fronteiras de distinção, neste campo, estavam nas preciosidades que eventualmente sobressaíam, certos manuscrito, certas encadernações, e já não o simples facto de haver livros em casa.

As colecções privadas são, a partir do século XVI, um índice de penetração da cultura escrita, e da sua importância social. Grandes e pequenas colecções dão testemunho desse facto, embora de modo diferente. Outras distinções são as que resultam de conjuntos formados em ambientes socialmente distintos. Mas o conjunto destas colecções e o simples facto de elas existirem, eventualmente de competirem entre si, transformara o lugar do livro no quotidiano. O que era da ordem do ouvido passa a ser da ordem da leitura. O que era da ordem do acesso excepcional passa a estar quotidianamente ao alcance de uma grande parte das elites sociais na Europa moderna. O que não

6 Castro, 2011.

distinguiu as pessoas senão em pequenas margens, passa a ser uma forma de distinção e mesmo crescentemente de exclusão.

Não ter livros, ou não saber ler, passa progressivamente a ser um problema e um campo de luta. Se o livro exclui, também pode ser terreno de mobilidade social. Ter ou não ter acesso a livros é campo de batalha sobretudo desde o século XIX, por duas vias: a da sua disponibilização em espaços públicos e a da sua disponibilização comercial em condições vantajosas. Ou seja, juntam-se interesses comerciais e sociais na entrada dos livros em casa.

Ao mesmo tempo, o livro também cresce como instrumento de prazer. Sê-lo-á cada vez mais, trazendo sempre incomodidade, conflito, desconfiança. A zanga dos escritores do século XIX contra os romances baratos que criadas, soldados ou lojistas compravam (ou seja, liam em casa), tem antecedentes ilustres.⁷

Alguns desses antecedentes são do início da própria tipografia, quando se erguem vozes contra os maus livros que se multiplicam e, ao mesmo tempo, contra a realidade tremenda que era o facto de “todos” poderem gastar dinheiro em livros mais baratos. Esse “todos” repetir-se-á de cada vez que se nota o crescimento dos conjuntos de leitores, e a dessacralização da leitura, cada vez que o livro entra em casa das pessoas. Sabemos bem que esse “toda a gente” não existe. É expressão do medo de se perder autoridade, exclusividade. Veja-se este exemplo, retirado de uma exposição de 1473 ao Doge de Veneza:

Graças aos livros impressos, os jovens delicados e as meninas inocentes aprendem o que quer que corrompa a pureza da mente e da carne, imaculada sem o fétido pecado. Os impressores ensinam a luxúria com a qual devoram grandes fortunas. Oh Deus! Oh misericórdia! Oh Santa fé digna de veneração! O que fazeis, oh nobres senhores! Fazem falta os vossos esforços. Enquanto for mais apreciado o doce do que o honesto, multiplica sem vergonha tudo o que move Vénus. Por preços muito reduzidos imprimem o que cada um acumula em abundância para si próprio, e assim, até os asnos se põem a estudar. Os impressores engorgitam vinho, ressonam sepultados pelo luxo, zombam. O itálico está nos estúbulos. É forçada ao exílio a nobre arte dos copistas que nunca conheceram qualquer outra actividade senão a de escrever bem (tradução nossa).⁸

A par do crescimento de colecções institucionais, o que marca estes séculos é a entrada dos livros nas casas, a formação de conjuntos pessoais ou familiares, pequenos ou grandes. Ou seja, o movimento mais relevante não vai da casa para o mundo, mas do mundo para a casa. E, se alguns têm colecções de nota, com exemplares importantes, há também um sentido no espalhar dos livros pelas casas, mesmo na banalidade dos exemplares.

7 Ver, por exemplo, Ramalho Ortigão e Eça de Queiroz em *As farpas*, Lisboa, Typ. Universal, Maio 1871, p.30. e Camilo Castelo Branco em *Revista Universal Lisbonense*, n. 44, agosto de 1842, p. 523.

8 Stampa Meretrix, 2011, p. 49 e 51.

Trata-se de uma evolução sublinhada pelo famoso paradoxo do modo como Kant enunciava a sua concepção de “espaço público” ou, procurando os seus próprios termos, o “uso público da razão”.⁹ O assumir do uso público da razão depende dos indivíduos enquanto indivíduos, através de instrumentos e de espaços que são os da sua existência privada, nitidamente separadas das suas obrigações públicas (entendidas como situações particulares, e portanto privadas). O público que emerge resulta da afirmação de casas e de órgãos privados. O que é do Estado, das instituições religiosas ou militares, é colocado por Kant, por paradoxal que possa parecer, no domínio do privado na medida em que o indivíduo nessas circunstâncias deve respeitar obrigações específicas e não pode falar com todo o mundo. O que nasce na sua casa ou entre cidadãos livres permite a universalidade que corresponde à noção de público, em Kant. Dir-me-ão que isto seja apenas uma questão de léxico. Mas o motivo que me leva a falar destas ideias é que a socialização burguesa na Europa, que importa a Kant como espaço de discussão de ideias, nasce de baixo para cima. Nasce das casas, onde passou a haver livros e onde estão os cidadãos que escrevem para “todas as pessoas”, em jornais e revistas que não pertencem a nenhuma instituição estatal ou religiosa.

Com a casa, cresce o uso, o acesso à informação e ao saber partilhado, o deleite, mas também a afirmação de estatuto do livro (e dos jornais), e a sua assunção como instrumento de mobilidade social. Aquele objecto (livro) faz ou não faz parte do meu (nosso) quotidiano, das minhas (nossas) necessidades, da minha (nossa) paisagem vital? Ou é repositório de informação que estará disponível em dispositivos ao nosso alcance? Esta a distância que separa a casa e o mundo, até há poucas centenas de anos.

3. Regresso à questão antes enunciada, onde se interroga o modo como o advento da imprensa e a transformação dos livros em séries alteram a relação entre a casa e o mundo. Ou melhor, como permitem que o livro entre nas casas. Há aqui um factor quantitativo evidente. Mas esse factor está associado a aspectos qualitativos, de concepção e de prática, e não apenas enquanto consequência.

As colecções de dezenas de títulos como a da Rainha Dona Leonor ainda eram compostas em grande medida por manuscritos. E os manuscritos, mesmo reproduzindo textos conhecidos, são sempre peças únicas. A imprensa vem alterar as possibilidades de acesso aos textos, mas também a concepção das peças que deixam de ser únicas. Passam a ser exemplares que se repetem. Porventura para aqueles que tinham manuscritos até ao século XV, esses livros eram sobretudo os textos depositados, os mesmos textos, ainda que com diferenças, que circulavam noutras cópias.

A raridade de cada cópia desloca o valor do texto para o objecto. Ao contrário da voz, que reproduz textos decorados, alterando-os, mas sempre disponível, a cópia manuscrita mantém um estatuto de preciosidade, estatuto

9 Kant, 1784.

acrescentado quando a cópia é encomendada para produzir um efeito de tesouro, quando a produção do exemplar é cultivada, quando tem iluminuras, quando a encadernação é ela própria preciosa e contribui para arrumar um livro entre as jóias, nos inventários. O mesmo sucede com o livro impresso se nele existem notas manuscritas de alguém famoso onde se reconhece uma mão, um momento, porventura do próprio autor. Os elementos materiais reforçam uma característica que é já a do manuscrito. Um codex iluminado de um título que se copia repetidamente é único também como uma obra de arte.

A reproduzibilidade técnica, ao promover, como afirma Walter Benjamin, o afastamento da tradição, cria uma nova realidade cultural, pela multiplicação do que parece ser o mesmo, e pelo aparente despojar da sacralidade do objecto, aquilo a que chama a perda da sua aura. Banaliza-se o objecto e banaliza-se o acesso, democratizando-o. Produz-se um efeito em que um grande número pode chegar em simultâneo ao mesmo texto e, aparentemente, ao mesmo objecto, em bibliotecas públicas, em livrarias, em casa e, agora, nos ecrãs. A relação entre texto e suporte muda, na medida em que aquele, simultaneamente, se fixa e se liberta. Fixa-se porque, ao reproduzir-se, impõe uma versão. Liberta-se porque deixa de depender de um suporte específico. E torna-se mais dificilmente resistível.

Então porque é que a diferença de concepção não é apenas consequência do número? Porque a diferente necessidade, e também a diferente consciência da necessidade, forçam a mudança do que é tradição no que é apropriação, do que é excepcional no que é normal. Essa dessacralização não é um acaso, mas um resultado, já contido nas condições que levam à existência da série.

No coleccionador, essa diferença também tem consequências, uma vez que é bem diverso procurar o que é único ou muito raro, e o que é um exemplar de uma série. A personagem ficcionada por Susan Sontag em *O amante do Vulcão*, William Hamilton, representante britânico em Nápoles em finais do século XVIII, expressa esse dilema.

As grandes colecções são vastas, não completas. Incompletas: motivadas pelo desejo de completamento. Há sempre algo mais. E ainda que tenhamos tudo - seja o que for -, haveríamos de querer uma cópia mais perfeita (versão, edição) daquilo que possuímos; ou sendo objectos produzidos em série (cerâmica, livros, artefactos), simplesmente uma outra cópia, para o caso da que possuímos se perder ou partir ou se estragar. Uma cópia sobresselente. Uma colecção sombra.¹⁰

As obsessões do coleccionador oscilam entre aquilo que junta e aquilo que deve alienar, ou que perde. Trata-se quase de um jogo que faz e desfaz os limites do que colecciona, sem fronteiras predeterminadas. Aquilo de que se desfaz (dolorosamente) permite, pelo rendimento obtido, a recomposição

10 Sontag, 1998, p.83.

do conjunto. Esta atitude leva-nos a pensar em grandes coleccionadores que oscilam entre o conjunto e a peça, sendo que o conjunto tem, em todo o caso, um perfil. A brasileira de José Mindlin é um exemplo onde se privilegia a pertença a um conjunto, ainda que tenha peças únicas. E há aqueles que sofrem pela peça, desfazendo e refazendo a colecção, ao sabor do que podem acrescentar e do que têm de trocar, como acontecia com Pina Martins, que relata encontros e desencontros com raridades quatrocentistas e quinhentistas, num processo de apuramento incessante, onde a perda e a aquisição são deliberadas. Deste esforço resulta hoje um rico fundo documental renascentista adquirido por um banco, entretanto desgraçado em tempo de volatilidade financeira. Mas a colecção lá está, com as suas edições aldinhas, as suas utopias... agora aparentemente mais estável e resistindo à dispersão.

Quando a colecção procura os textos, a qualidade da edição certamente conta, mas o seu suporte pode não ser o que interessa ao coleccionador. Quem procura tem muitas opções. Mas quando se pretende uma peça rara ou única, a atitude é mais restritiva. É a unicidade de um objecto que conta. Isso leva a que a relação que cada peça estabelece com as outras seja variável (e daí também os perfis constituídos, os dos conjuntos e os dos de quem os formou). A ideia de colecção completa muda, conhecendo-se bem as fronteiras do possível, ainda que dificilmente acessível. A raridade é valor independente do valor estético ou histórico de um livro.

O coleccionador privado e a instituição têm posicionamentos diferentes perante o único e o múltiplo, mas com pontos comuns e em grande medida convergentes. Casas e mundos definem, destinam e distinguem. Como a casa, o mundo escolhe. Não acumula indiscriminadamente, embora em escalas diversas. Hoje é pacífica a prioridade de instituições na aquisição e preservação de exemplares escolhidos, raros ou únicos. Essa prioridade beneficia, ela própria, na maior parte das vezes, de fenómenos de dispersão. Casos como os das Biblioteca Mindlin ou Pina Martins são mais raros do que os exemplares que conservaram.

Edições originais, como a da *Bíblia* das 42 linhas, de Gutenberg, os *Lusíadas* de Camões, ou o *First Folio*, de Shakespeare, não são raras, ainda que muito valiosas. Mas são também obras abundantemente reproduzidas, como o conjunto de títulos que, em cada comunidade, se considera o património textual básico. Falamos, então, de colecções completamente diferentes. Aquelas que, públicas ou privadas, consideram dever incluir (e proporcionar), um conjunto de títulos indispensáveis, procura a edição de qualidade no sentido do trabalho sobre texto e informação. Mas não se atém a critérios de preciosidade material e, em caso de faltas, recorre-se às edições disponíveis no mercado. A reprodução está ao serviço de quem colecciona, sendo que aqui o sentido de colecção é amplo. Podemos estar a falar de uma biblioteca universitária que queira todas as obras disponíveis de Aristóteles, por exemplo.

Outra é a lógica da colecção das peças extraordinárias. A brasileira de Mindlin não replica o comportamento de uma grande universidade brasileira onde os mesmos textos, em edições correntes, poderão ser encontrados. Há uma dimensão patrimonial e, também aqui, instituições e particulares podem ser concorrentes e complementares. Já não falamos do património textual, mas do património material, que a comunidade entende dever preservar e para cujo efeito encarrega as bibliotecas nacionais ou algumas bibliotecas especializadas, mas que também reconhece em colecções particulares. Hoje, a relação entre uma e outras, que no limite podem significar a incorporação, depende sobretudo da informação, da classificação e das regras de acesso. As instituições devem ser zelosas, mas sem a inveja que se atribui ao coleccionador privado.

4. Grandes bibliotecas públicas e muitas bibliotecas privadas (pequenas e menos pequenas) cruzam-se sobretudo em incorporações, tantas vezes discretas, onde aquele que possuía um livro já desapareceu. Os casos de acervos com nome, não sendo raros, não são a regra. As grandes bibliotecas estão atentas a milhares de colecções que se desfazem e onde podem encontrar os exemplares que fazem falta. Mas a atenção à casa, mais uma vez, ultrapassa o interesse desses exemplares. Olhamos para cada casa, inventário ou colecção física, como quem olha para um retrato que tem significado.

Em 1993, aquando das negociações entre o estado e os herdeiros de Fernando Pessoa, discutiu-se a questão da sua biblioteca. O seu espólio, os seus manuscritos, eram assunto resolvido. Mas pretendia-se apurar se os livros que tinha conservado, tantos aparentemente banais, eram ou não do interesse público. A casa Fernando Pessoa, em Lisboa, possui hoje uma grande parte desses livros, sendo que estão identificados também os que se mantêm noutras mãos.¹¹ Claramente o que interessava não era os exemplares que não existiam nas bibliotecas públicas, embora esse seja um argumento presente. O que interessava era o que ficávamos a saber sobre a casa e a cabeça de um leitor muito especial.

Nas casas museu dedicadas a gente que a história consagrou, as bibliotecas são, como outras divisões, o quarto onde dormiam, a sala onde trabalhavam, ensaios de reprodução de algo que desapareceu. Na casa azul de Frida Kahlo, nacidade do México, ou no escritório do poeta Afonso Lopes Vieira, reconstruído no interior da biblioteca Municipal de Leiria, vemos os livros num ambiente recriado, que se pretende verosímil. Livros e salas dialogam com outros objectos e a institucionalização desses espaços obedece a uma narrativa sobre os visados. O que se procura imortalizar é, além de um espaço, um momento dessa colecção, como se esse momento se tornasse perene. Na casa do exílio de Victor Hugo, em Guernsey, no segundo andar, existem algumas vitrinas concebidas pelo escritor para a sua biblioteca que hoje se

11 Disponível em: <<http://casafernandopessoa.cm-lisboa.pt/bdigital/index/bibParticular.htm>>.

pode visitar, mas não consultar, à excepção de alguns volumes que foram para a biblioteca da casa Museu em Paris. Trata-se de uma biblioteca de exílio, com muitos livros que lhe foram sendo enviados, e alguns que ele próprio levou ou adquiriu. Mais uma vez é um fragmento de vida.

Esses retratos não são muito diferentes dos que podem ser feitos em estudos impressos sobre as mesmas personagens, excepto que esses estudos, não podendo apresentar as peças físicas, podem em contrapartida, tornar mais complexo o retrato do leitor.

A musealização das casas é, ao mesmo tempo, mais atraente e mais difícil do que o trabalho sobre inventários. Partilha com estes o facto de fixar um momento, e de portanto não pretender ser toda uma vida. A maior estabilidade das grandes bibliotecas institucionais choca com a instabilidade inevitável das colecções particulares. Aquilo que, para as grandes instituições, são acontecimentos excepcionais, o terramoto de Lisboa, o bombardeamento de Dubrovnik, as cheias de Florença, a viagem transatlântica de uma colecção real, é a própria vida das casas.

“Que livros gostaríamos ou poderíamos levar connosco?” é uma pergunta que todos se fazem e a que alguns tiveram de responder. O caso dos livros de Walter Benjamin é, a vários títulos, exemplar. As suas considerações sobre a dessacralização da obra de arte são compatíveis com o seu espírito de coleccionador. Assumido bibliófilo, refere no que escreve as atribulações dos livros que tem e vai perdendo, entre deslocações voluntárias, forçadas, e outras contingências. Em 1923, a crise económica na Alemanha obriga-o a vender uma carta de Martinho Lutero. Em 1929 é o divórcio que provoca novas separações, em particular os seus amados livros infantis que viajaram para Itália, para Inglaterra, antes de serem comprados, no fim do século por uma biblioteca universitária em Francoforte¹². Quanto às suas deslocações, Benjamin viaja com frequência, em virtude dos seus estudos, entre Berlim e Friburgo, Munique, Berna e Francoforte, com estadias mais ou menos longas noutras cidades europeias, entre a Espanha e a União Soviética. Mas em 1933 terá de fugir para Paris, onde muda com frequência de casa e chega a ser detido. Nas vésperas da entrada das tropas alemãs na cidade, em Junho de 1940, tem de escapar de novo. Uma parte dos seus livros tinha viajado por outros caminhos, passando pela casa de Brecht na Dinamarca, antes de se juntarem temporariamente, em 1938, ao desolado coleccionador em Paris. Como se sabe, acabou por se suicidar em Portbou, na fronteira espanhola em Setembro de 1940. Não é certo o que aconteceu ao conjunto dos livros que lhe chegaram da Dinamarca, embora saibamos que a parte mais importante dos papéis, confiada a Georges Bataille, estava escondida na Biblioteca Nacional de Paris.

12 Benjamin, W. 2001, p. 9 e 10, 27-28.

A Biblioteca Nacional de Paris foi, durante esses anos, o lugar onde permaneceu de forma mais duradoira e, ironicamente, o lugar onde mais tempo iriam passar alguns dos seus papéis, os que não foram transportados para a Alemanha pelas tropas nazis, e não foram amontoadas conjuntamente com os livros de outros judeus deportados, perto da gare de Austerlitz, lugar actual da BNF. O que resulta deste relato é uma ideia fragmentada de colecção de que nenhum catálogo ou listagem poderia dar conta.

Dir-se-á, com razão, que esta é uma situação limite, mas quando dizemos que a instabilidade é a natureza das bibliotecas particulares pensamos em muitos outros exemplos, acessíveis em milhares de catálogos, sobretudo produzidos para leilões, mas também pelos possuidores das bibliotecas. E este é um exercício que se pode fazer com muitas colecções, independentemente de se conseguir localizar os livros, ao fim de anos ou de séculos. Um exercício desse tipo foi feito por Manuela Domingos para a biblioteca de José Pessanha, diplomata português do século XVIII, e por Fernanda Campos, para as bibliotecas religiosas de Lisboa. Confrontam-se vários catálogos com os exemplares que se podem identificar actualmente na Biblioteca Nacional de Portugal.

Estes catálogos são uma fonte muito abundante para as perguntas que podemos fazer, muito para além da mera listagem de existências. Testemunho de dispersão, em grandes dimensões, o catálogo também conserva a memória do que dissolve. Ironicamente, os leilões têm um papel semelhante ao das doações, que pretendem consagrar uma casa, um nome e evitar a dissolução de um fundo. Temos à nossa disposição muitas centenas de catálogos do século XIX e XX onde se apresentam conjuntos coerentes, prestes a desfazer-se. Casas onde se colecionava sobretudo Machado de Assis, ou sobretudo Camões, ou Bocage, ou Camilo Castelo Branco, o que eles escreveram e o que sobre cada um deles se escreveu, essas casas dissolvem-se alimentando outras bibliotecas onde essas mesmas obsessões já existem, e suprimindo ao mesmo tempo as falhas das grandes bibliotecas públicas. E o catálogo aí está para memória futura, onde o livro mostra práticas culturais, gostos, manias, parte jogo, parte fetiche, parte movimentações comerciais, em tempo de massificação.¹³

5. O catálogo de um leilão mostra-nos a casa como foi num dado momento e como no registo permanece. Esta é uma situação em que a casa se fixa como colecção virtual, no catálogo, e em outros dados que (re)constroem uma existência num tempo. Estuda-se casas, gente, a partir de indícios e constitui-se um quadro, porventura diferente do que as estantes conheceram, porque feita do cruzamento de informações extemporâneas. Outra situação é a de quem tem livros emprestados. A biblioteca virtual tem-nos como parte de um conjunto, mas não se pode saber quando regressam, ou sequer se regressam.

13 Sequeira, 1924, é exemplo desse jogo.

Mas as bibliotecas virtuais têm uma história antiga. A representação de um património textual está presente, por exemplo, nas narrativas homéricas, na colecção dos textos sagrados, nos ciclos do Graal. A noção da realidade de um conjunto textual, não materializado, verifica-se em diferentes tradições, desde a partilha oral ao reconhecimento de pertenças. Quando se diz “nós escrevemos”, esse “nós” identifica um conjunto de produtos escritos que provavelmente não estão imediatamente ao nosso alcance.

É do mundo que se trata, com fronteiras mais ou menos amplas. É todo o mundo que já está nos mitos gregos. É um mundo que se pretende abarcar mesmo quando a comunidade não tem as fronteiras do planeta. Nesse sentido, a Biblioteca Lusitana é mais restrita do que a mitologia antiga. Mas é de uma grande biblioteca virtual que se trata quando Diogo Barbosa Machado, em meados do século XVIII, procura reunir «todos os livros» que os portugueses alguma vez tinham escrito. Um século mais tarde, Inocêncio Francisco da Silva procura completar esse «todos os livros», não apenas estendendo o conjunto aos anos desse intervalo, mas identificando ausências, acrescentando informações.

Mas Inocêncio também retira elementos ao conjunto anterior. Lembremos que a Biblioteca de Barbosa Machado incluía manuscritos e impressos, e os manuscritos passam a contar apenas quando se trata de uma grande obra inédita. A biblioteca virtual do século XIX é uma biblioteca de livros impressos. E muitos pequenos folhetos perdem relevância, pela desgraça dos seus géneros. Ou seja, de uma biblioteca virtual para outra, passados cem anos, continua-se a colecção acrescentando e eliminando.

A ambição dos reinos, a partir do século XVII, é de passar essas bibliotecas sem muros para dentro dos palácios, conseguindo reunir, a partir de elencos acertados, o que eram os textos clássicos, os textos cristãos de referência, e acrescentando-lhes as novidades que ainda não faziam parte dessas bibliotecas virtuais. Já no tempo do grande comércio livreiro, a concepção de colecções por parte dos editores também parte da idealização de algo tido como real. As obras completas de tal ou tal autor, ou as obras básicas de tal ou tal assunto. Por exemplo, a “Biblioteca do povo e das escolas”, do editor David Corazzi, era um projecto, semelhante em vários outros países, onde se identificava leituras elementares a encomendar e promover. Uma biblioteca virtual na cabeça de um editor materializa-se em livrarias, quiosques e casas.

Com o advento da leitura digital, a situação muda radicalmente, e alarga-se a própria noção de virtual. Admito que possa haver alguns equívocos em torno do uso desta palavra, sobretudo hoje. Virtual não se opõe necessariamente a real. Significa potencial e reconhece a existência de algo que aparentemente ainda não se verificou ou não materializou. Se por virtual entendermos o que é da essência, então não deveríamos poder negar a sua realidade. Se por virtual entendermos o mundo das representações sem referente, da ficção, da simulação, então é de outra coisa que se trata.

Já quando falamos de biblioteca virtual para identificar o que é do digital, estamos a laborar em dois sentidos muito diversos. Um é aquele que concebe que os livros digitais não têm suporte. Outro é o que considera que o que está disponível digitalmente é acessível e rearruma-se potencialmente em função das ordens de quem pretende um determinado livro. Assumindo que os livros digitais também têm suporte material, não sendo puros espíritos ou textos idealizados, a questão mais interessante é a das possibilidades amplamente aumentadas de constituição de conjuntos textuais. No acesso à música a situação radicalizou-se porque, ao contrário dos livros, toda a música já obrigava a dispositivos de leitura. Daí a desmaterialização acelerada a que assistimos e o papel crescente de repositórios digitais. No limite, na música poderá deixar de haver casa, e passar a haver apenas mundo, a não ser em *playlists*. Excepto para quem canta e toca.

No caso do livro, as virtualidades do impresso justificam a sua resistência (notem o uso da palavra virtualidades). Não é preciso ter dotes literários para ter livros. Mas o mundo que se abre já há vários anos tem respostas para as casas e, sobretudo, para o mundo. São respostas imperfeitas ainda, por muitos motivos, desde logo a necessidade de dispositivos, mas também edições imperfeitas ou defeituosas, dispositivos incompatíveis ou rapidamente obsoletos, dificuldade de partilha.

As potencialidades do livro digital já estão a ser aproveitadas. No que diz respeito a cada um, pela portabilidade e arrumação de grandes massas textuais, e pelo acesso a textos inexistentes noutros suportes. Mas é sobretudo a dimensão pública da leitura que mais pode aproveitar e dar a aproveitar o mundo virtual, porque pode mais facilmente ultrapassar alguns dos seus problemas e porque corresponde ao seu perfil de disponibilização permanente mas precária. Ou seja, às questões que já se colocam de aumentar as possibilidades de acesso “de todos” a “todo” o património textual vão juntar-se outras, relativas à preservação de edições em suportes mais poderosos, mas mais precários do que os actuais.

Não basta disponibilizar textos. Como com o papel, é essencial compreender o quanto cada publicação digital responde a questões relativas ao rigor das edições, e à sua qualidade, tanto textual como material.

6. Chegamos, assim, ao último ponto, aquele em que distinguimos, na crítica, o que é do esforço de compreender, do que é da necessidade de agir. Uma coisa é entender as relações mutáveis entre casas e mundos, no que aos livros diz respeito, com fenómenos de agregação, crescimento e perda. Outra é retirar, dessa compreensão, conclusões que fundamentem seja a acção política, seja as opções das bibliotecas, seja as práticas sociais da leitura.

As perguntas a fazer abarcam realidades mutáveis, com a ambição de identificar linhas de evolução, dinâmicas sociais em que os livros se transformam e transformam quem os lê, como marcam distinções de estatuto nas elites, como representam espaço de conflito ideológico e instrumento de poder e de emancipação. Os inventários são abundantes, sobretudo para os dois últimos séculos. Os dos censores, os dos livreiros, os dos gabinetes de leitura, bem como os das casas propriamente ditas. E aqui, o esforço é de compreender os protagonistas e a cultura em que se inserem, as pessoas das casas que se perderam, como os livros das que se conservaram, porventura em novos enquadramentos institucionais, passando a responsabilidade da sua preservação e disponibilização para a comunidade.

Na maior parte dos casos, o estudo de bibliotecas particulares é apenas um aspecto, entre outros, a dever ser tratado, quando se quer saber algo sobre a gente que a constituiu e usou. Até pela dificuldade de certas respostas, quando não existem notas de leitura, servem-nos indícios, a partir de equilíbrios quantitativos, ou a partir de um sector específico do inventário, por vezes alguns poucos livros. Ou a ausência dos livros esperados. Por exemplo, o já referido interesse constante de Walter Benjamin pelo livro infantil justifica-se parcialmente pelos seus projectos de escrita, mas também por um determinado perfil de coleccionador.

Outras perguntas dirigem-se à relação entre bibliotecas, e não apenas à biblioteca tomada individualmente. Qual o papel de uma colecção quando uma parte significativa dos livros úteis ao trabalho de um dado intelectual estiveram sempre noutras bibliotecas? Daí se entender o quanto pode ser falível um retrato de uma pessoa a partir de um levantamento linear das suas estantes.

Podemos, assim, pensar estas perguntas a quatro níveis: um nível de formação intelectual, em que o inventário pode ser enganador, embora forneça informações; um nível dos conjuntos elementares de uma pequena ou média biblioteca; um nível do que pode ser extraordinário (existências singulares) num dado conjunto; e um nível de compreensão de um perfil de coleccionador, para cujo entendimento serve a prevenção das contingências e mutações que a colecção sofreu.

Noutro plano se coloca, como disse, a necessidade de acção. As escolhas políticas de cada comunidade têm uma base conceptual a partir da qual se define o que é o seu património, e como o salvar e promover. A comunidade tem poder sobre o seu património a partir do simples facto de que o determina. É a comunidade, com os seus órgãos, quem define os vários níveis de acção, desde a protecção do que necessita de ser protegido, até ao estímulo da leitura. Numa sociedade que não lê, algumas riquezas bibliográficas fechadas a sete chaves tornam-se irrelevantes. Não existe património sem usufruto, ou sem criação. Essa acção vai para além das bibliotecas, porque se relaciona com editoras, com livrarias, com a presença do livro no quotidiano das pessoas,

e também da escrita, a partilha, a todos os níveis, incluindo a música ou as redes sociais. Por absurdo, podíamos pensar que, se já se escreveu tanto, e não temos tempo de vida suficiente para ler tudo o que se escreveu, podíamos parar de escrever e gastar os próximos séculos apenas lendo. A verdade é que uma tal sociedade teria já morrido, e seria incapaz sequer de entender o que tinha à frente dos olhos.

Em segundo lugar, a acção está nas mãos das instituições e dos profissionais que fazem escolhas todos os dias. Que gerem acervos, que os multiplicam, que criam condições para que eles sejam procurados. Falo daqueles que, em diálogo com a comunidade em que se inserem, um bairro, uma escola, uma universidade, um acervo patrimonial, não se limitam a guardar as chaves dos armários, ou a trazer os livros às mesas onde os leitores os esperam. Definem programas, prioridades. Propõe projectos de musealização, de revitalização de espaços e de colecções. Transformam salas em espaços de entusiasmo. Saem das salas e ocupam o espaço público com os temas que os livros proporcionam.

E depois há todos os outros, os que escrevem, lêem, colecionam, discutem, inventam, os que se emocionam, os que sentem que essas colecções são suas, que as fazem viver, em casa ou nas grandes bibliotecas públicas, e que com as suas decisões, lendo, discutindo, colecionando, emprestando, fazem reviver textos que podem ter acabado de ser escritos ou podem ter milhares de anos.

Só desse modo esses textos fazem sentido.

Referências

BENJAMIN, Walter. *Je déballe ma bibliothèque*. Paris : Rivages, 2001.

BUESCU, Ana Isabel. *A livraria renascentista de D. Teodósio I, duque de Bragança*. Lisboa : Biblioteca Nacional de Portugal, 2016.

CAMPOS, Fernanda Guedes de. *Para se achar facilmente o que se busca: bibliotecas, catálogos e leitores em ambiente religioso (séc. XVIII)*. Lisboa : Caleidoscópio, 2015.

CASTRO, Rodrigo de. *O médico político ou tratado sobre os deveres médico-políticos*. Trad. de Domingos Lucas Dias. Lisboa : Colibri, 2011.

DOMINGOS, Manuela D. *Livraria de D. José da Silva Pessanha: do colecionador à biblioteca pública*. Lisboa : Biblioteca Nacional, 1998.

FIGUEIREDO, António Pereira de. *Commentario latino e portuguez sobre o terremoto e incendio de Lisboa*. Lisboa : Officina de Miguel Rodrigues, 1756.

MARTINS, José Vitorino de Pina. *Histórias de livros para a história do livro*. Lisboa : Fundação Calouste Gulbenkian, 2007.

MINDLIN, José. *Uma vida entre livros*. São Paulo :EDUSP, 1997.

PEREIRA, Jose Esteves. Kant e a resposta à pergunta o que são as luzes. Edição, apresentação, tradução e notas a cargo de José Esteves Pereira. *Cultura, História e Filosofia*, Lisboa, v. 3, p.153-168, 1984.

SEQUEIRA, Gustavo de Matos. *No leilão Ameal: 31 março a 16 abril 1924*. Lisboa : Peninsular, 1924.

SONTAG, Susan. *O amante do vulcão*. Lisboa : Quetzal, 1998.
Disponível em:<<http://casafernandopessoa.cm-lisboa.pt/bdigital/index/bibParticular.htm>>.

O processo de institucionalização da Biblioteca do médico Antônio Fernandes Figueira

Maria Cláudia Santiago

As bibliotecas ou coleções particulares são fruto de uma escolha pessoal, da prática do colecionismo, podem demonstrar o pensamento de um indivíduo nas mais diversas áreas em que este esteja inserido e de como pode ter e ser influenciado pelo mundo ao seu redor. No entanto, estas coleções fazem parte da memória social e podem contribuir para a produção de novos conhecimentos e futuras pesquisas de modo mais ampliado quando institucionalizadas, pois o acesso torna-se público e alcançável.

Neste trabalho pretende-se apresentar o recebimento da coleção bibliográfica do médico Antônio Fernandes Figueira e descrever o processo de institucionalização da coleção desde as tratativas até a formalização de incorporação deste acervo, de origem privada, para um acervo público federal.

Outro aspecto que se considera relevante neste trabalho é a oportunidade da elaboração de uma metodologia para a aquisição e tratamento de coleções particulares sob a perspectiva da Biblioteca de Manguinhos da Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz, onde a coleção Fernandes Figueira se encontra depositada. Fez-se do recebimento desta coleção um laboratório para outras que possam vir a ser recebidas posteriormente, contribuindo, assim, para uma parte importante da política de desenvolvimento de coleções desta Biblioteca.

Antes de se iniciar a abordagem sobre o recebimento da doação deste acervo é fundamental conhecer quem é o personagem (ou personagens) que formou/formaram a referida coleção e qual o propósito e significado desta coleção passar a fazer parte do acervo da Biblioteca de Manguinhos.

Antônio Fernandes Figueira: médico e poeta

Antônio Fernandes Figueira (1863-1928) foi médico-pediatra, chefe da Inspetoria de Higiene Infantil/Departamento de Saúde Pública do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, sob direção de Carlos Chagas, dentre outras variadas ocupações na área da pediatria.

Figueira iniciou no serviço público por intermédio do sanitarista Oswaldo Cruz, que o designou à enfermaria de doenças infecciosas de crianças do Hospital São Sebastião e foi pioneiro ao introduzir e promover novas práticas nas ações pós-parto, dentre elas, que as mães ficassem ao lado das crianças nas enfermarias dos hospitais, como parte do tratamento, utilizada até os dias atuais.

Sua produção acadêmica é de grande distinção na área da pediatria, com destaque para “Bases científicas da alimentação da criança: suas consequências sociais” (1905), o “Livro das mães” (1910) e “Elementos de patologia infantil” (1929), publicado após a sua morte. Também foi colaborador do periódico “Brasil Médico”. Porém, sua obra “Elementos de Semiologia Infantil” (1903), foi um marco e disseminou-se mundialmente, sendo logo inserida no ensino médico brasileiro e considerada, à época, a melhor em seu gênero por pediatras europeus.

Dentre muitos outros feitos, prêmios e experiências profissionais, Figueira foi responsável pela instalação do Abrigo-Hospital Arthur Bernardes, hoje Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira - IFF, que é uma unidade de assistência, ensino, pesquisa e desenvolvimento tecnológico da Fiocruz, reconhecida, em 2006, como hospital de ensino e, em 2010, como centro nacional de referência pelo Ministério da Saúde e pelo Ministério da Educação.

Figura 1
Foto de Antônio Fernandes Figueira,
em divulgação da Academia Nacional de Medicina,
como patrono da cadeira n. 50.



Fonte: Academia Nacional de Medicina

Apesar de toda a relevância no campo da medicina materno-infantil, Fernandes Figueira também foi poeta, produzindo diversas publicações neste segmento, e utilizando-se do pseudônimo Alcides Flavio. A propensão pelas letras é um aspecto facilmente perceptível em sua coleção particular.

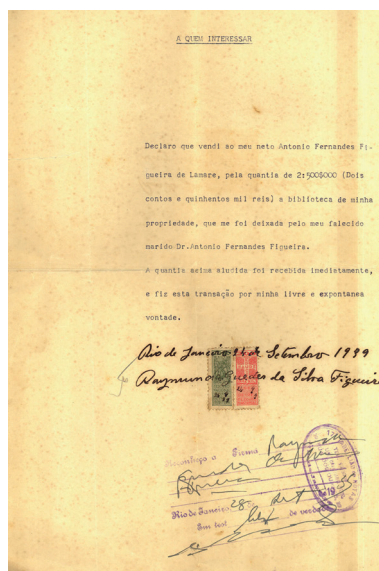
Sendo assim, a coleção Fernandes Figueira é de grande relevância para a Fiocruz possuindo três atributos de destaque, sendo eles institucional, histórico e científico. Portanto, o entendimento frente a esta coleção é que esta deve ser tratada como uma biblioteca particular em sua unicidade e organicidade sendo esta compreensão de grande valia durante todo o processo de incorporação e tratamento deste acervo.

O histórico da coleção

A coleção Fernandes Figueira teve seu início a partir de itens pertencentes ao acervo de Antônio Fernandes Figueira. No entanto teve continuidade após a sua morte e hoje é formada pela coleção original e por outros itens que pertenceram a membros de sua família.

Após o falecimento de Fernandes Figueira, ocorreu um fato bastante relevante para a história deste acervo, em 24 de setembro de 1939, Antônio Fernandes Figueira de Lamare, neto de Fernandes Figueira, adquiriu a biblioteca de seu avô. Esta informação foi constatada não somente por relatos orais de um familiar como por um recibo de venda datado e assinado por sua avó e viúva do então médico.

Figura 2
Recibo datado e assinado por Raymunda Guedes da Silva Figueira,
contendo valor e atestando a espontaneidade da venda.



Fonte: Imagem reproduzida do documento original.

Não se sabe os motivos que levaram a viúva de Fernandes Figueira a efetuar a venda de tão importante material, porém foi recuperada a informação de que seu neto adquiriu a biblioteca do avô com seu primeiro salário e zelou pela mesma até sua morte em 2013, quando a família entrou em contato com a Biblioteca de Manguinhos para iniciar o processo de doação da coleção¹⁴.

Das tratativas à doação

Devido à relação de proximidade da família doadora do acervo com a Instituição, o contato para oferecer tal doação veio por parte da própria família que possuía o acervo e que foi intermediado de forma direta entre doadores e donatária (neste caso a Fiocruz, através da Biblioteca de Manguinhos).

O acervo encontrava-se depositado em uma casa da família dos doadores onde residiu o segundo e último proprietário do acervo, Antônio Fernandes Figueira de Lamare, na cidade de Nova Friburgo, região serrana do estado do Rio de Janeiro.

Após o acordo entre a Biblioteca de Manguinhos e os doadores, estabeleceu-se um planejamento de preparação para o recebimento desta nova coleção, promovendo-se a formação de equipe, ajustamento em relação a como acondicionar os itens para o transporte, preparo de EPI's (Equipamento de Proteção Individual), assim como demais materiais para prover o acondicionamento (como caixas, cadarços, tesouras, etc.) e ajustes com a equipe de transporte quanto ao tipo de veículo e de manuseio das caixas. Todos os preparativos envolveram ainda o olhar para uma análise prévia do acervo (tanto de seu conteúdo como das condições físicas incluindo a percepção sobre seu estado de conservação).

Todos os itens da coleção foram manuseados individualmente antes de serem acondicionados para o transporte, visando que sua chegada ao novo destino fosse feita de forma responsável, tanto no trajeto, quanto na incorporação de uma quantidade significativa de itens ao acervo de Manguinhos.

Como não houve tempo hábil para se realizar um inventário anterior à retirada da coleção, foi produzido um “Termo Preliminar de Doação” no intuito de documentar a intenção dos doadores em realizar a doação; acordar o compromisso da Biblioteca em realizar um inventário da coleção, que foi arrolado junto à documentação de doação; atestar que a coleção foi retirada pela equipe da Biblioteca; e para indicar que seria produzido um novo contrato de doação definitivo com todos os dados e conteúdos necessários para uma formalização legal.

14 Informação verbal registrada em entrevista informal com o doador do acervo.

Figura 3
Formulário do “Termo Preliminar de Doação”,
com destaque para o conteúdo aplicado.


MATERIAL BIBLIOGRÁFICO

TERMO PRELIMINAR

DE DOAÇÃO

...VENHO POR MEIO DESTA CONFIRMAR
A DOAÇÃO À BIBLIOTECA DE
MANGUINHOS/ICICT/FIOCRUZ DO
SEGUINTE MATERIAL:

CONFIRMO QUE O MATERIAL FOI
RETIRADO PELA EQUIPE DA BIBLIOTECA
COM MINHA SUPERVISÃO E QUE SERÁ
POSTERIORMENTE ARROLADO EM LISTA-
GEM, PARA QUE ENTÃO SEJA ASSINADO
O TERMO DE DOAÇÃO DEFINITIVO.

	Ministério da Saúde FUNDAÇÃO Getúlio Vargas
MATERIAL BIBLIOGRÁFICO	
TERMO PRELIMINAR DE DOAÇÃO	
DOADOR: _____	
ENDEREÇO: _____	
TELEFONE: _____	E-MAIL: _____
CPF: _____	RG: _____
MATERIAL DOADO: _____	
PROPOSTA DE RETIRADA DO MATERIAL: _____	

VERSEI POR MEU DESTA CONFIRMAR A DOAÇÃO À BIBLIOTECA DE	
MANEJINHOS/ICICT/PECELZ DA SEGUINTE MATERIAL:	

CONFIRMO QUE O MATERIAL FOI RETIRADO PELA EQUIPE DA BIBLIOTECA COM	
MINHA SUPLENÇÃO À QUE SERÁ POSTERIORMENTE AVALIADO EM LISTAGEM,	
PARA QUE ENTÃO SEJA ASSINADO O TERMO DE DOAÇÃO DEFINITIVO.	

RIO DE JANEIRO, 25 DE SETEMBRO DE 2013.	

Paralelo-Hely Mossauro - Avenida Brasil 4365 - RJ CEP 24090-900 Tel: 21 3985 3131
Fax: 21 3270-0880 E-mail: sig@icict.fgv.br www.icict.fgv.br

Fonte: Documentação administrativa, set 2013

Com a chegada da coleção à Biblioteca, de imediato se iniciou um mutirão para realização de inventário e prontamente a coleção foi direcionada a quarentena junto ao laboratório de conservação que, após este período, vistoriou, higienizou e acondicionou em papel alcalino todos os itens do acervo. O mesmo somente foi direcionado a área de guarda em caráter definitivo após passar por todas estas etapas.

Institucionalização da Coleção

O trabalho não termina com a chegada da coleção à Biblioteca. Na verdade, este é um passo rumo a tornar uma biblioteca particular parte de um acervo público. A conversão de um acervo privado como bem público da União requer mais algumas ações para torná-lo parte de um acervo organizacional.

Contrato Definitivo de Doação

Para regularizar a situação legal da doação elaborou-se uma minuta de contrato baseada em um modelo adquirido junto à outra instituição pública federal. Ainda assim, foram realizadas pesquisas para verificar se outras instituições também teriam outros modelos para que fosse possível fazer uma avaliação mais abrangente de conteúdo, porém não se obteve sucesso nesta busca.

Após a elaboração da minuta, a mesma foi encaminhada à Procuradoria Federal da Fiocruz que apreciou o texto proposto, emitiu nota técnica que indicou ajustes que foram acatados e incorporados à redação final do contrato.

O contrato de doação que foi elaborado respeitou a legislação quanto ao ato de doação de qualquer natureza, no entanto, tivemos a preocupação de documentar tudo o que nos foi permitido em relação ao acervo doado. No contrato qualificou-se não somente os doadores e donatário, como também os bens doados e, ao final do contrato de doação, foi inserido um anexo contendo a relação de todos os itens doados que compõe a coleção.

Além disso, procurou-se esclarecer as responsabilidades e direitos do donatário ao receber a coleção. Especificou-se a incumbência da guarda, organização, preservação e acesso dos bens doados, sendo a Biblioteca autônoma para aplicar o tratamento que considerar pertinente à coleção, visto que no contrato não coube nenhuma interferência externa e o que se considerou não ser propício no caso de doações de acervos.

A cessão de direitos sobre o acervo que passou dos doadores ao donatário, excetuando os direitos autorais das publicações, de todos os bens doados. Outro aspecto importante do contrato foi o estabelecimento das finalidades exclusivas de acesso ao acervo, sendo de caráter amplo, geral e permanente para consulta, utilização e divulgação, como responsabilidade do donatário.

Quanto a previsão de extinção do donatário deixou-se estabelecido que o destino da coleção ficasse a cargo do Ministério da Saúde (órgão que a Fiocruz é diretamente submetida), com o compromisso de consulta à direção da Fundação para a destinação do acervo doado, caso a Biblioteca de Manguinhos seja extinta. Sendo a extinção em conjunto, passará a coleção a instituição sucessora ou, na inexistência desta, em entidade com objetivos similares ao da referida Biblioteca.

Também se teve a preocupação em providenciar a publicação da doação em Diário Oficial da União (D.O.U.), no intuito de tornar pública e transparente a referida doação em caráter nacional. Foi possível construirmos o texto a ser publicado no D.O.U. junto ao setor responsável pela publicação, sendo este o ato final no propósito de transferir da esfera privada à administração pública o acervo Fernandes Figueira.

Figura 4
Publicação da doação no D.O.U. em 14/01/16

CENTRO DE INFORMAÇÕES CIENTÍFICAS E TECNOLÓGICAS

EXTRATO DE DOAÇÃO

Termo de Doação celebrado entre os doadores Ademaro de Lamare Neto, CPF [REDACTED], Glória Maria de Lamare Dias, CPF [REDACTED] e a beneficiária Fundação Oswaldo Cruz, CNPJ 33.781.055/0001-35, sediada na Av. Brasil 4365 - Manguinhos - Rio de Janeiro - RJ. Objeto: Doação ao ICICT/FIOCRUZ de acervo constituído por 1153 livros, documentos, recortes de jornal e publicações diversas que retratam a trajetória de Antônio Fernandes Figueira, nas condições específicas deste instrumento, com vistas a aceitar e incorporar o acervo ao seu patrimônio material e cultural. Processo 25380.001765/2015-55

Fonte: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=3&pagina=90&data=14/01/2016>>

Livro de Tombo e inclusão no Catálogo

Para arrematar o processo de institucionalização da coleção Fernandes Figueira, após findarem todos os processos anteriores, iniciou-se o processamento técnico dos itens do acervo. Neste momento, vale ressaltar a importância do livro de registro de entrada, assim como o registro bibliográfico disponível no catálogo da Biblioteca, que são instrumentos insígnies e de caráter probatórios para demonstrar a existência de itens no acervo de qualquer biblioteca.

Todo o trabalho de processamento técnico foi realizado com a contratação de uma profissional exclusiva para tratar a coleção, através do projeto de pesquisa “Tratamento e acesso de uma coleção especial: acervo Fernandes Figueira”, conquistado junto ao Edital do Programa de Indução à Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico – PIPDT, de iniciativa do Iicct/Fiocruz.

A experiência adquirida com o desenvolvimento de metodologia para tratamento desta coleção especial propiciou à Biblioteca de Manguinhos produzir uma metodologia para recebimento e tratamento técnico de coleções especiais advindas de bibliotecas particulares. Sendo assim, foi possível contribuir no sentido de uma política de desenvolvimento de coleções no universo relativo à incorporação de bibliotecas particulares a um acervo histórico e em constante aperfeiçoamento.

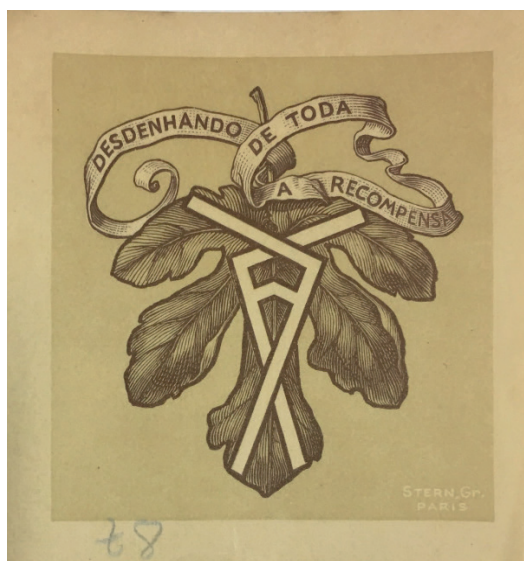
As Descobertas

Ao nos depararmos com a coleção recebida foi possível conhecer melhor seus colecionadores, já que Antônio de Lamare deu continuidade ao acervo do Fernandes Figueira; estabelecer relações entre os colecionadores e a coleção; e observar relações de amizade e registros de bibliofilia em meio às anotações encontradas nas obras.

Primeiramente, foi bem significativo encontrar o *ex libris* do Fernandes Figueira, que demonstra uma relação de identidade com seu nome ao aplicar suas iniciais “FF” entre folhas de figueira, além de expressão em se fazer representar pela frase “Desdenhando de toda a recompensa”.

Figura 5

Ex libris do Dr. Fernandes Figueira produzido pela Casa Stern, Paris.



Fonte: Imagem reproduzida a partir de exemplar original.

Outra interessante descoberta foi a relação de amizade entre Solidônio Leite¹⁵ e Fernandes Figueira, o que influenciou fortemente na formação desta coleção, já que encontramos diversas dedicatórias, podendo o texto de dedicatórias variar, mas sempre apresentando o apreço entre eles e ao que parece, pelos livros.

15 Solidônio Leite foi advogado, filólogo e intelectual brasileiro. Escreveu vários livros, dentre eles “Notas e contribuições de um bibliófilo”. Nas dedicatórias dos livros presenteados do Solidônio ao Dr. Fernandes Figueira é perceptível a expressão de amizade.

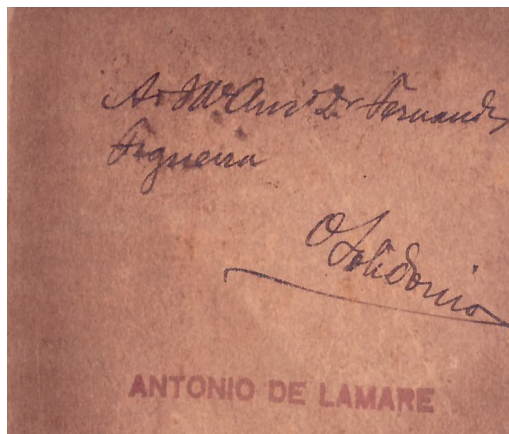


Figura 6
Dedicatória do Solidônio Leite ao Fernandes Figueira. Observa-se também carimbo de propriedade do segundo proprietário do acervo, Antônio de Lamare.

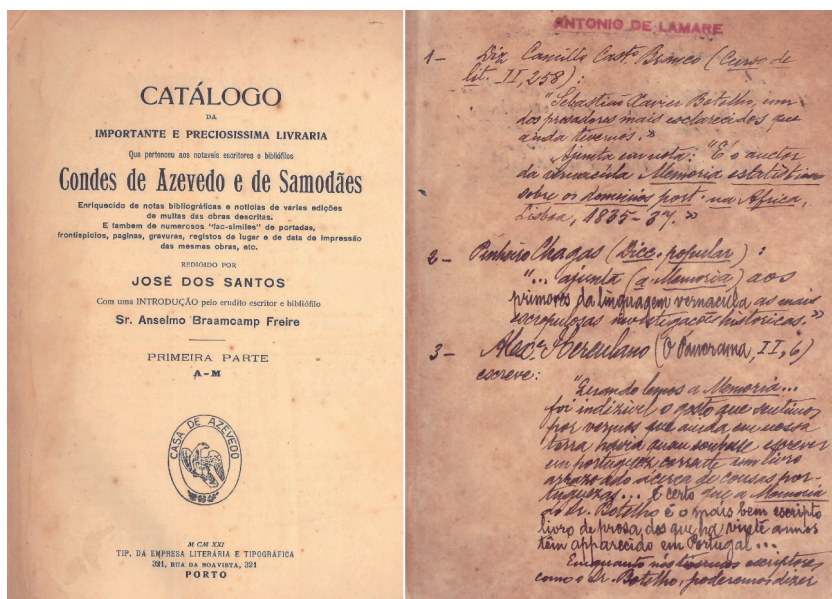
Fonte: imagem reproduzida a partir de exemplar original.

Ainda para exemplificar o quanto um acervo de biblioteca particular pode variar como fonte de pesquisa, constatou-se o interesse por edições raras e especiais presentes na coleção Fernandes Figueira e acrescidas, em alguns casos, de notas de bibliofilia.

Figura 7

Anotações versando sobre a raridade do exemplar e folha de rosto do catálogo da livraria dos Condes de Azevedo e Samodães.

Estes são alguns dos indícios de interesses relacionados à bibliofilia.



Fonte: Folha de rosto da obra “Catálogo da importante e preciosíssima livraria que pertenceu aos notáveis escritores e bibliófilos Conde de Azevedo e de Samodães” e anotações manuscritas em uma folha de guarda reproduzidas dos originais.

A partir do trabalho com a coleção Fernandes Figueira pode-se constatar que uma biblioteca particular pode ser surpreendente e ser produtiva nas mais diversas áreas do conhecimento. Por mais que existam alguns assuntos predominantes em relação a outros, sempre há um mundo a ser descoberto e explorado.

Considerações finais

As bibliotecas particulares normalmente dialogam com o contexto em que foram criadas e/ou mantidas, demonstram características de seu(s) colecionador(es) e possuem particularidades muito peculiares que fazem de seus itens únicos em meio aos demais. Diante de tantas especificidades, acabam por contribuir com a cultura material, tanto por seus itens individualizados, como em conjunto.

Segundo Monok (2012) as bibliotecas particulares refletem o conteúdo de suas coleções e ilustram o sistema global das relações culturais e científicas, além de serem capazes de agregar à pesquisa da história social da leitura. Para além de outras áreas, que podem contribuir de forma interdisciplinar.

Os itens de uma biblioteca particular podem ser fontes para pesquisa científica e, ao mesmo tempo, representantes de parte do patrimônio cultural em que estão estabelecidas; e podem oferecer conhecimento pelo que está impresso ou pelo que foi agregado ao exemplar no decorrer de sua existência. A institucionalização de bibliotecas particulares permite à sociedade desfrutar de todos estes benefícios sem ter que anular a identidade da coleção ou de seu colecionador, sendo ainda pertinente a uma instituição responsável pela guarda, preservar os seus itens e a sua memória.

No caso do recebimento de uma biblioteca particular por uma instituição pública ou de direito público, o acesso a este acervo ganha maior amplitude e aproximação com a sociedade. Diante de todas estas circunstâncias a produção de novos conhecimentos é fomentada, assim como o desenvolvimento coletivo e novas perspectivas de análises sobre itens que eram disponíveis para apenas um pequeno núcleo de pessoas.

Sem falar que o pesquisador que se debruçar sobre itens de uma biblioteca particular pode refazer caminhos de seu colecionador, fazer relações com sua trajetória e produção e talvez conseguir perceber informações que, diante de um mesmo item idêntico, não pudesse assimilar por conta de memórias que podem estar depositadas sobre artefatos de uma coleção particular. Uma obra oriunda de uma biblioteca particular tem todo um potencial documental a ser considerado e usufruído como fonte de pesquisa.

O pensamento de Goethe citado por Solidônio Leite (1929, p.7) para caracterizar a obra do Fernandes Figueira diz que a mesma “salienta que entre a poesia e a sciencia não existe opposição; mas sim continuidade; do mesmo modo que entre a contemplação e a ação”. O mesmo se applicava à expressividade do acervo Fernandes Figuera, que evidencia a produção e a propensão de um médico poeta.

Referências

- ANTÔNIO Fernandes Figueira (*Cadeira no. 50*). Rio de Janeiro: Academia Nacional de Medicina. Disponível em: <http://www.anm.org.br/conteudo_view.asp?id=183>. Acesso em: 22 maio 2018.
- BRASIL. Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*: seção 1, Brasília, DF, 11 jan. 2002, p. 1. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm>. Acesso em: 13 mar. 2017.
- BURKE, Peter. *O que é história cultural?* Tradução Sérgio Goes de Paula. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- FARIA, Maria Isabel Ribeiro; PERICÃO, Maria da Graça. *Dicionário do livro: da escrita ao livro eletrônico*. São Paulo: EdUSP, 2008. 761 p.
- GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *Antropologia dos objetos*: coleções, museus e patrimônios. Rio de Janeiro : Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2007. (Coleção museu, memória e cidadania). 256 p. Disponível em: <http://naui.ufsc.br/files/2010/09/antropologia_dos_objetos_V41.pdf>. Acesso em: 05 set. 2016.
- HEYMANN, Luciana. De “arquivo pessoal” a “patrimônio nacional”: reflexões acerca da produção de “ legados”. In: SEMINÁRIO PRONEX
- DIREITOS E CIDADANIA, 1., 2005, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: FGV, 2005. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/1612.pdf>. Acesso em: 09 set. 2016.
- INSTITUTO NACIONAL DE SAÚDE DA MULHER, DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE FERNANDES FIGUEIRA. [*Website institucional*]. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2017. Disponível em: <<http://www.iff.fiocruz.br/>>. Acesso em: 10 mar. 2014.
- LEITE, Solidônio. *Fernandes Figueira*: conferência realizada no dia 13 de junho de 1928 no Instituto Histórico. Rio de Janeiro : Typographia Leuzinger, 1929. 60 p.
- MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Memória e cultura material: documentos pessoais no espaço público. *Revista Estudos Históricos*, v. 11, n. 21, p. 89-103, 1998. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view%20File/2067/1206>>. Acesso em: 12 set. 2016.
- MONOK, István. *As bibliotecas privadas e a leitura na época moderna : uma visão geral dos rumos da pesquisa na Europa*. *Revista Livro*, São Paulo, n. 2, p. 259-271, jul. 2012.
- OLIVEIRA NETTO, José. *Dicionário jurídico*: terminologia jurídica e latim forense. 3. ed. Leme: EDJUR, 2008.

Os livros de Alexandre Metelo de Sousa Meneses (1687-1766) e as suas itinerâncias

Fernanda Maria Guedes de Campos

A Livraria na Casa Nobre

A existência de livros ou de uma biblioteca particular é, ontem como hoje, um ato voluntário que configura, antes de mais, o gosto pessoal do seu proprietário. Nesse sentido, a biblioteca ou livraria, como também se designava no Antigo Regime, nasce, cresce, vive e morre com o seu mentor sendo o destino final mais comum, a dispersão ocasionada por legados, partilhas ou venda integral. E, no entanto, a sua existência, sobretudo na casa nobre, pode conferir um signo de distinção atestando a cultura, a erudição e/ou o prestígio de quem a constituiu, assumindo-se como forma de representação do poder do proprietário e demonstrando a abastança financeira da casa em que se insere. Mantida discretamente para consumo de quem a criou ou mostrada a alguns escolhidos que a podem admirar ou mesmo usar dela, a livraria privada no século XVIII, apresenta-se como espaço de estudo ou lazer, reflexo de gostos bibliófilos mais ou menos marcados pelo espírito das Luzes e espaço íntimo ou de sociabilidade na casa nobre.

No entanto, no que diz respeito a Portugal, a verdade é que a perceção do número de bibliotecas particulares que existiram e dos livros que as compunham, não é fácil de sistematizar. Conhecem-se casos, evidentemente, e alguns têm sido objeto de excelentes estudos monográficos (ARAÚJO, 1999), (DOMINGOS, 1998) e (DOMINGOS, 2001-2002). A constituição de uma série fiável a partir dos inventários orfanológicos que se elaboravam à morte do proprietário é tarefa mais complexa e as conclusões de Mafalda Soares da Cunha e Nuno Monteiro ao apresentarem e contextualizarem os dados relativos a algumas bibliotecas de membros da nobreza titular até 1834, caracterizam-nas na generalidade, como sendo de pequeno porte e pouco valor, não parecendo significar para os seus possuidores, um verdadeiro sinal de distinção cultural (CUNHA; MONTEIRO, 2011).

Vale a pena recordar as palavras de D. Francisco Manuel de Melo que, no século XVII, hierarquizava assim os bens de uma casa nobre (MELO, 1965, 168):

Senhor meu. Casa limpa. Mesa asseada. Prato honesto. Servir quedo. [...] Prata muita. Ouro o menos. Jóias que se não peçam. Dinheiro o que se possa. Alfaias todas. Armações muitas. Pinturas as melhores. Livros alguns. Armas que não faltem. [...]

Em estudo mais recente, também assente em inventários orfanológicos, Carlos Franco indica, para Lisboa, que existiam livrarias, ou seja, espaços organizados onde se guardavam livros, em cerca de 20 % das residências das elites. Quanto à dimensão, identificou alguns casos de milhares de volumes, mas situa as livrarias mais comuns na ordem dos quinhentos, existindo muitos casos de pequenas coleções de menos de duzentos livros (FRANCO, 2015).

Comparando com a situação em França e recorrendo a Roger Chartier e Daniel Roche, no seu estudo de inventários *post mortem* de membros da nobreza (CHARTIER; ROCHE, 1984) vemos que a situação não é muito diferente, guardando-se as devidas proporções. Em Paris, nos meados do século XVIII, só 53% da nobreza de corte apresenta livros, entre os bens inventariados. Em Lyon, essa percentagem situa-se nos 44%. Nas cidades de Oeste, para a nobreza titular, o número médio de livros possuídos está entre 1 a 20 títulos, sendo que, para a nobreza de toga, a percentagem foi sempre maior, concluindo assim aqueles autores que, nas três zonas geográficas referenciadas, uma parte, por vezes significativa, da nobreza não tinha biblioteca e, esbatendo o mito da posse dos livros em França, acrescentam: “Et à la veille de la Révolution, si la moitié des bibliothèques robines ont alors plus de 300 volumes, ce n’est le cas que du quart des bibliothèques des nobles titrés.” (Id., 406)

Apesar das ressalvas metodológicas que Chartier e Roche assinalam e que dizem respeito à falibilidade da fonte utilizada - o inventário *post-mortem* - não deixam, porém, de referir que esses inventários apresentam outros bens culturais, em maior quantidade, o que parece indiciar “la faible valeur des livres” (*Ibid.*) Ainda que à distância de um século, confirmam-se as palavras de D. Francisco Manuel de Melo.

Centremo-nos, porém, na nobreza não titular e no que foram as elites intelectuais de Portugal e veremos com mais facilidade a presença de livros nas suas casas ora porque deles necessitavam para o desempenho das suas tarefas ora porque o desejo de afirmação social pressupunha a existência de uma livraria escolhida, mesmo que pequena. A moda dos Gabinetes de Curiosidades, de Física e/ou de História Natural que se iniciara no século XVII encontra caminhos de maior consolidação ao longo do século XVIII e, assim, muitas vezes à posse de uma coleção bibliográfica, estão associadas outras coleções como as de moedas e medalhas, objetos de arte e vestígios da Antiguidade, pintura ou escultura, gravura e mapas, globos terrestres e celestes, instrumentos de Física e Química, *Naturalia*, e outras (BRIGOLA, 2003).

A oferta tipográfica é muito vasta no século das Luzes e em Portugal também ocorre desde logo com o impulso que D. João V imprimiu à produção dos prelos nacionais, mas igualmente com a oferta que os livreiros franceses, estabelecidos em Lisboa a partir de meados do século, garantiam. Importavam-se e circulavam quantidades apreciáveis de livros estrangeiros não apenas os de produção recente, mas igualmente muitos livros antigos adquiridos, sobretudo, em leilões. Há, pois, a percepção de um público-alvo emergente que

revela gosto pelo livro e, curiosamente, circulam também obras sobre a melhor maneira de constituir uma biblioteca, em grande parte produzidas em França, com grande sucesso, mensurável pela variedade de títulos e pelas sucessivas edições que algumas delas conheceram. No limite, já não é só a questão de ter livros que está em causa. É, basicamente, quais os livros que se devem ter.

Respigamos de uma dessa obras com muito êxito na época e cujo título é bem elucidativo - *Conseils pour former une bibliothèque peu nombreuse mais choisie* (FORMEY, 1756, 5-6) - uma passagem que demonstra bem a importância do Livro na Europa do Iluminismo, considerado como objeto específico de um colecionismo centrado no Saber:

Quand un Seigneur ne veut avoir une Bibliothèque que par ostentation & pour meubler un de ses appartemens, il n'a besoin d'aucune direction ; il n'a qu'à acheter à la toise, employer un bon Relieur, & faire décorer le Cabinet de ses Livres de quelques ornemens convenables ; voilà qui est fait, il a atteint son but. Mais un Seigneur, une Dame, qui ont de l'esprit, du goût & des connoissances & qui veulent se ménager les délicieux momens que la Lecture peut leur procurer, doivent s'y prendre tout autrement. Il faut connoître avant que d'aimer, dit une Maxime commune. Ainsi, s'ils veulent se faire un choix de Livres qu'ils puissent aimer, former un Cabinet dans lequel ils entrent toujours avec satisfaction, il faut qu'ils n'y mettent que des Livres dont ils connoissent le mérite.

Alexandre Metelo de Sousa Meneses: o Fidalgo na sua Época

O Senhor com espírito, gosto e conhecimentos de que nos vamos ocupar é Alexandre Metelo de Sousa Meneses¹⁶. Nascido em Marialva, no ano de 1687, filho segundo da fidalguia beirão, os Metelo Cardoso, do termo de Pinhel, pelo lado de seu pai e os Sousa e Meneses, de Marialva, pelo lado de sua mãe, Alexandre Metelo concluídos os estudos preparatórios, cursou Cânones na Universidade de Coimbra onde, em 1719, obteve carta de bacharel em Direito Canónico e Civil. Entrou na magistratura iniciando a sua carreira como provedor da cidade e comarca de Lamego, nomeado por Alvará de 13 de janeiro de 1721. Foi nomeado para secretariar a embaixada de Pedro de Vasconcelos a Madrid, tendo no regresso a Lisboa começado a desempenhar funções na Casa da Suplicação, como desembargador, título pelo qual será predominantemente conhecido. Em 1725 é enviado como embaixador extraordinário à China, situação de grande prestígio que desempenhou com elevada proficiência, salvaguardando sempre a dignidade do país e do monarca, pese embora as condições pouco favoráveis com que teve de lidar. Recordamos que o objetivo principal de D. João V era defender os interesses portugueses em Macau tendo

16 Retomamos, ampliamos e atualizamos, em novo contexto, no que diz respeito a Alexandre Metelo e à sua livraria, a comunicação feita no 3º Congresso Casa Nobre: um património para o futuro, realizado em Arcos de Valdevez, 2011 (CAMPOS, 2013).

em conta a proibição do cristianismo ditada pelo imperador Yongzheng, após subida ao trono. Comenta o olissipógrafo Júlio de Castilho alguns pormenores da viagem (CASTILHO, 1903, 189):

Para aparecer vistoso entre os mandarins do Celeste Império, obteve pelo padrão de 5 de Abril de 1725, o hábito de Christo ; e a 17 do mesmo mez e anno sahiu para a China, como Representante d'el-Rei D. João V, a bordo da fragata Nossa Senhora da Oliveira. Tendo os pilotos reconhecido ser já passada a monção propícia arribaram ao Rio de Janeiro. Foi logo a bordo buscar o embaixador o Governador Luiz Vahia Monteiro com toda a Nobreza : ao desembarque achavam-se formados os regimentos e tendo-se Metello alojado provisoriamente no palácio do Governador passou logo a hospedar-se em casa do Coronel Manuel Pimenta Tello, aonde o acompanharam o Governador, dois filhos do Visconde de Asseca, os Mestres de Campo, os nobres, etc.

Regressado em 1728, foi nomeado desembargador do Conselho Ultramarino por carta de 20 de maio de 1729 e agraciado nos anos subsequentes com várias mercês: 300.000 réis de ordenado (Alvará de 5 de setembro de 1729), comenda de Santa Maria de Almeida na Ordem de Cristo (Alvará de 30 de maio de 1732), conservador das fábricas de seda, ouro e prata (Alvará de 2 de janeiro de 1735) e presidente do Conselho Ultramarino (Carta de 1 de abril de 1745). É neste novo quadro que casa com D. Luísa Leonor Maria de Matos e Vasconcelos, em data que se desconhece, consolidando assim a sua posição social. Por outro lado, adquire, em 1737, pela quantia de 7000 cruzados, o palácio que veio a ficar conhecido por Palácio do Metelo, em Lisboa (MIGUEL, 2012). Alexandre Metelo de Sousa Meneses que ascendeu a Fidalgo da Casa Real, configura pelo seu percurso, um perfil de funcionário administrativo ao serviço do rei e do estado centralizado, muito do agrado de D. João V, a avaliar pelo número de figuras de que se rodeou e que, em grande medida transitaram ainda para o reinado de D. José. Diz a esse propósito, Tiago Miranda (2004, 93):

Quase de todo desconhecidos da historiografia, quanto às ideias e às trajetórias que percorreram, ficam, contudo, parceiros do próprio Carvalho [e Melo] no ministério de D. José e a maioria dos mais destacados homens de letras que então se sentavam nos grandes conselhos do reino. Entre eles António Guedes Pereira, Marco António de Azevedo Coutinho, Pedro da Mota e Silva, Diogo de Mendonça Corte Real (o Abade), Alexandre Metelo de Sousa e Meneses, António da Costa Freire [...]

O episódio da embaixada à China, conquanto muito honroso e repetidas vezes mencionado, foi ocasional pois a sua carreira não se fez no âmbito diplomático. Entre vários outros cargos que ocupou, como fiscal das Mercês, deputado e chanceler da Bula da Cruzada, membro do Conselho do Rei e secretário do infante D. Manuel, irmão mais novo do rei, avulta, naturalmente, o de presidente do Conselho Ultramarino, o órgão que se ocupava de todas as matérias respeitantes aos territórios ultramarinos, em especial, do Brasil (CRUZ, 2015).

Figura discreta, não é, no entanto, desconhecida pois há bibliografia sobre ele no que se refere à embaixada à China (SANTARÉM, 1879), (BRAZÃO, 1948), (RAMOS, 1990), (QICHEN, 1998) e (RUSSO, 2005). Acresce a existência do próprio diário onde o embaixador foi ditando ao padre jesuíta António de Magalhães, as circunstâncias da viagem e da missão (MENESES, 1725-1728)¹⁷. Também é citado no contexto da olissipografia devido ao Palácio do Metelo, sito no Largo do Mitelo (corruptela do seu nome) ao Campo de Santa Ana, em Lisboa (CASTILHO, 1903, v. 3, p. 187-215) e (PINTO, 1987) e, naturalmente, em trabalhos no campo da ex-librística, devido à marca de posse que identificava os livros de sua pertença e da qual falaremos adiante (ALMARJÃO, 1964), (CASTRO E SOLLA, 1916) e (COSTA, 1963).

Falecido em 1766, deixou bens de raiz importantes, propriedades urbanas e rústicas que terá adquirido ao longo da sua vida, desde logo o palácio onde habitava, mas também uma quinta de lazer na zona do Campo Grande, em Lisboa e bens móveis de apreciável valor, conforme se infere do pormenorizado inventário¹⁸. Como não havia filhos do casamento, Alexandre Metelo vinculou os seus bens por disposição testamentária, instituindo um morgado cujo primeiro administrador foi seu primo direito Alexandre Luís de Sousa. Deste modo, a viúva enquanto executora testamental procedeu ao arrolamento e à venda de todos os seus bens (tendo ela própria adquirido um número significativo) destinando-se o produto da venda, após satisfação das dívidas e dos legados, à formação do referido vínculo. É importante realçar que D. Luísa Leonor procurou, incansavelmente, obter ainda uma mercê régia que recompensasse, a título póstumo, a carreira de seu marido, tendo feito um requerimento provavelmente cerca de 1768 e retomando-o em 1779, por não ter obtido resposta ao primeiro. Tal como aconteceu a outras figuras que se distinguiram ao serviço de D. João V, Alexandre Metelo poderá ter sido ignorado após a morte, por D. José e o seu ministro Carvalho e Melo... Voltando ao testamento, entre os legados está a manutenção de uma ação mecénática que já vinha desenvolvendo e que consistia na instituição de prémios aos melhores alunos da Universidade de Coimbra e ao subsídio atribuído a escolas para ensinar a ler e escrever.

A partir do inventário, conhecemos com pormenor os bens imóveis e móveis do desembargador, mas não o recheio da sua livraria. Sabemos que era vasta e reconhecível no palácio estando a sala ornamentada com interessantes painéis de azulejos (PINTO, 1987, p. 122) porque foram contratados livreiros

17 Foi apresentada uma comunicação pela Prof.ª Doutora Maria João Ferreira, no Colóquio “Diplomacia e Transmissão Cultural”, Palácio Fronteira, 9-11 Novembro 2011, com o título “Para exercitar a nobreza do seu espírito e fazer conhecida a grandeza do Soberano que o mandava”: os preparativos da embaixada de Alexandre Metelo de Sousa ao imperador da China (1725-1728)”.
18

Existente no Arquivo Nacional da Torre do Tombo: **PT/TT/Orfanológicos, Letra A, Maço 121, nº 1, Alexandre Metelo de Souza e Menezes, Palácio Mitelo, Campo de Santana**. Está disponível uma transcrição paleográfica feita por Lina Maria Marrafa de Oliveira no âmbito do projecto “A casa senhorial em Lisboa e no Rio de Janeiro (séculos XVII, XVIII e XIX): Anatomia dos interiores” (PTDC/EAT-HAT/112229/2009) no site <<http://www.casaruibarbosa.gov.br/acasasenhorial/index.php/apresentacao>>.

para fazer o catálogo. No inventário refere-se que “Foi avaliada a livraria que consta do rol junto pelos mestres livreiros na quantia de” (INVENTÁRIO, 1766, 94v.) porém não está apenso o referido rol nem mencionada a quantia. De acordo com o Doutor Miguel Metelo de Seixas que muito gentilmente nos deu preciosas indicações sobre Alexandre Metelo e os seus bens, os livreiros teriam levado mais tempo do que o previsto devido à dimensão da biblioteca e quiseram, como tal, ser ressarcidos. A viúva, não concordou com os novos termos contratuais e, por essa ou outra razão, o catálogo não foi incorporado no inventário. Apercebemo-nos, no entanto, ao compulsar o inventário que entre os bens “rematados pela inventariante” D. Luísa Leonor, se encontra o mobiliário da livraria cujas estantes eram pintadas a negro e ouro, o que suscita algumas questões. Se os livros foram vendidos para que seriam necessárias as estantes tanto mais que a viúva vendeu o palácio e se retirou para a quinta? Como é que surgem tantos livros pertencentes a Alexandre Metelo no Convento de S. João da Cruz de Carnide? Compra em leilão, doação em vida do desembargador ou feita por D. Luísa Leonor? Estas dúvidas não as tínhamos em 2011, quando pela primeira vez nos debruçámos pelo colecionador e a sua livraria (CAMPOS, 2013) pois parecia mais do que provável que Alexandre Metelo tivesse oferecido livros àquele convento, tal como faziam outros particulares que assim se precavam do desmembramento da livraria e salvaguardavam, num novo ciclo de vida, os livros que tinham colecionado. Face ao inventário, a hipótese ganha menos consistência tanto mais que o bibliotecário de Carnide não assinala nas obras que se tratou de uma doação. Veremos, mais adiante, outras circunstâncias, quando falarmos do Convento.

Se, lamentavelmente, não temos no inventário, o rol dos livros, temos, no entanto, a menção a instrumentos científicos de experimentação e observação no domínio da Matemática, Geografia e Física, cujo destino não se conhece, mas que foram avaliados em 107\$880 réis (INVENTÁRIO, 1766, 153-153v). É particularmente relevante a parte relativa às câmaras ópticas, uma grande, outra pequena e aos registos ou “papeis diferentes de vistas”, cerca de 500 dos quais 442 eram “vistas de pinturas de varias sidades” (Id., fl. 153v) que se destinavam a ser visionados através das referidas câmaras. Alexandre Metelo é, portanto, um colecionador com Gabinete o que configura o perfil do “*homme sçavant*” do Iluminismo, com interesses enciclopédicos e aberto às várias áreas do Saber. Esse Gabinete não está referenciado na época ou, pelo menos, dele não encontrámos menção na bibliografia utilizada, talvez porque se trataria, antes de mais, de um pequeno espaço lúdico, ainda num período de colecionismo pioneiro e experimental. Teria como expoentes principais o próprio rei D. João V e o 4º Conde da Ericeira, D. Francisco Xavier de Meneses (1673-1743) este na continuação do Gabinete de curiosidades naturais, antiguidades e numismática iniciado por seu pai D. Luís de Meneses (1632-1743) e da coleção de pintura, globos e instrumentos matemáticos que integravam também o espaço da grande livraria (BRIGOLA, 2003).

Como saber que livros lia e guardava Alexandre Metelo na sua Casa? Para que casas foram e onde os podemos encontrar? A nossa fonte principal (por falta de inventário ou catálogo) é a marca de posse que Alexandre Metelo colou (ou mandou colar) no verso da capa ou da folha de rosto dos seus livros, e que permite ir reconstituindo, ainda que de um modo menos sistemático e mais casuístico, o que foram as suas leituras.

Marcar a posse significa apor um sinal mais ou menos convencional que torna o bem identificável quanto ao seu legítimo proprietário. Trata-se de uma prática muito antiga no que aos livros e bibliotecas diz respeito com uma funcionalidade imediata que consiste em limitar as hipóteses de roubo ou extravio de livros. A grande maioria das marcas de posse é manuscrita e, na sua forma mais simples, consiste na inscrição do nome da pessoa ou da instituição detentora daquele livro em particular. Porém, esse tipo de evidências de propriedade é, muitas vezes, pouco “evidente” porquanto o desvanecimento ou corrosão da tinta, as marcas de bibliófagos, os rasgos e manchas de humidade e até a rasura implacável aquando de uma passagem de mãos eventualmente pouco clara, impedem a sua leitura ou apenas permitem um reconhecimento parcial do que está escrito. Menos utilizadas em Portugal, mas mais expressivas, do ponto de vista bibliófilo e colecionista, estão as outras marcas: *ex-libris*, carimbos e *super-libros* que são de representação sempre igual quando comparados com a variedade das inscrições manuscritas e que podem ter figurações, emblemáticas ou heráldicas, ou registarem somente o nome da pessoa ou da instituição. Também elas estão sujeitas a destruição, sobretudo os *ex-libris*, não raro arrancados dos livros por serem objeto da procura de colecionadores específicos (CAMPOS, 2014, p. 222-224).

A consciência da importância de possuir uma livraria, leva o desembargador a constituir a sua adotando um *ex-libris* como forma de marcar a posse. Era pouco usual em Portugal, como dissemos, ainda que noutros países fosse a modalidade por excelência de um senhor de qualidade para mostrar a sua distinção através dos livros de sua pertença. O vistoso *ex-libris* consiste numa gravura aberta a buril, de 90x90, mandada executar a Francisco Xavier Freire em 1747, que apresenta um escudo esquartelado I- Sousa (de Arronches); II- Metelo; III- Cardoso; IV- Meneses. Coronel de marquês. Suportes: dois leões (EX-LIBRIS, 1998, p. 14). Interessante pelo desenho e pelas dimensões sugerindo uma forma de marcar que se pretende francamente distintiva a quem aborde os livros que a ostentam, parece apagar-se numa atitude de modéstia pelo anonimato que exhibe pois não tem nome do possuidor nem uma divisa que o possa identificar. Não é caso isolado, mas pode ser revelador de um gosto particular em fazer-se conhecer pelas armas sem necessidade de o fazer pelo nome, ou seja: dentro do grupo social a que pertencia, Alexandre Metelo não precisava evocar o seu nome pois a marca heráldica já o identificava.

Da Casa Nobre para o Convento

Esta é a forma de reconhecer os livros, mas resta saber onde e como procurar. O facto de uma parte da livreria ter ficado no Convento de S. João da Cruz originou uma mudança da Casa Nobre para outra Casa, desta feita conventual. À marca de posse que os livros traziam juntou-se a marca dos Carmelitas de Carnide e é a partir daqui que os livros de Alexandre Metelo começam a ganhar nova vida. Falemos, então, um pouco sobre esta segunda morada e sobre a sua livreria.

O Convento de S. João da Cruz de Carnide, da Ordem dos Carmelitas Descalços, fora fundado por iniciativa da Infanta D. Maria, filha natural de D. João IV que, aos 6 anos, ingressara no Convento de Santa Teresa de Jesus em Carnide, da mesma Ordem. D. Maria, cuja figura é muitas vezes confundida com a da sua homónima conhecida por “Sempre Noiva” e filha de D. Manuel I, foi entregue ao cuidado da fundadora do convento, a Madre Micaela de Santa Ana, filha do Imperador Matias que, por sua vez era sobrinho do Cardeal D. Alberto, primeiro governador de Portugal, no tempo de Filipe I. De notar que a entrada da Ordem de Santa Teresa de Ávila em Portugal ocorrera em 1581, por iniciativa deste monarca, ficando a Província Portuguesa conhecida pela invocação de S. Filipe em homenagem ao rei.

A intenção da Infanta era obstar ao incómodo de virem do Convento de Nossa Senhora dos Remédios, em Lisboa, os padres que davam apoio religioso ao Convento de Santa Teresa de Carnide, mandando fazer uma casa masculina em local próximo. Para além da fundadora muito contribuiu seu irmão, o rei D. Pedro II, e assim se adquiriu uma quinta em 1681, considerado o ano de fundação do Convento de S. João da Cruz. As obras arrastaram-se por algum tempo devido a várias vicissitudes, mas sendo, originalmente, de dimensão modesta acabou por vir a ser ampliado para servir como Colégio e Noviciado dos Padres Carmelitas Descalços que se destinavam ao Ultramar. (MARTINS, 1977).

A existência de uma biblioteca no Convento era um imperativo das Regras e Estatutos das ordens religiosas e das suas instituições. Acresce, neste caso, as exigências que um Colégio, no caso vertente dedicado à Filosofia, determinavam por serem necessários livros para ensino e estudo. Aliás, o vizinho convento feminino de Santa Teresa de Jesus, onde a Infanta D. Maria veio a falecer em 1693, tinha também biblioteca da qual subsistem hoje alguns exemplares, nomeadamente, na Biblioteca Nacional de Portugal. Ambos os conventos foram danificados pelo terramoto de 1755, mas as obras de reconstrução decorreram sem demora (CAMPOS, 2014, Anexo I, p. 104-105,108-109).

Um aspeto importante da vida do Convento de S. João da Cruz diz respeito à figura de Frei Inácio de S. Caetano que toma posse do priorado em 1757. Devem-se-lhe as iniciativas de reconstrução e, para o caso que nos interessa, as aquisições significativas para a livreria, as quais fez de sua própria fazenda,

eventualmente para colmatar as perdas devidas ao terramoto ou tão só para aumentar e valorizar as coleções existentes. Em 1759, Frei Inácio é nomeado confessor das princesas filhas do rei D. José e, a partir de então, a sua vida passa a estar mais ligada ao serviço da Coroa. Foi Bispo de Penafiel e Arcebispo de Tessalónica, Inquisidor Geral e ministro assistente ao despacho de D. Maria I mantendo-se como seu confessor. (SÃO CAETANO, 2000-2015).

Não sendo ligado familiarmente ou por propriedade ao Convento de Carnide o que poderia ter levado Alexandre Metelo a doar parte dos seus livros a esse estabelecimento (se tal foi, de facto, o que sucedeu)? Aventamos como hipótese de trabalho, à falta de provas específicas, que a eventual doação pudesse resultar do contacto entre Metelo e Frei Inácio, na Corte, pois este era também homem de confiança do marquês de Pombal e um homem de livros. Noutra perspetiva, a relação pode estabelecer-se pela importância que os Carmelitas Descalços de Carnide tinham, no contexto ultramarino, pois era neste convento que se preparavam os frades que iam em missão para o ultramar, sobretudo para o Brasil onde tiveram vários estabelecimentos. Certo é que, qualquer que seja a razão que fez mudar de Casa um conjunto expressivo de livros, foi muito através do espólio do convento que eles chegaram aos nossos dias pois foram encaminhados para bibliotecas públicas, numa itinerância que vamos conhecer.

Com efeito, na génese desse processo está a extinção das ordens religiosas em Portugal que foi decretada em 28 de maio de 1834, após a vitória do regime liberal. Os conventos masculinos ficaram imediatamente encerrados e aos femininos foi consentida a manutenção, sem novos ingressos, até à morte da última religiosa. Os bens móveis e imóveis reverteram para a Coroa e entre os primeiros encontravam-se as livrarias. Note-se que as políticas liberais não procuravam a destruição dos livros, mas sim o seu reaproveitamento em bibliotecas a criar nas sedes de distrito ou concelho, a que se juntou em 1836, a instituição de uma rede de bibliotecas especializadas e também em estabelecimentos de ensino. De qualquer modo, o processo assentava na inventariação *in loco* e no confisco e envio dos livros para um organismo designado Depósito das Livrarias dos Extintos Conventos (DLEC), sito em Lisboa a partir de 1834, o qual veio a conhecer filiais no Porto e em Coimbra, para agilizar os procedimentos e evitar os problemas de transporte.

Estima-se que ao DLEC tenham chegado entre 350.000 a 500.000 volumes. A unidade institucional não foi mantida e os livros após receção, eram arrumados sumariamente por formatos e, dentro deles, por grandes grupos temáticos para facilitar o seu encaminhamento para outras instituições. No final do processo, em 1860, já após extinção do DLEC em 1841 e passagem das suas responsabilidades para a Biblioteca Nacional de Lisboa (BNL) foram feitos abates das obras mais danificadas, vendas e permutas, enfim, um conjunto de esforços para reduzir o número de exemplares que, no limite, ficaram no acervo da BNL, a quem coube a “parte de leão” ainda que com muitos duplicados (BARATA, 2003).

A dispersão dos livros provenientes dos conventos impede ou, pelo menos, dificulta uma reconstituição completa das coleções. O caso de S. João da Cruz de Carnide não é diferente. Os bens móveis arrecadados incluíram a livraria acerca da qual sabemos que correu riscos de roubo e extravio por se encontrar em lugar ermo (BARATA, 2004, p. 330). Através de uma Relação elaborada pelo DLEC, entre 1834 e 1841 onde se dá conta das arrecadações feitas nos conventos do país, em quantitativos, podemos saber que neste convento foram inventariados 3410 volumes o que configura, para a realidade portuguesa, uma biblioteca conventual de médio porte (BARATA, 2003, Anexo 4). O inventário de extinção que existe na Torre do Tombo, no entanto, apresenta cerca de 600 obras¹⁹ o que não pode deixar de causar estranheza, dada a disparidade de informação na mesma época e feita pelos mesmos agentes...

Felizmente, como marcavam os seus livros (prática que muitos outros estabelecimentos não seguiam...) temos vindo a encontrá-los não apenas na BNP, onde existe mais de uma centena de obras, mas também noutras bibliotecas patrimoniais da zona de Lisboa, algumas das quais criadas pelo regime liberal, conforme atrás se referiu. Destacamos a Biblioteca da Marinha, a Biblioteca da Faculdade de Direito de Lisboa, a Biblioteca do Exército e a Biblioteca Histórica da Academia Nacional das Belas Artes, mas vão surgindo exemplares noutras instituições, como por exemplo, no Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

Leituras de Alexandre Metelo de Sousa Meneses

Foi assim que os livros oferecidos por Alexandre Metelo ou adquiridos pelo Convento de S. João da Cruz ganharam visibilidade e nos permitiram, na amostra até hoje identificada, conhecer alguns gostos e orientações bibliófilas do colecionador. As obras que vamos indicar pertencem em grande parte à BNP, porém sempre que se trata de obras que estão hoje nos acervos da Biblioteca da Academia Nacional das Belas Artes (BANBA) e na Biblioteca do Exército (BE), identificamo-las no texto com a respetiva sigla. A apresentação faz-se de acordo com a cronologia tipográfica, entre o século XV e o XVIII, e dentro dela, procurámos agrupar os títulos por temáticas para melhor se entender os interesses de Alexandre Metelo.

Ora, precisamente, onde o bibliófilo se faz sentir é, desde logo, pela existência de um incunábulo e de um número apreciável de edições do século XVI, com predomínio das espanholas. Começemos pelo incunábulo pois é o *chef-d'oeuvre* desta biblioteca e, aliás, constituía no século XVIII, junto com as edições dos humanistas, um impresso de grande raridade e como tal, muito cobiçado pelos colecionadores. O incunábulo que pertenceu a Alexandre Metelo é um *Sacramental* escrito por Clemente Sánchez de Vercial, arcediogo de Valderas, muito divulgado ainda no tempo do livro manuscrito, tendo

19 PT/TT/MF. Convento de S. João da Cruz de Carnide. Caixa 2203, processo nº 82, referido *apud* GIURGEVICH, LEITÃO, 2016, 140-º356.

conhecido várias edições em Portugal e, sobretudo, em Espanha até ter sido considerado obra proibida, já no século XVI. Trata-se de uma compilação de instruções sobre os sacramentos, destinada ao clero e divulgada em linguagem vernácula para ajudar os menos instruídos no latim. O *Sacramental* que pertenceu a Alexandre Metelo é uma edição que não se conhecia e de que só existe este exemplar. Como lhe falta o colofão não se sabe quando foi impresso, mas estima-se que será uma segunda edição da obra que parece ter tido a sua primeira impressão em português em 1488, situando-se-lhe a data entre 1494 e 1500 (MENDES, 2004-2005).

De tipografia portuguesa mas já do século XVI há a obra de André de Avelar, *Sphaerae utriusque tabellae*, na edição de Coimbra, 1593, texto marcadamente de natureza científica do continuador de Pedro Nunes e comentador de Joannes a Sacrobosco.²⁰ Em edições quinhentistas destacam-se ainda os dois volumes profusamente ilustrados da *Hieroglyphica*, de Giovanni Piero Valeriano, impressa em Basileia, 1556, obra que teve grande difusão no seu tempo e que, ao gosto do Humanismo, estabelece a simbologia dos hieróglifos, com alegorias várias e alguma especulação teológica. De outros autores reputados do século XVI e apreciados pelos bibliófilos do século XVIII, temos ainda uma edição do *Pentaplus regnorum mundi*, de Michael von Eytzinger, impressa em Antuérpia por Christophe Plantin, em 1579, com excelentes ilustrações e uma do *Geniales dierum libri sex*, da autoria de Alessandro D'Alessandri, impressa em Paris, 1561. Com interesse filosófico há um exemplar da *Nueva filosofía de la naturaleza del hombre, no conocida ni alcançada de los grandes filósofos antiguos*, da autoria de Miguel Sabuco, impressa em Madrid, 1587. Nos livros consagrados às Artes, sobressai o famoso tratado de Vitruvius, *De Architectura*, editado em Alcalá de Henares, 1582 (BANBA).

A obra religiosa está também presente, como sucedia nas bibliotecas privadas da época, ainda que em textos de carácter histórico ou de jurisprudência como é o caso do *Memorial de la provincia de San Gabriel de la Orden de los Frayles Menores*, escrito pelo franciscano Juan Bautista Moles e da *Concordata* entre o Papa Leão X e Francisco I de França, sendo a primeira obra editada em Madrid, 1592 e a segunda de Paris, 1538.

As edições do século XVII destacam-se nesta amostra, especialmente as espanholas, o que nos faz pensar que a coleção pode ter sido iniciada aquando da estada em Madrid e/ou que tenha resultado da compra de livros provenientes de bibliotecas privadas espanholas. Damos destaque a algumas obras que nos parece terem sido adquiridas propositadamente. A primeira, de Gabriel Perez del Barrio Angulo, intitula-se, *Secretario y consejero de señores y ministros*, foi editada em Madrid, 1667 e insere-se num tipo de obras práticas muito difundido no século XVII e mais tarde no XVIII, cuja necessidade Alexandre

20 Esta obra tem marca de posse manuscrita e não o *ex-libris* porque, dadas as suas pequenas dimensões não seria possível colá-lo na parte interna da pasta. A inscrição manuscrita diz "Alexandre Metello de Souza Menezes".

Metelo terá naturalmente sentido. A segunda, é o *Retrato del buen vassalo copiado de la vida y hechos de D. Andres de Cabrera*, da autoria de Francisco Pinel y Monroy, em edição de Madrid, 1677. Com interesse claramente genealógico e que poderá ter ajudado o desembargador na formulação heráldica que conhecemos no seu *ex-libris* existe o *Discurso genealógico de la dilatada, esclarecida y antiquíssima família de Sousas*, escrito por António Sousa y Noroña e impresso em Madrid, nos anos quarenta. Como obra de base para um retrato de carácter mais geral sobre a Espanha, temos *Poblacion general de España, sus trofeos, blasones y conquistas heroicas*, escrita pelo português Rodrigo Mendes Silva que se fixou em Espanha, obra ainda hoje citada e aqui numa edição de Madrid, 1675.

No domínio científico que, como atrás se referiu, interessava ao desembargador, temos a *Historia naturalis*, de Plínio-o-Moço, considerada a primeira enciclopédia que cobre a botânica, zoologia, mineralogia e ainda outras áreas como a geografia e a matemática. Conheceu inúmeras cópias manuscritas e foi impressa múltiplas vezes. O exemplar pertence à edição de Madrid, 1624-1629, em 2 volumes e está na BANBA tal como a *Historia naturalis de insectis*, obra do naturalista seiscentista John Jonston, numa impressão de aparato pela dimensão e ilustrações, feita em Amsterdão, 1657. Na Matemática, pertenceu a Alexandre Metelo um exemplar do tratado do padre jesuíta Milliet de Chales, *Cursus seu mundus mathematicus*, editado em Lyon, 1690 e na Geografia, um atlas feito e editado pelo conhecido Johannes Janssonius intitulado *Atlantis majoris*, em Amesterdão, 1657, ambas também na BANBA. Os relatos de viagens que são frequentes nas bibliotecas privadas setecentistas estão representados pela *Relation nouvelle d'un voyage en Constantinople*, da autoria de Guillaume Grélot, em edição de Paris, 1681.

Nas obras de História, distinguimos a famosa obra de Jacinto Freire de Andrade, *Vida de D. Joam de Castro*, na sua segunda edição de Lisboa, 1671 e de Prudencio de Sandoval, a *Historia de la vida y hechos del emperador Carlos V*, impressa em Antuérpia, 1681, com ilustrações (BANBA). Com importância direta para as funções que desempenhava, Alexandre Metelo possuía um exemplar do *Repertorio das Ordenações do reyno de Portugal*, na 3ª edição feita em Lisboa, 1623 (BE). Figurava nesta livreria a indispensável Obra completa do padre António Vieira de que se encontraram na BE, 9 volumes da edição feita entre 1685 e 1710, em Lisboa.

As Miscelâneas eram muito vulgares nas livrarias setecentistas. Constituíam uma maneira expedita de encadernar, em conjunto, folhetos que podiam ter afinidades entre si os quais, se não fossem encadernados, acabariam por se deteriorar dadas as suas características. É de crer que o desembargador tivesse várias. Localizámos três na BNP: uma tem marca de Alexandre Metelo e do Convento de Carnide e apresenta-se com encadernação inteira de pele, ferros a ouro na lombada e rótulo a indicar “Papeis vários Part.”. Como a aposição do *ex-libris* e da marca manuscrita do

Convento de Carnide se situam na parte interna da pasta e na folha de guarda, respetivamente, o volume que contém quatro folhetos terá chegado assim à biblioteca dos Carmelitas Descalços. Esta miscelânea de obras espanholas, impressas entre 1648 e 1710, tem uma predominância temática de carácter jurídico e panegírico. Outra miscelânea de folhetos espanhóis e catalães impressos entre 1640 e 1642, de temática sobretudo política, tem apenas o *ex-libris* pelo que não terá pertencido ao convento e contém 54 folhetos, na maioria muito raros. A terceira miscelânea, também só com o *ex-libris*, é de temática variada, tem 8 folhetos, o mais antigo de 1595 e os restantes do século XVII, todos de edição espanhola. Por fim, já de produção nacional, e a dar um toque mais cortesão, temos a *Arte de galanteria ofrecida a las damas del palácio*, de Francisco de Portugal, misto de poesias, com preceitos de etiqueta, boas maneiras, conversação, vestuário, etc., obra editada em Lisboa em 1670, com textos em português e em castelhano.

Temos, pois, por um lado o bibliófilo que procura a edição rara e valiosa e, por outro, o homem prático que vê no livro uma fonte de conhecimento. Encontramos, por exemplo, um guia famoso de viagens que foi a obra *Les délices de l'Italie*, em 2 volumes, impressa em Paris, 1707. Acompanhando a política da época, há duas obras com interesse: o *Oráculo de la Europa consultado por los príncipes de ella, sobre los negócios presentes políticos y militares*, impresso em Madrid, 1744 e a *Collecção de breves pontifícios e leys regias que forão expedidos e publicados desde o anno 1741, sobre a liberdade das pessoas, bens, e commercio dos índios do Brasil*, editada em Lisboa, pela Secretaria de Estado em 1759 que constitui uma compilação oficial destinada a divulgar os textos mais relevantes que serviram de base às acusações feitas à Companhia de Jesus e a justificar a sua expulsão. A jurisprudência está presente no *Tractado pratico jurídico, cível e criminal*, da autoria de Manuel António Monteiro de Campos e impresso em Lisboa, 1765 (BE), um ano antes da morte de Alexandre Metelo.

Passando para um registo que indicia leitura de ócio, temos as *Lectures sérieuses et amusantes*, obra em 6 volumes, editada em Genève, 1753, o *Theatro heroico, abecedário histórico e catalogo de mulheres ilustres*, escrito por frei João de S. Pedro e editado em Lisboa, 1736-1740, 2 volumes (BE) e as *Obras* de Francisco de Quevedo, conhecido escritor espanhol do “Siglo de Oro”, impressas em Antuérpia, 1726, com ilustrações, em 4 volumes (ANBA). A comprovar o gosto pela Física, figuram as *Praelectiones Academiae Publicae*, obra do alemão Georgius Wolfgangus Krafft, em 3 volumes ilustrados e com estampas desdobráveis, publicadas em Tübingen, entre 1750 e 1754, sendo os volumes dedicados, respetivamente, à Física Teórica, à Física Mecânica e à Física Óptica e, no domínio da Arquitetura onde já tínhamos assinalado, nas impressões quinhentistas, a obra de Vitruvius, a *Architettura civile*, do padre Guarino Guarini, numa edição monumental, feita em Turim, 1737, profusamente ilustrada (ANBA).

Alexandre Metelo lia em castelhano, francês e muito provavelmente em italiano e latim. A maioria das obras portuguesas que encontrámos, para além do que mencionámos, são vulgares noutras bibliotecas e não parecem corresponder a um padrão especial, antes a compras ocasionais ou até a prováveis ofertas. De notar que a Alexandre Metelo foram ainda dedicadas obras evocando a sua condição de pertencer ao “conselho de Sua Magestade” e de ter sido “embaixador extraordinário” na corte do império da China. Trata-se da 4ª edição da obra de João António Garrido, *Taboada curiosa, novamente reformada e augmentada, em que se trata de todas as regras geraes e espécies de contas...*, publicada em Lisboa, 1747 e da *Vida de Ludovico, conde de Matizio, escripta em castelhano por D. João de Zavaleta, e exposta na língua portugueza*, editada em Lisboa, 1738.

Conclusão

Que podemos concluir desta visão, necessariamente limitada, sobre a livraria particular de Alexandre Metelo de Sousa Meneses?

Como dissemos no início, a história das bibliotecas privadas do Antigo Regime vive muito de “descobertas” ocasionais, de um inventário, rol ou, com mais sorte, de um catálogo que chegou aos nossos dias. No geral, procura-se conhecer a livraria de determinadas personalidades, monarcas, nobres, ministros, altos membros do clero, até porque são aqueles que deixaram testemunho de posse de livros e que desempenharam uma função política, social ou religiosa. Porém, a História do Livro, da Leitura e das Bibliotecas necessita também de procurar o colecionador desconhecido e tentar, a partir dos seus livros, desvendar uma personalidade e reconhecer o que é igual (por ser moda) e o que é diferente (por ser interesse específico) na sua livraria. No primeiro caso, obtemos a perceção de um gosto de época e/ou de grupo social. No segundo, é o perfil de um leitor/coleccionador individual que sobressai.

Procurámos mostrar, através dos exemplares da livraria de Alexandre Metelo, essas características. Por um lado, naquilo que representa dentro do grupo social de fidalguia não titular e ligada ao serviço público, típico do reinado de D. João V, sendo certo, como antes referimos, que na nobreza titular não é muito evidente, nesta época, a existência de livraria como signo de distinção social. Já no grupo a que pertence o desembargador, a constituição de coleções bibliográficas e outras, é um sinal incontestável do sucesso dos “novos” face às elites tradicionais. Por outro lado, se pensarmos no significado do Livro e da Leitura no século XVIII, época por excelência de um aumento significativo na oferta de novos textos e na recuperação bibliófila de alguns antigos, perspetivamos, nas escolhas que Alexandre Metelo foi fazendo ao longo da sua vida, toda uma forma de representação de um “saber estar” e de uma sociabilidade que se baseia em relações de Poder e de Saber. No contexto da sua Casa Nobre, a livraria surge como elemento agregador de um

estatuto social que o desembargador soube construir. Tem um espaço próprio, um conteúdo único que ilustra as escolhas do seu possuidor e combina o livro útil com o livro-objeto simbólico e, se não é uma decorrência ou continuação de uma biblioteca de família, como acontecia entre os fidalgos titulares, é legitimada pela expressão de cultura que transmite, fruto da competência e conhecimento de quem a construiu.

Referências

Manuscritos

Arquivo Nacional da Torre do Tombo:

[INVENTÁRIO]. PT/TT/Orfanológicos, Letra A, Maço 121, nº 1, Alexandre Metelo de Souza e Menezes, Palácio Mitelo, Campo de Santana. 1766.

MENESES, Alexandre Metelo de Sousa. *Diário da embaixada que à China mandou ao Senhor D. João V rei de Portugal*. 1 livro manuscrito, [17251728]. (66 f.), PT/TT/CF/054. Disponível em: <<http://digitalq.dgarq.gov.pt/viewer?id=3909678>>. Acesso em: 02 ago. 2017.

Impressos

ALMARJÃO, José Maria. Algumas notas sobre o Ex-Libris de Alexandre Metello de Sousa e Menezes. *Boletim da Academia Portuguesa de Ex-Libris*, Lisboa, n. 29, p.172-173, 1964.

ARAÚJO, Ana Cristina. Livros de uma vida: critérios e modalidades de constituição de uma livraria particular no século XVIII. *Revista de História das Ideias*. Coimbra, v. 20, p. 149-185, 1999.

BARATA, Paulo J. S. *Os livros e o liberalismo: da livraria conventual à biblioteca pública*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2003.

BARATA, Paulo J. S. Roubos, extravios e descaminhos nas livrarias conventuais portuguesas após a extinção das ordens religiosas: um quadro limpressivo. *Lusitania Sacra*, Lisboa, 2ª série, v. 16, p. 319-343, 2004). Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10400.14/4490>>. Acesso em: 25 jul. 2017.

BRAZÃO, Eduardo. *Subsídios para a história das relações diplomáticas de Portugal com a China: a embaixada de Alexandre Metelo de Sousa e Meneses, 1725-1728*. Macau: Imprensa Nacional, 1948.

BRIGOLA, João Carlos Pires. *Colecções, gabinetes e museus em Portugal no século XVIII*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

CAMPOS, Fernanda Maria Guedes de. *Bibliotecas de história: aspectos da posse e uso dos livros em instituições religiosas de Lisboa nos finais do século*

XVIII. Lisboa: [s.n.], 2014. Tese (Doutoramento em História) Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa. Disponível em: <<http://run.unl.pt/handle/10362/11396>>. Acesso em: 12 jul. 2017.

CAMPOS, Fernanda Maria Guedes de. A Livraria de Alexandre Metelo de Sousa Meneses (1687-1766): do coleccionador à biblioteca conventual. In: *CONGRESSO CASA NOBRE: um património para o futuro*, 3., 2013, Arcos de Valdevez. *Actas*. Casa das Artes : Câmara Municipal de Arcos de Valdevez, 2013. p. 410-427.

CASTILHO, Júlio de. *Lisboa antiga*. Lisboa: Livraria de A.M. Pereira, 1903. v.3.

CASTRO E SOLLA, Conde de. Alexandre Metello de Sousa e Menezes. *Revista de ex-libris portugueses*, Lisboa, n. 8, p. 131-134, 1916.

CHARTIER, Roger ; ROCHE, Daniel. Les pratiques urbaines de l’Imprimé . In : *Histoire des Bibliothèques Françaises*, Paris : Promodis, v. 2, 1984. p.403-429,

COSTA, Mário Alberto Nunes. Alexandre Metelo de Sousa e Meneses . *Boletim da Academia Portuguesa de Ex-Libris*, Lisboa, n. 26, p.197, 1963.

CRUZ, Miguel Dantas da. *Um império de conflitos: o Conselho Ultramarino e a Defesa do Brasil*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, 2015.

CUNHA, Mafalda Soares da; MONTEIRO, Nuno. As grandes casas. In: *História da vida privada: a idade moderna*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2011. p. 202-243.

DOMINGOS, Manuela D. Erudição no tempo joanino: a livraria de D. Francisco de Almeida. *Leituras: Revista da Biblioteca Nacional*, Lisboa, n. 9/10, p. 191-219, 2001-2002.

DOMINGOS, Manuela D. *Livraria de D. José da Silva Pessanha: do coleccionador à biblioteca pública*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1998.

EX-LIBRIS: colecções arquitecto Segismundo Pinto & Biblioteca Nacional. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1998.

FORMEY, Samuel. *Conseils pour former une bibliothèque peu nombreuse mais choisie*. Nouv. Edit.corrigée et augm. A Berlin : Chez Haude et Spener, 1756.

FRANCO, Carlos. *Casas das elites de Lisboa: objectos, interiores e vivências, 1750-1830*. Lisboa: Scribe, 2015.

MADUREIRA, Nuno Luís. *Lisboa: luxo e distinção,1750-1830*. Lisboa: Fragmentos, 1990.

GIURGEVICH, Luana; LEITÃO, Henrique. *Clavis Bibliothecarum: catálogos e inventários de livrarias de instituições religiosas em Portugal até 1834*. Lisboa: Secretariado Nacional para os Bens Culturais da Igreja, 2016.

MARTINS, Francisco de Assis de Oliveira. *O Convento de S. João da Cruz de*

Carmelitas Descalços de Carnide na historiografia portuguesa. Lisboa: [s.n.], 1977. Separata de *A historiografia portuguesa anterior a Herculano*.

MENDES, Maria Valentina Sul. O sacramental de 1539, da BN, é afinal uma 2ª edição incunabular da mesma obra, em Português, totalmente desconhecida até hoje?. *Leituras: Revista da Biblioteca Nacional*, Lisboa, n. 14/15, p. 103-200, 2004-2005.

MIGUEL, Pedro Lopes Madureira Silva. Descobrir a dimensão palaciana de Lisboa na primeira metade do **século XVIII**: titulares, a corte, vivências e sociabilidade. 2012. Dissertação (Mestrado) Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa. Disponível em: <<http://run.unl.pt/handle/10362/7861>>. Acesso em: 30 jul. 2017.

MIRANDA, Tiago. *António Freire de Andrade Encerrabodes (1699-1783)*: no espelho de Pombal. *Penélope*, Oeiras, n. 30/31, p. 93-134, 2004.

PINTO, Segismundo. *Palácio do Metelo*. Lisboa: Instituto Superior de Serviço Social, 1987. Separata de *Intervenção Social*.

QICHEN, Huang. A Embaixada de Alexandre Metello de Souza à China no contexto das relações lusochinesas. *Administração*, Macau, v. XI, n. 40, p. 285-297, 1998.

RAMOS, João de Deus. *As relações diplomáticas entre Portugal e a China na primeira metade do século XVIII*: as embaixadas de António de Magalhães, S.J. e Alexandre Metello de Sousa e Meneses. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1990.

RUSSO, Mariagrazia. *Embaixada de D. João V de Portugal ao Imperador Yongzheng da China através da documentação do Arquivo Distrital de Braga*. Lisboa: Fundação Oriente, 2005.

SANTARÉM, Visconde de. Abreviada relação da embaixada que El-Rei D. João V mandou ao Imperador da China e Tartária por seu embaixador Alexandre Metelo de Souza Menezes. Lisboa: Imprensa Nacional, 1879.

SÃO CAETANO, Inácio de. *Portugal*: dicionário histórico, corográfico, heráldico, biográfico, bibliográfico, numismático e artístico. Edição electrónica, 2000-2015. Disponível em: <http://www.arqnet.pt/dicionario/saocaetano_fi.html>. Acesso em: 04 ago. 2017.

SEIXAS, Miguel Metelo de. O uso da heráldica no interior da Casa Senhorial Portuguesa de antigo regime: propostas de sistematização e entendimento. In: *A Casa Senhorial em Lisboa e no Rio de Janeiro: anatomia dos interiores*. Coord. Isabel Mendonça, Hélder Carita e Marize Malta. Lisboa: Instituto de História da Arte, Universidade Nova de Lisboa; Rio de Janeiro: Escola de Belas Artes, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2014. p. 86-109.

Tema 1

**Doação e captação de
Coleções Bibliográficas para
Instituições Públicas: fluxos,
ações e implicações legais**

Do privado ao público: analisando a formação e o desenvolvimento de coleções da Fundação Biblioteca Nacional

Rosângela Rocha Von Helde

Introdução

A Real Biblioteca portuguesa acumulava o patrimônio de vários reinados, com características e gostos particulares. Com o terremoto de 1755, quase foi dizimada pelo fogo. D. José juntamente com seu ministro o marquês de Pombal, juntou o pouco que sobrara e deu início a uma nova coleção, através da compra de coleções particulares, da requisição de coleções esquecidas e abandonadas em mosteiros, pelos jesuítas e até de generosas doações. Localizada no Palácio da Ajuda, não parou de crescer, lucraria ainda com a entrega das “propinas”, que correspondiam a doação ao estado de um ou mais livros de uma edição produzidos pela Real tipografia. (SCHUARTZ, 2002, p. 146).

A formação da Biblioteca Nacional brasileira teve início com a vinda da Família Real portuguesa em 1808. Entretanto, na fuga das tropas de Napoleão, alguns caixotes ficaram abandonados no porto e só em 1810 começaram a ser transferidas para o Brasil. Com o acervo novamente reunido, D. João fundou a Real Biblioteca Nacional. A Real Biblioteca nos deixou inúmeras contribuições, que enriqueceram em volume e raridade a Biblioteca Nacional brasileira, como por exemplo, as coleções de Barbosa Machado, abade de S. Adriani de Seve, do Conde da Barca, Guilherme Dugood entre outras tantas.

Em 1822, após a institucionalização da Biblioteca Imperial e Pública, outras importantes coleções foram incorporadas agregando inestimável valor ao acervo. No mesmo ano, por determinação do governo imperial, a Biblioteca passa a receber um exemplar de todas as obras, folhas periódicas e volantes impressos na Tipografia Nacional, fato precursor do que hoje é a Lei do Depósito legal. Com o passar dos anos outras ações colaboraram para a estruturação de uma política de desenvolvimento de coleções e para o desenvolvimento e preservação do acervo. A Biblioteca Nacional do Brasil, considerada pela UNESCO uma das dez maiores bibliotecas nacionais do mundo, é também a maior biblioteca da América Latina.

Desenvolvimento de coleções da Biblioteca Nacional

A Biblioteca Nacional é um organismo em constante crescimento, tendo como função precípua ser o repositório da memória nacional. Importantes coleções e obras são incorporadas constantemente. Sua política de desenvolvimento de coleções está ligada aos processos de captação por doação, permuta, compra, depósito legal, mas principalmente através das obras depositadas em cumprimento das Leis de Depósito Legal.

A BN possui uma Comissão Permanente de Políticas de Acervo e Gestão de Áreas de Armazenamento, constituída por Decisão Executiva de Nº 27 de 12 de agosto de 2016, com a finalidade de deliberar sobre a política de seleção de obras para incorporação ao acervo e descarte de obras e sobre o remanejamento de acervos das diversas áreas de guarda permanente. Essa Comissão é constituída pelos Coordenadores Gerais dos Centros de Processamento e de Preservação e de Coleções e Serviços aos Leitores, e pelos Coordenadores de Acervo Geral, Especializado, Publicações Seriadas, Preservação e Serviços Bibliográficos.

O processo de formar e desenvolver coleções sempre esteve presente ao longo da história do livro e das bibliotecas. Portanto, desde a biblioteca de Alexandria às bibliotecas digitais, não há como formar e desenvolver coleções sem se deparar com questões próprias da natureza desse processo, tais como: o quê, o porquê, o para quê, o como e o para quem colecionar. (WEITZEL, 2012, p. 180).

A Biblioteca Nacional recebe acervos através de:

- **Leis de Depósito Legal.** O Depósito Legal foi criado para assegurar a coleta, a guarda e a difusão da produção intelectual brasileira, visando à preservação e formação da Coleção Memória Nacional, incluindo obras de natureza bibliográfica (Lei nº 10.994, de 14/12/2004) e musical (Lei nº 12.192, de 14/01/2010).

O que o Depósito Legal recebe:

- Livros, folhetos (não destinados às propagandas), publicações oficiais, atas, relatórios técnicos;
- Periódicos - jornais, revistas, boletins de circulação nacional, regional ou institucional (editados por qualquer tipo de órgão, grupo, associação política, empresarial, sindical, religiosa, ideológica);
- Publicações em fascículos;
 - Fitas de vídeo, filmes, Cds;
 - Letras, partituras, folhetos, livretos;
 - Fotos, estampas, desenhos;
 - Mapas, plantas, cartazes.

O que o Depósito Legal não recebe:

Material de propaganda, incluindo ofertas de bens móveis e imóveis, folders de candidatos políticos, convites, brindes (marcadores de livro, agendas...), cópias de publicações, [ideias].

Outras formas de entrada de acervo na Biblioteca Nacional:

- Direito Autoral

Registros no Escritório de Direitos Autorais - EDA, que também recebe o “depósito legal” das obras registradas (Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998), contribuindo para a guarda e a difusão da produção intelectual brasileira, missão principal da Fundação Biblioteca Nacional.

- Compra

A Biblioteca Nacional possuía uma rubrica bem pequena, dentro da ação de captação, preservação e disponibilização de acervos bibliográficos e documentais, para compra de acervos. Entretanto, com as restrições orçamentais cada vez maiores, não compramos nada há pelo menos três anos. O processo era bastante simples: solicitar aos setores suas demandas, listá-las, abrir processo e encaminhar à Coordenadoria Geral de Planejamento de Administração – CGPA para providências para todo o processo licitatório em si. Depois, com o resultado do pregão, conferir e atestar recebimento e encaminhar as notas fiscais para pagamento. Após o recebimento realizar as ações relativas ao processo de compra: alertar se o produto veio com defeito, informar caso não tenha chegado no prazo estipulado, etc. As compras de material estrangeiro não são cotadas porque não há fornecedor. A BN nunca compra obras em leilão, por não oferecerem valores fixos.

- Permuta

A Biblioteca Nacional (BN) mantém um serviço de intercâmbio com outras instituições para doação das duplicatas do acervo e permuta de publicações da própria Biblioteca e de órgãos oficiais brasileiros. Atualmente, são mais de 700 bibliotecas e instituições culturais associadas, tanto no Brasil quanto no exterior, incluindo bibliotecas escolares, de organizações não-governamentais e de utilidade pública. A Biblioteca Nacional possui uma listagem de instituições estrangeiras que permutam suas publicações por obras editadas pela Biblioteca Nacional.

- Doação

Por inúmeros motivos os próprios colecionadores, amigos e familiares procuram a Biblioteca Nacional para doarem acervos, objetivando sua guarda, preservação e difusão. São acervos que representam trajetórias de vida e/

ou gostos e características pessoais. As doações na Biblioteca Nacional são norteadas pela Instrução de Serviço/FBN Nº3/2016, de 17 de agosto de 2016 (Anexo). “[...] o colecionismo apresenta uma diversidade grande de estímulos e intenções, é importante enfatizar que essas práticas devem ser pensadas em razão da biografia das pessoas, no sentido de que o momento em que se começa a colecionar e os motivos das coleções têm relação com a trajetória de vida das pessoas, e marcam propriedades atribuídas a seus ciclos de vida”. (LOPES, 2010, p. 386).

- Instrução de Serviço/FBN Nº3/2016 de 17 de agosto de 2016

Em se tratando de doação, ela pode vir de maneira espontânea, onde o doador (pessoa física ou jurídica) procura algum dos setores da BN e manifesta o interesse em doar seu acervo, ou por demanda, quando servidores da BN tomam conhecimento de algum acervo que está para ser doado e entra em contato com o doador, manifestando interesse. Toda proposta de doação deve passar pela Comissão Permanente de Política de Acervos e Gestão de Áreas de Armazenamento, composta pelas Coordenadoras Gerais do CPP e do CCSL, pelas Coordenadoras da CAGE, COPER, CAE, CSB, COP, EDA e pela chefia da DIORA, que irá avaliar as condições físicas e de conteúdo da coleção, duplicidade, capacidade de armazenamento da Divisão que receberá o acervo e condições de transporte para a FBN. Serão convocadas a participar da reunião da Comissão Permanente, a chefia da Divisão que receberá a doação e chefia do Setor de Intercâmbio. Em caso de quantidade pequena de acervo, será preenchido Termo de Doação em três vias (doador, Divisão recebedora e Setor de Intercâmbio). Com relação a grandes coleções doadas por pessoas jurídicas, caberá ao Presidente da Comissão de Política de Acervo a abertura de processo administrativo, bem como a tomada de todas as providências legais junto à Procuradoria Federal para redação de termo para a aquisição e incorporação do acervo.

Algumas coleções que entraram por doação na Biblioteca Nacional:

- Antônio Corrêa de Lacerda - 42 volumes de valiosos manuscritos, incluindo estudos inéditos sobre história natural, notadamente sobre vegetais do Pará e do Maranhão e suas aplicações medicinais e econômicas, enriquecidas com 208 estampas coloridas. Disposição testamentária em 1853.

- Filipe Lopes Netto - coleção de obras escritas e impressas na República do Chile, abrangendo 2.172 volumes que incluem mapas geográficos. Doação em 1872.

- D. Thereza Christina Maria – D. Pedro II retorna a Portugal e, antes de partir, doa um conjunto de aproximadamente 100 mil obras, que pede que seja denominado “Collecção D. Thereza Christina Maria”, em homenagem à

Imperatriz, sua esposa. É a maior doação já recebida e sua chegada demandou reformas e criação de novos espaços no prédio para comportar o acréscimo no acervo. A coleção reúne livros, publicações seriadas, mapas, partituras, desenhos, estampas, fotografias, litografias e outros documentos impressos e manuscritos. Doação em 1891.

- Abraão de Carvalho - Maior coleção especializada no gênero da América, composta de mais de 17 mil peças, quase todas raras, com partituras e literatura musical dos séculos XVII e XVIII. Compra em 1858.

- Alair Gomes - Mais de 150 mil imagens, além de diários e manuscritos. Maurício Bentes, seu grande amigo e um dos mentores da doação de seu acervo à Biblioteca Nacional, juntamente com Aíla Gomes e Celeida Tostes, em 1994.

- Beatrix Reynal - Manuscritos, livros, desenhos, gravuras e matrizes. Pseudônimo da poetisa Marcelle Jaulent dos Reis. Doação em 1978 pela própria.

- Ernesto Nazareth - Manuscritos autógrafos do compositor (alguns nunca impressos) e doados por Eulina de Nazareth em 1976.

- Guerra Peixe - Manuscritos musicais autógrafos, recortes de jornais, livros, gravações musicais, programas de concertos, correspondência doados pelo próprio em 1989.

- Museu Imperial de Petrópolis - Manuscritos autógrafos de Antonio Carlos Gomes e Gioacchino Giannini. Transferência. Museu Imperial de Petrópolis em 1982.

- S/A Radio Tupi – 170 caixas contendo discos de vinil comerciais e promocionais. Doação Diários Associados em 2015.

- José Olympio - Cerca de 100.000 documentos entre livros, manuscritos, fotografias. Doação em 2006.

Algumas coleções que entraram por compra na Biblioteca Nacional:

- Pedro de Angelis – livros e manuscritos. Rica coleção composta por obras sobre viagens, história em geral, mapas, planos, plantas e uma grande quantidade de periódicos. Adquirida por compra em leilão em 1853.

- Abrahão de Carvalho BAC - Partituras (manuscritos e impressos), brasileiras e estrangeiras, livros, programas de concertos, recortes de jornais, iconografia. Adquirida por compra em 1953.

- Luciano Gallet CLG - Partituras do compositor e do amigo Glauco Velazquez, adquirida por compra em 1953.

Algumas coleções que entraram por doação e compra na Biblioteca Nacional:

- Alexandre Rodrigues Ferreira - Escritos de Alexandre Rodrigues Ferreira, originais e cópias de memórias, relatórios, diários, mapas e desenhos sobre a expedição científica realizada entre 1783 e 1792 para o governo português, desenhos de animais, índios, botânica e prospectos de cidades e povoações da região amazônica; correspondência do titular com autoridades.

A coleção da Biblioteca Nacional é factícia, tendo sido formada a partir de outras coleções adquiridas em diferentes épocas, através de particulares e instituições.

Origem: Academia Real de Ciências (Portugal).

Comodato

O comodato não é um tipo de modalidade de aquisição que se adequa à Biblioteca Nacional, poucos acervos entraram excepcionalmente por esta modalidade em nossa instituição.

Segundo o código civil brasileiro, o comodato é o empréstimo gratuito de coisas não fungíveis, ou seja, que não podem ser substituídos por outros da mesma espécie, qualidade e quantidade. É também, contrato unilateral, temporário e não solene.

É unilateral porque, aperfeiçoando-se com a tradição, gera obrigações apenas para o *comodatário*. A entrega da coisa pelo *comodante* é condição para a sua formação. Uma vez constituído pela tradição, apenas o comodatário passa a ter obrigações definidas e constantes. Pode ser por tempo determinado, se estender, ou mesmo se perpetuar. Como a lei não exige forma especial para validade do contrato de comodato, podendo ser utilizada até a verbal, é contrato não solene. A sua existência pode ser comprovada até mesmo por testemunhas, pois são admitidos todos os gêneros de prova.

Motivação

O comodante não tem como manter a coleção, seja por questões financeiras para preservação, por falta de espaço, pela descontinuidade de políticas públicas e privadas (já não é de interesse dos novos gestores, que preferem se “desfazer”, mesmo que temporariamente dos itens).

Pontos positivos

- O acesso às coleções particulares, que na maioria das vezes estavam inacessíveis ao público;

- Possibilidade de incorporação desta coleção ao acervo (futuras doações, desinteresse ou esquecimento dos comodantes...);
- Possibilidade de digitalização de itens por parte do comodatário, possibilitando a posse do objeto digital, se assim acordado entre as partes.

Pontos negativos

- Gastos com o tratamento técnico do acervo (processamento, higienização, restauração) para posteriormente ser levado e/ou vendido pelo comodante;
- Impossibilidade de registrar o acervo;
- Ocupação de espaço físico precioso;
- Descontinuidade de políticas públicas, que afetam a confiança do comodante em relação à nova diretoria que assume, e que pode levar a retirada da coleção;

Coleções que entraram por comodato na Biblioteca Nacional:

- SBAT – Há 10 anos na BN, por falta de espaço para acondicionamento e guarda. Entretanto a coleção está digitalizada e disponível na página da SBAT: <<http://www.sbat.com.br/>>.

- João Goulart – Quatro pastas contendo correspondências, textos diversos, pesquisas do IBOPE, livro com dedicatória do presidente Vargas, recortes e fascículos de jornais, fotografias, cartazes, documentos pessoais e uma capa de couro. Data de entrada da 1ª parte: 08/12/2014. Do total acordado de 10.000 (dez mil) volumes, foram recebidos até o momento 413 (quatrocentos e treze) peças. Comodato entre João Vicente Goulart/Instituto João Goulart e a Fundação Biblioteca Nacional.

Considerações finais

Tornar as coleções de particulares acessíveis constitui em ação fundamental para a democratização e acesso à informação de memória de alguma personalidade ou instituição. Muitas vezes, uma obra ou documento não possui valor de memória isoladamente, mas ao compor um determinado fundo pode agregar valores culturais de um povo. É de fundamental importância que bibliotecários e gestores de centros de documentação de instituições públicas e privadas, estabeleçam políticas de difusão e preservação destes acervos, que se constituem em registros da memória nacional.

Referências

BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). *Depósito legal*. Acesso em: <<https://www.bn.gov.br/sobre-bn/deposito-legal>>. Acesso em: 23 nov. 2017.

BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). *Histórico*. Disponível em: <<https://www.bn.gov.br/sobre-bn/historico>>. Acesso em: 30 nov. 2017.

BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). *Instrução de serviço/FBN Nº3/2016*, de 17 de agosto de 2016. Rio de Janeiro, 2016. 4f.

BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). *Intercâmbio entre bibliotecas*. Disponível em: <<https://www.bn.gov.br/servicos/intercambio-entre-bibliotecas>>. Acesso em: 11 dez. 2017.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. *Lei nº 10.994, de 14/12/2004*. Dispõe sobre o depósito legal de publicações, na Biblioteca Nacional, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Lei/L10994.htm>. Acesso em: 23 nov. 2017.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. *Lei nº12.192, de 14/01/2010*. Dispõe sobre o depósito legal de obras musicais na Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12192.htm>. Acesso em: 23 nov. 2017.

BRASIL. *Código civil e legislação civil em vigor*. 35.ed. rev. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2017.

COLEÇÃO SBAT : manuscritos teatrais. Acesso a documentos históricos. Disponível em: <<http://www.casadoautorbrasileiro.com.br/sbat/acervo-digital>>. Acesso em: 23 maio 2016.

LOPES, José Rogério. *Colecionismo e ciclos de vida: uma análise sobre percepção, duração e transitoriedade dos ciclos vitais*. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 16, n. 34, p. 377-404, jul./dez. 2010.

PARCERIA com o Instituto Presidente João Goulart: FBN recebe cerca de dez mil itens de Jango. Disponível em: <<https://www.bn.gov.br/es/node/295>>. Acesso em: 23 maio 2016.

SHUARTZ, L. M. *A longa viagem da biblioteca dos reis: do terremoto de Lisboa à Independência do Brasil*. 2. ed. 3. reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

WEITZEL, S. R. Desenvolvimento de coleções: origem dos fundamentos contemporâneos. *TransInformação*, Campinas, 24, n. 3, p. 179-190, set./dez., 2012.

Anexo I



MINISTÉRIO DA CULTURA
Fundação BIBLIOTECA NACIONAL



INSTRUÇÃO DE SERVIÇO/FBN Nº 03/2016 DE 17 DE AGOSTO DE 2016.

PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO E RECEBIMENTO DE DOAÇÕES

1- Da aplicação

Aplicam-se as disposições da presente instrução de serviço a todas as propostas de doação de coleções bibliográficas e/ou documentais, candidatas a incorporação ao acervo da Fundação Biblioteca Nacional.

2- Da proposta e avaliação

Toda proposta de doação deverá ser encaminhada para análise da Comissão Permanente de Política de Acervos e Gestão de Áreas de Armazenamento, acompanhada de relação do material a ser doado.

A lista do material deverá conter, informações básicas sobre a coleção: número de documentos ou número de volumes estimado (em caso de coleções de grande porte), autor, título e data dos documentos e estado de conservação.

Os chefes das Divisões/Seções que encaminharem as propostas de doação, ou que forem responsáveis pelo acervo que incorporará a coleção, serão convidados a participar da reunião da Comissão que deliberará sobre o assunto, bem como o responsável pelo Serviço de Intercâmbio.

Deverão ser levados em conta, como critérios para aceite da doação:

- Importância do conjunto documental;
- Existência de exemplares no acervo (duplicata do acervo);
- Estado físico da coleção;
- Capacidade de armazenamento do acervo da Divisão que receberá a coleção; e
- Condições de transporte para a BN.



MINISTÉRIO DA CULTURA
Fundação BIBLIOTECA NACIONAL



3- Da aceitação

Aprovado o recebimento da doação, o doador deverá assinar o Termo de Doação (anexo n. 1), a ser preenchido em três vias: a primeira para o doador, a segunda para a seção que encaminhou a proposta, a terceira para o Serviço de Intercâmbio.

Em caso de coleções de grande porte doadas por pessoas jurídicas, caberá ao Presidente da Comissão de Políticas de Acervos a instrução de processo administrativo, juntando a proposta de doação, a ata da reunião com o aceite da doação e uma nota técnica redigida pelo responsável pela Divisão que receberá a coleção, para encaminhamento à Procuradoria Federal para redação do termo de doação. O recebimento de doações não poderá implicar em nenhum tipo de obrigação ou contrapartida para a Biblioteca Nacional.

4- Da competência

Compete ao Serviço de Intercâmbio da Coordenadoria de Serviços Bibliográficos (CSB) a conferência da chegada do material, registro estatístico do recebimento e distribuição entre as Divisões competentes para o devido processamento e guarda.

No caso do recebimento grande volume de itens específicos (periódicos, discos, fotografias, etc.), o material será encaminhado diretamente à Divisão de guarda.

Compete à CSB a guarda dos processos administrativos referentes às doações de coleções de pessoas jurídicas.

5- Do processamento técnico

O registro patrimonial e o processamento técnico dos materiais recebidos em doação será feito da seguinte forma, respeitando-se os procedimentos acordados nesta IS.



MINISTÉRIO DA CULTURA
Fundação BIBLIOTECA NACIONAL



Livros: a cargo da CSB

Outros tipos de material bibliográfico/materiais especiais: a cargo das unidades do Centro de Coleções e Serviços aos Leitores (CCSL).

6- DISPOSIÇÕES FINAIS

I - A presente Instrução de Serviço entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ FERNANDO ZUGLIANI
Presidente em Exercício





MINISTÉRIO DA CULTURA
Fundação BIBLIOTECA NACIONAL



ANEXO I – MODELO DE TERMO DE DOAÇÃO

Pelo presente instrumento eu, _____, residente à rua _____, portador da carteira de identidade _____, inscrito no CPF sob o n. _____, doravante denominado DOADOR, declaro ser detentor legal das obras relacionadas em anexo, que através deste instrumento cedo à FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL - FBN em caráter de doação, de livre e espontânea vontade.

Declaro também que a doação ocorre sem condições ou encargos de qualquer natureza para a Fundação Biblioteca Nacional, transferindo a ela irrevogavelmente toda a posse, jus e domínio sobre os referidos materiais/obras.

Rio de Janeiro, _____

O Projeto Memorial do Livro Moronguetá (Mlm) e a Salvaguarda da Memória Paraoara

Elisangela Silva da Costa

Considerações Iniciais

Os livros são bens patrimoniais permanentes do ponto de vista administrativo, porém mais do que isso eles são testemunhas de fatos e ideias que marcaram um determinado momento histórico.

Em épocas idas Belém do Pará teve uma efervescente vida intelectual fomentada por eminentes personalidades, tais como: Annunciada Chaves, Clóvis Moraes Rego, Vicente Salles, Eidorfe Moreira, Max Martins, Benedito Nunes, entre outros.

Com o passar do tempo esta vida cultural foi se enfraquecendo, mas as ideias destes autores que influenciaram e ajudaram a construir a cena artística e científica paraoara permanecem vivas por meio de seus escritos. Comungamos com a opinião de Henri Atlan (1972 apud LE GOFF, 2003, p. 421) ao dizer que:

A utilização de uma linguagem falada, depois escrita, é de fato uma extensão fundamental das possibilidades de armazenamento da nossa memória que, graças a isso, pôde sair dos limites físicos do nosso corpo para se impor quer nos outros, quer nas bibliotecas.

Neste cerne as bibliotecas destes particulares configuram-se em verdadeiros portais ou túneis do tempo que permitem acessar estes conhecimentos memoráveis. Todavia, nos dias atuais, pouca ou nenhuma importância é dada a estes objetos culturais e porque não dizer artísticos, posto que as instituições produtoras, armazenadoras e difusoras de conhecimento que deveriam salvaguardar estes bens não se preocupam em dar abrigo a estas coleções quando da morte de seus proprietários, pior que isto nem os próprios parentes realizam o saber inaquilatável destes acervos e acabam jogando-os fora em qualquer esquina como se fossem objetos inservíveis.

Vivemos uma era de transição, a era dos descartáveis em que tudo ou quase tudo é passível de ser substituído. A época da Modernidade líquida, como aduz o sociólogo Zygmunt Bauman, em que tudo é efêmero e impossível de ser mantido, abstrato, impraticável de ter nas mãos, as coisas se esvaem como líquido.

Parafraseando Rui Barbosa: “Um país sem memória não é apenas um país sem passado. É um país sem futuro”.

Neste contexto, o Projeto Memorial do Livro Moronguêta foi concebido com intento de reunir, organizar, disponibilizar e promover ações reflexivas sobre estes bens culturais.

Antecedentes Históricos

Coleções particulares doadas ou adquiridas pela Biblioteca Central da UFPA serviram de início, como única fonte de pesquisa à época da instalação da Universidade no *Campus* Guamá. Com o tempo essas coleções particulares acabaram misturadas ao Acervo Geral da Biblioteca, perdendo sua identidade como coleção particular e, eventualmente, a figura do doador se tornava obscura (SILVA, G., 2011).

Partindo-se da premissa da quinta lei de Ranganathan, a qual enuncia: “que uma biblioteca é um organismo vivo em crescimento” (GROGAN, 1991, p. 29), o acervo da BC/UFPA se desenvolveu vertiginosamente ao longo de seus cinquenta anos, o que corrobora para que haja certa cautela na aceitação de novos itens para compor o acervo; e esta cautela se assevera ainda mais quando se trata de doações.

Contudo, por uma ironia e ingratidão do destino àquelas coleções que outrora ajudaram a tornar robusto o acervo da BC, hoje são vistas como fardos e objetos de caráter duvidoso por determinados gestores de biblioteca, levando às incongruências que foram apontadas na seção anterior, que faz com que acervos preciosismos fiquem entregues a própria sorte, deteriorando-se nas abandonadas casas de seus falecidos donos à espera de pessoas sensíveis que deem a estes a destinação digna que eles merecem.

Objetivos

Geral:

Criar um espaço cultural responsável por reunir obras literárias e objetos pessoais de eminentes intelectuais de paraenses.

Específicos:

- Inventariar as coleções que irão compor o Memorial do Livro;
- Disseminar informações através de um catálogo das publicações destas bibliotecas;
- Dinamizar os acervos através de preleções e exposições regulares sobre os colecionadores e temáticas dentro das coleções;

- Estimular a pesquisa dentro das coleções, através de bolsas e premiações anuais;
- Promover a publicação de manuscritos inéditos;
- Publicar pequenas edições biográficas dos colecionadores;
- Conservar mobiliário e objetos do gabinete dos colecionadores;
- Digitalizar e disponibilizar livros raros e fora de catálogo de autores regionais;
- Manter programação regular de cursos e eventos;
- Criar parcerias com grupos de pesquisa de graduação e pós-graduação;

Metodologia

A fim de tornar o projeto *Memorial do Livro Moronguêta* exequível foram adotados os seguintes procedimentos metodológicos:

Locus do projeto:

A sede oficial do Memorial do Livro será uma residência localizada na Ladeira do Castelo, ladeado pelo Museu de Arte Sacra e pelo Forte do Castelo. Esta edificação pertenceu à ordem religiosa da Companhia de Jesus e lá abrigava a biblioteca do Colégio dos Jesuítas do Grão-Pará. No entanto, esta residência está em reforma e por isso o Memorial do Livro Moronguêta está funcionando provisoriamente no Fórum Landi, organização supra-institucional e supra-nacional (sediada na Rua Siqueira Mendes, n. 60, ao lado da Igreja do Carmo, no Bairro da Cidade Velha) fundada em novembro de 2003, em Belém do Pará, ao final do “Seminário Internacional: Landi e o século XVIII na Amazônia”, evento organizado por meio de uma parceria entre a Universidade Federal do Pará e o Museu Paraense Emílio Goeldi e que reuniu renomados estudiosos do tema. Compõe o Fórum: pesquisadores, professores e discentes que investigam a História da Amazônia no século XVIII. O Fórum estabelece parceria com as Universidades de Florença e de Bolonha além da Fundação Ricardo Espírito Santo em Lisboa.

Acervo:

Tendo em vista a manutenção de seu caráter memorialístico o Fórum Landi abraçou a causa de salvaguardar os acervos bibliográficos de intelectuais paraenses, que ultimamente não vinham recebendo a devida destinação como fora supracitado, daí a criação do Projeto *Memorial do Livro Moronguêta*, cujo acervo inaugural foi a doação da biblioteca pessoal da professora e advogada Annunciada Chaves.

Maria Annunciada Ramos Chaves (1915–2006): célebre jurista e professora paraense. Fez seus estudos iniciais em tradicionais instituições de ensino particular belenenses - Instituto Gentil Bittencourt e no Colégio Moderno. Graduiu-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito do Pará, e foi laureada com o prêmio “Teixeira de Freitas” (APL, 1990). Foi uma das fundadoras da Faculdade de filosofia e Ciências Humanas da UFPA, Foi Pró-Reitora de Extensão da UFPA. Presidiu a Academia Paraense de Letras (APL) e o Conselho Estadual de Cultura do Pará (CEC-PA), foi membro do Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGP)

Os materiais bibliográficos pertencentes à biblioteca de Annunciada Chaves perfazem mais de 5.000 volumes (dos 20.000, que compunham a sua biblioteca particular, DAMASO, 1997), cuja tipologia documental varia entre: livros, revistas, obras de referências, relatórios, teses, folhetos e recortes de jornal. A peculiaridade da coleção reside no caráter intertextual de estudo de Annunciada que costumava anexar aos seus livros, recortes de jornais e verbetes de obras referência a fim de esclarecer determinadas dúvidas ou sinalizar possíveis focos de pesquisa posteriores. Do ponto de vista temático, há forte incidência de obras nas áreas de Literatura, Artes Plásticas, Filosofia, Sociologia, Ciências Políticas, Economia, História, Geografia, Língua Francesa, Latim e, sobretudo Direito (ofício da titular do acervo).

Além do acervo da Prof. Annunciada foram adquiridas as coleções dos seguintes intelectuais:

Roberto Araújo de Oliveira Santos (1932–2012), renomado professor universitário, economista, pesquisador, escritor e cientista de Direito. Este nobre jurista paraense, a exemplo das demais intelectualidades supracitadas, também colecionou valiosos materiais bibliográficos, cujo acervo perfaz um montante de 5.000 volumes, distribuídos entre livros, relatórios, documentos administrativos e mapas. O cerne da temática deste acervo incide na área jurídica, muito embora possua muitos documentos sobre Administração Pública, História, Geografia, Artes plásticas, Literatura e Economia da Amazônia.

Raimundo Jinkings (1927–1995): eminente livreiro, jornalista, líder sindical e militante comunista brasileiro. Exerceu importante liderança na Região Amazônica. Esta coleção tem ênfase em Ciências Políticas e Economia principalmente Marxista; Jornalismo; Literatura Russa;

Clóvis Moraes Rego (1925 – 2006): governador do Estado do Pará, escritor, professor, pesquisador, historiador, biógrafo. Gerenciou a Biblioteca e Arquivo Público do Pará, o Tribunal de Contas do Estado do Pará, o Instituto Histórico e Geográfico do Pará, a Academia Paraense de Letras e o Conselho Estadual de Cultura do Pará. Sua biblioteca tem ênfase em Língua Portuguesa, Literatura Universal, História do Pará, Folclore. Possui muitas obras raras e coleções completas de antigos periódicos belenenses, tais como: *A Semana*; *Belém Nova*; *Pará Ilustrado*; *A Escola*; *Terra Matura*; e *Novidade*.

Clóvis Ferro Costa (1919–2009), afamado jurista e professor universitário maranhense, mas que teve destacada atuação no Estado do Pará, tendo sido inclusive o fundador da UDN-PA. Também foi Professor de Sociologia do Ginásio Paes de Carvalho; Professor de Direito Romano e Direito Comercial da Fac. de Direito do Pará; Consultor Jurídico do Pará; Diretor Jurídico, Itaipu Binacional, 1986-1989; Consultor-Geral da República, 1989-1990 (BRASIL, 2009). Seu acervo tem ênfase em Direito Internacional e do Trabalho. Possui uma expressiva coleção de Brasileiras.

Inocêncio Machado Coelho (1909–2001), foi um destacado jornalista paraense, trabalhou para os jornais: o *Estado do Pará*, a *Folha do Norte* e a *Província do Pará*. Foi diretor do Museu Paraense Emílio Goeldi e da Aliança Francesa, além de ter sido membro da APL, do IHGP e do CEC-PA. Seu acervo tem ênfase em: Língua francesa, Literatura Portuguesa, literatura brasileira e Literatura Paraense (possui 1º exemplares das obras), História do Pará (período colonial), Pintura Universal, Moveleira, Jornalismo, Museologia, Biblioteconomia. Este acervo ainda compreende as Coleções CÉLIA BASSALO (sua filha), que têm ênfase em Língua Portuguesa, Literatura e Arte (principalmente *Art Nouveau*) e a Coleção PAULO MENDES (seu grande amigo) que possui ênfase em Língua Portuguesa e Literatura Luso-Brasileira.

Baim Klautau (1935–2008), Insigne jurista paraense. Lecionou por mais de 30 anos na Faculdade de Direito da UFPA. Foi consultor jurídico da Federação das Indústrias do Pará (Fiepa), procurador-geral do Estado, procurador-geral da Prefeitura de Belém, além de ser titular de um dos mais conceituados escritórios de advocacia do Pará.

Equipe de trabalho:

Os trabalhos iniciaram em novembro de 2012 e para tornar a reorganização das bibliotecas dos particulares exequível, contou-se com a participação de uma equipe multidisciplinar formada por:

Nome completo	Formação/titulação	Atribuição
Flávio Augusto Sidrin Nassar	Arquiteto	Coordenador
Glória Maria da Silva Martins	Administradora	Coordenadora
Elisângela Silva da Costa	Bibliotecária	Colaboradora
Geisa Ferreira da Silva	Bibliotecária	Colaboradora
Igor Lima	Geólogo	Colaborador
Isy Adelaide Vale Lima	Graduanda em Biblioteconomia	Estagiária
Ernesto Von Manstein Leão Maia Júnior	Graduando em Biblioteconomia	Estagiário
Glauber Ribeiro	Bibliotecário	Voluntário

Procedimentos:

Para organizar os Acervos de Bibliotecas Particulares, serão desenvolvidas as seguintes ações:

- 1º) Coleta dos materiais bibliográficos e dos objetos pessoais doados ao material;
- 2º) Seleção das obras: atividade que consiste em verificar o estado de conservação das obras, isolando os materiais que não estão em bom estado de conservação para posterior restauração. Implica também em reunir coleções;
- 3º) Identificar a tipologia documental, geralmente os acervos são compostos por: Livros, periódicos, dicionários, enciclopédias, biografias, relatórios, teses, etc.
- 4º) Será feito um inventário das coleções, o qual consiste em se fazer uma listagem, extraíndo os dados bibliográficos essenciais das publicações, tais como: autor, título, edição, local de publicação, editora, data de publicação, volume, série e observação (identificar o estado de conservação da obra, verificar se tem autógrafo, etc.);
- 5º) Catalogação das obras: tarefa que consiste em fazer a descrição da forma dos documentos, identificando números de páginas, se contem ilustrações, a autoria se é individual ou coletiva, sob a égide do Código de Catalogação Anglo Americano;
- 6º) Classificação: implica em atribuir uma codificação padronizada internacionalmente – a Classificação Decimal de Dewey, que atualmente está na 23ª edição e é universalmente usada para organizar bibliotecas há mais de 200 anos.
- 7º) Indexação: consiste em atribuir assuntos padronizados universalmente que viabilizarão as futuras pesquisas;
- 8º) Cadastramento dos materiais bibliográficos no Biblivre, software gratuito gerenciador de acervos;
- 9º) Restauração das obras que não se encontram em bom estado;
- 10º) Digitalização de obras que não são facilmente encontradas;
- 11º) Disseminação das obras a comunidade usuária por meio de um catálogo online.

Público-Alvo:

O Projeto atende, basicamente, a três categorias: a) Colecionadores particulares que procuram uma destinação final aos seus acervos; b) Comunidade acadêmica interessada na pesquisa e; c) Leitores de fora da comunidade acadêmica.

Estratégia do Projeto:

O Memorial do Livro Moronguêta está projetado para reunir três ambientes documentais – um museu que irá concatenar objetos pessoais do intelectual, um arquivo onde ficaram armazenados as cartas, prêmios, relatórios portarias, etc., e a Biblioteca, espaço reservado a reunir os livros que pertenceram ao homenageado.

Estado de Arte

Atividades	A C	R J	M R	R S	F C	M C	C B	P M	B K
Aquisição (por compra ou doação)	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Seleção das obras;	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Identificação e separação por tipologia	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Inventário	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Catlogação	↻	↻	↻	↻	x	x	x	x	x
Classificação	↻	↻	↻	↻	x	x	x	x	x
Indexação	↻	↻	↻	↻	x	x	x	x	x
Inserção na base de dados	↻	↻	↻	↻	x	x	x	x	x
Restauração de algumas obras	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Digitalização de algumas obras	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Disseminação por meio de catálogos eletrônicos	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Disponibilização ao público	x	x	x	x	x	x	x	x	x

LEGENDA

✓ Feito

↻ Em andamento

x Não feito

Considerações Finais

O vocábulo Moronguêta significa: *falar de coisas boas* (SILVA, A., 2011). E é exatamente isto que estamos nos predispondo a fazer, ou seja, resgatar estes materiais bibliográficos e interagir com eles, propor debates, seminários, saraus etc., valorizando estas obras de tempos mais recuados que a ignorância e o fetiche pelo novo de nossa época fazem com que as pessoas desprezem os livros antigos, em detrimento de obras modernas que discutem as questões com pouca propriedade, fato atestado pelo filósofo alemão Schopenhauer

(1993), ao dizer: “Leio os antigos com muito cuidado, os antigos de verdade: o que os novos dizem deles nada significa”.

Não se trata de desmerecer as produções científicas atuais e sim de valorizar conhecimentos de tempos mais recuados que deveriam ser consultados com a mesma consideração que os hodiernos.

Percebe-se que os livros antigos são citados, mas algumas vezes de maneira equivocada e fragmentada e para quer ficar utilizando colchas de retalhos quando é possível beber diretamente nas fontes fidedignas.

A salvaguarda desses acervos é uma condição *sinequa non* a garantia de pesquisas vindouras, de cunho biográfico, analítico etc., bem como sociológico, antropológico ou histórico.

Espera-se que este projeto estimule a doação contínua de acervos particulares à UFPA, de maneira tranquila garantindo aos doadores e a comunidade usuária a certeza de que os acervos dos particulares ficarão reunidos de maneira organizada em um único lugar e identificados dentro de sua unidade.

Disseminar o projeto em outros *campi* e até mesmo em outras instituições interessadas na região.

Referências

ANNUNCIADA Ramos Chaves. In: ACADEMIA PARAENSE DE LETRAS. *Poesia & prosa*: antologia. Belém : CEJUP, 1990.

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Ferro Costa* : UDN/PA. 2009. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/atividadelegislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/Para-Ferro-Costa.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2014

COSTA, Fernando Mustafá. *Bibliofilia*: a eterna devoção aos livros. 2009. 56 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Curso de Biblioteconomia da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, 2009.

DAMASO, Daniele. *Annunciada*: a história de um compromisso. [1997]. Orientador: Lúcio Flávio Pinto. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação social) – Centro de Letras e Artes, Universidade Federal do Pará, Belém, 1997.

FONSECA, Vicente Malheiros da. Pequena elegia a Roberto Santos. 2012. Disponível em: <<http://blogdoespacoaberto.blogspot.com.br/2012/06/pequena-elegia-roberto-santos.html>>. Acesso em: 18 fev. 2013.

GROGAN, Denis. *Serviço de Referência*. Brasília-DF: Briquet de Lemos, 1991.

LE GOFF, Jacques. Memória. In: _____. *História e memória*. 5 ed. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2003. p. 419-476.

SCHOPENHAUER, Arthur. *Sobre livros e leituras*. Porto Alegre: Ed. Paraula, 1993.

SILVA, Adnilson. *Territorialidades e identidade do coletivo Kawahib da terra indígena Uru-Eu-Wau-Wau em Rondônia: orevaki are* (reencontro) dos marcadores territoriais. 2010. 301 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Setor de Ciências da Terra, Universidade Federal do Paraná, Belém, 2010.

SILVA, Geisa Ferreira da. *O Gerenciamento de coleções especiais na Biblioteca Central e Biblioteca do Museu da UFPA*. 2011. 64 f. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação em Biblioteconomia) - Faculdade de Biblioteconomia, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Para, Belém, 2011.

SILVA, Orlando Sampaio. Roberto Santos. 2012. Disponível em: <<http://www.carlosbranco.jor.br/mostratempesp.asp?codigot=3099&menuvolta=conteudo.asp>>. Acesso em: 02 maio 2013.

Bibliotecas particulares na academia: considerações sobre a doação e captação de coleções bibliográficas para instituições públicas

Maria Lucia Beffa

Luciana Maria Napoleone

Introdução

São estudadas as doações ocorridas ao longo do tempo que contribuíram para o desenvolvimento da coleção da Biblioteca da Faculdade de Direito da USP, com atenção aos acervos especiais, bibliotecas particulares, recebidos em doação.

A Biblioteca da Faculdade de Direito da USP tem uma história de mais de 191 anos, secontando sua origem a partir da criação da biblioteca pública de São Paulo, em 1825, poissua origem está ligada à primeira biblioteca pública da Província de São Paulo. Esta biblioteca pública funcionoudentro do Convento de São Francisco junto com a própria biblioteca do Convento até a criação da Academia de Direito.



Figura 1
Academia de Direito de São
Paulo, por volta de 1872.

Fotografia de Militão Augusto
de Azevedo.

A necessidade de dar uma melhor situação de infraestrutura para a cidade de São Paulo fez com que o presidente da província, Lucas Antônio Monteiro de Barros, criasse uma biblioteca pública. Esta biblioteca pública integrava um projeto muito almejado por todas as províncias, isto é, o da criação de uma universidade no país e, São Paulo, como as demais províncias, ansiava por pleiteá-la. Assim, a Província de São Paulo a teve como um elemento para

argumentação na defesa do curso para São Paulo apoiando-se na sua livraria, e deste fato “precederia à criação de uma universidade paulista.”²¹

É preciso, como afirma Palma Peña (2011, p. 299), “compreender a las bibliotecas como entornos socializadores y protectores tanto de los derechos culturales como del conjunto cultural y documental”²². Neste sentido será abordado o fundo bibliográfico que representa a memória da biblioteca dos franciscanos, da biblioteca pública, a criação dos cursos jurídicos e seus desmembramentos a partir da biblioteca.

A partir da fundação do curso jurídico aparecem muitas notícias de doações de coleções particulares, algumas de personagens ligados à Escola. Analisando os Livros de Tombo, percebe-se que muitos autores, dado o grande número de doações encaminhadas de livros, desejaram ter obra inserida no patrimônio da Biblioteca. Assim, na coleção da Biblioteca constam doações de autores de todo o país.

Com essas doações incorporadas, seu fundo bibliográfico representa uma coleção eclética com obras dos mais variados segmentos do conhecimento humano na sua coleção, tornando um verdadeiro patrimônio cultural nacional.



Fig. 2
Livro de Tombo com
diversos doadores

Fonte:
Biblioteca da Faculdade
de Direito da USP.

Todo esse legado histórico reunido transformou-se em uma coleção valiosa e não fácil de encontrar outra com as mesmas características. Este fato encontra ressonância no discurso de Jaramillo e Marín-Agudelo (2014, p. 428), pois reúne o patrimônio bibliográfico e as “representaciones sociales

21 BEFFA, Maria Lucia ; NAPOLEONE, Luciana Maria. Da Primeira Biblioteca Pública Oficial da Província de São Paulo à Biblioteca da Faculdade de Direito da USP: história da biblioteca das suas origens até a criação da USP. In: BITTAR, E.C. B. *História do direito brasileiro: leituras da ordem jurídica nacional*. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2012. p. 223.

22 PALMA PEÑA, Juan Miguel. La socialización del patrimonio bibliográfico y documental de la humanidad desde la perspectiva de los derechos culturales. *Revista General de Información y Documentación*, v. 21, p. 299, 2011. Disponível em: <<http://revistas.ucm.es/index.php/RGID/article/view/37427>>. Acesso em: 8 nov. 2016.

acumuladas por los actores de la misma comunidade, que sirve de médio para la transmisión de los saberes.”²³

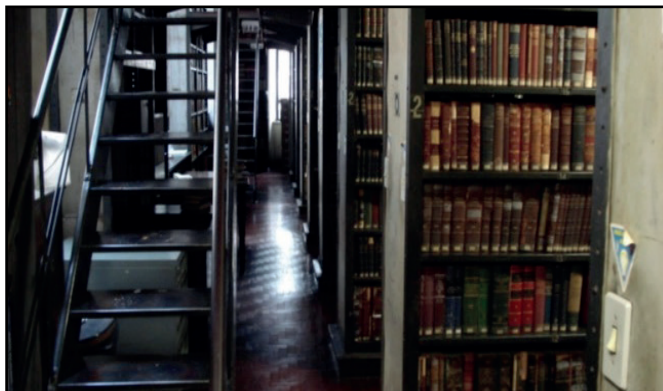
O fundo bibliográfico atualmente está próximo dos 500 mil volumes e dos quais muitas primeiras edições, obras únicas conhecidas, obras autografadas, outras com marcas extrínsecas e muitos exemplares que pertenceram a coleções particulares.

No acervo da Biblioteca das Arcadas há muitas marcas que dão pistas da origem da obra dentro da coleção, porém falta um estudo mais acurado e profundo para dar luz a esse fundo bibliográfico patrimonial, este estudo da materialidade da coleção daria luz a sua história.

As doações, inerentes à maioria das bibliotecas, ampliam o universo que envolve e um exemplo é a descrição realizada por Palomino Londoño (2004) sobre a coleção pessoal de León de Greiff, doada pela família, faz-se uma viagem ao mundo e cujas obras são difíceis de encontrar inclusive na França.²⁴

Além disso, de acordo com Garcia, as coleções bibliográficas antigas são representativas não somente pela quantidade, mas também como testemunho de um passado cultural.²⁵

Fig. 3 e 4 - Depósito da Biblioteca Central Faculdade de Direito da USP, 2017.



Fonte: Biblioteca da Faculdade de Direito da USP

23 JARAMILLO, Orlanda; MARÍN-AGUDELO, Sebastián-Alejandro. Patrimônio bibliográfico en la biblioteca pública: memorias locales e identidades nacionales. *El Profesional de la Información*, jul.-ago., v. 23, n. 4, p. 428, 2014.

24 PALOMINO LONDOÑO, Gloria Inés. Colecciones patrimoniales: instrumentos para la educación y el desarrollo. World Library and Information Congress: 70th IFLA General Conference and Council. 22-27 August 2004. Disponível em: <<https://archive.ifla.org/IV/ifla70/prog04.htm>>. Acesso em: 27 jun 2017.

25 GARCÍA, I. Para empezar, hay que recordar: formación profesional e investigación del libro antiguo en México. *Revista Interamericana de Bibliotecología*, v. 28, n. 2, p. 159, jul./dez. 2005. Disponível em: <<http://aprendeenlinea.udea.edu.co/revistas/index.php/RIB/article/view/8590/7935>>. Acesso em: 10 out. 2016.

Da Minha Casa para a Academia

Dentre documentos da Biblioteca, do século XIX, há alguns livros manuscritos, utilizados para fins de registro das atividades e correspondências entre o bibliotecário e o diretor da Academia, como o diário do bibliotecário e os catálogos com registros da coleção. Nestes documentos, rica fonte de pesquisa, pode-se encontrar um panorama da evolução da coleção. Para uma noção desse universo destacam-se alguns desses registros.

No Livro manuscrito de 1839 com registros até março de 1857, está apostado no diário do bibliotecário, em agosto de 1839, a doação do Desembargador Chichorro.²⁶ Este registro, como quase todos, não traz a relação das obras, o que impossibilita a identificação e qualquer pesquisa do destino dessa coleção dentro do acervo da biblioteca.

Em 7 de agosto de 1890, consta a doação de 487 volumes por Ernesto Ferreira França, registrada pelo bibliotecário interino Paulino da Costa Guimarães. Dentre as obras estão:

- Mauri Ludorici Lima - *Commentaria ad ordinationes regni portugalle*. Olisipone: Patriarchalibus Francisci Ludovici, 1761;
- Laya, Alexandre - *Droit anglais, ou, Résumé de la législation anglaise sous la forme de codes 1^ê politique et administratif, 2^ê civil, 3^ê de procédure civile et d'instruction criminelle, 4^ê pénal; suivis d'un dictionnaire de termes légaux, techniques et historiques, et d'une table analytique*. Paris: Comptoir des imprimeurs-unis, 1846;
- Adolphe, Chauveau - *Traite de l'instruction administrative ou lois de la procedure administrative, contenant dans l'ordre du code de procedure civile, avec des rubriques correspondant aux titres de ce code les regles de l'instruction devant les tribunaux*. Paris: Imprimerie Librairie Generale Jurispruden, 1853;
- e, Stahl, Friedrich Julius. *Philosophie des rechts*. Berlin: J C B Mohr, 1856.

As doações, porém, não vinham somente de pessoas físicas, elas chegavam do próprio comércio livreiro existente, como a doação em 1856 das obras *Ensaio Poeticos, Tulipa, ou o Consórcio de minha filha*, de autoria de José Victorino da Silva Azevedo, de 1855, pela Tipografia Commercial de Santos. Em outubro de 1856, foi a vez da Tipografia Dous de Dezembro entregar um livro em doação.²⁷

26 Livro 1839 – n. 5. Este Livro há de servir para Diário na Bibliotheca Pública desta cidade.No fim leva termo de encerramento. S. Paulo 15 de Junho de 1839. Dr. Clemente Falcão de Souza Manoel Joaquim do Amaral Gurgel [Termo de abertura]. p. 2.

27 Livro 1839 – n. 5. Op. cit, p.24 verso.

Em outro livro manuscrito da administração da Biblioteca, de 1857 a 1900, pode ser encontrado um relato do bacharel Fernando Mendes de Almeida, bibliotecário²⁸, encaminhado ao diretor, o Conselheiro Vicente Pires da Mota, no dia 18 de julho de 1878, dando ciência da entrega da doação de 1.056 volumes pelo portador, o Conselheiro Martin Francisco Ribeiro de Andrada. A maior parte das obras era de direito e foram doadas pela família do aluno quartanista Joaquim Vidal Leite Ribeiro Júnior. O bibliotecário, Fernando Mendes, faz o comentário: “ser mui valioso este donativo, preencheram algumas obras certas lacunas que existiam nesta biblioteca”. Na mensagem discorre um pouco sobre o estado das obras dizendo que a maioria está encadernada e em muito bom estado.²⁹

A importância das doações para a formação do acervo pode ser comparada e comprovada observando a correspondência enviada pelo bibliotecário substituto, João Martins da Silva, ao Diretor, o conselheiro André Augusto de Pádua Fleury. Nesta estatística constam as obras entradas durante o ano de 1883: Compra = 73 obras em 188 volumes e, Doação = 90 títulos em 302 volumes.³⁰ As doações representaram o maior número de itens no montante integrado ao acervo naquele ano.

No ano de 1885 foi adotado um livro com a função de registrar as doações recebidas pela Biblioteca: o “Livro dos Donativos”³¹. Na sua abertura está propugnado que o objetivo do livro é para o registro das obras doadas e os nomes dos doadores, conforme determinado no artigo 106 do Regimento de 17 de janeiro de 1885. A abertura é assinada pelo bibliotecário Carlos Leôncio de Carvalho, mais tarde professor da Faculdade.

Como exemplos dos registros dos doadores destacam-se os seguintes:

- A Nação brasileira – doado por *Prudente de Moraes*, 1894;
- A República no Brasil – doado por *Silva Jardim*, s.d.;
- Cartas sertanejas, doado pelo próprio autor, *Júlio Ribeiro*, 1885;
- Endechas de Camões – doado por *Pedro Augusto de Mello Cavalcante*, 1894.

No ano de 1893, em 1 de agosto, o bibliotecário Joaquim de Mendonça Filho, respondendo a um questionário, informa que a Biblioteca possui 4.616 obras que estão catalogadas e divididas em 5 classes: teologia, jurisprudência;

28 Para ser bibliotecário era exigida formação em direito.

29 Livro para a correspondência do Bibliothecário com o Director, 1857 - n.5. Op. cit. Correspondência do bibliotecário Fernando Mendes de Almeida da Biblioteca da Faculdade de Direito de S. Paulo, 18 de julho de 1878, p. 22.

30 Livro para a correspondência do Bibliothecário com o Director, 1857 - n.5. Op. cit. Correspondência do de Direito de S. Paulo, 20 de Dezembro de 1883, p. 40.

31 Livro dos Donativos. Este livro servirá para registro das obras doadas e dos nomes dos doadores e a sua escripturação se para na forma do artigo 106 do Regimento de 17 de janeiro de 1885. Carlos Leôncio de Carvalho – bibliotecário. [Termo de Abertura].

ciências e artes, belas letras, e história e geografia, e nos idiomas português, francês, inglês, italiano, latim, espanhol, alemão, grego e hebraico. Ainda informa que constam 1.443 obras que não estão catalogadas.³²

Em 31 de dezembro de 1893, é enviado relato do movimento da biblioteca naquele ano, pelo mesmo bibliotecário, onde informa que o acervo é composto por compra e doação de 6.825 obras em 19.843 volumes, 32 mapas, 1 autógrafa, 1 manuscrito e 5 estampas, distribuídos pelas cinco classes do conhecimento: teologia, jurisprudência; ciências e artes, belas letras, e história e geografia.³³

Embora seja identificada uma diferença a mais de quase 800 itens no relatório de dezembro, através da comparação entre os dados declarados nos meses de agosto e dezembro, parece pouco provável que tenha sido acrescida essa quantidade em tão pouco tempo. Porém, o que chama atenção é o número de doações no mês de agosto superar o de compra, o que demonstra a importância da incorporação de obras recebidas de particulares também naquele período.

Figura 4

Coleções particulares incorporadas à Biblioteca da Faculdade de Direito

Período	Doador, modalidade de incorporação e data do livro de tomo
Século XIX	Lúcio Manuel Felix dos Santos Capello (doação – séc. XIX)
	Manuel da Cunha de Azevedo Coutinho Souza Chichorro (doação – séc. XIX)
	Frederico Steidel (doação – séc. XIX)
	João Mendes de Almeida Júnior (doação – séc. XIX)
	Joaquim Vidal Leite (doação – séc. XIX)
Século XX	Canuto Mendes de Almeida (doação – 1939, 1947)
	Ordalia Ferreira da Rosa (doação de 7 obras - 1939)
	José Carlos de Macedo Soares (doação – 1939)
	Spencer Vampré (doação – 1939, 1942, 1945, 1946, 1947)
	Waldemar Ferreira (doação – 1939)
	Braz de Souza Arruda (doação – 1950)

32 Livro para correspondência do *Bibliothecario com o Director*, 1857- n. 5 Op. cit. Ofício de 1893, p.81 verso.

33 Livro para correspondência do *Bibliothecario com o Director*, 1857- n. 5. Op. cit., p. 111.

Século XX	Mário Masagão (doação – 1961)
	José Barbosa de Almeida (compra – 1969)
	Henrique Mendes de Almeida (doação – 1969)
	Plínio Rodrigues (doação – 1969)
	João Bernardino Gonzaga (doação)
	Fernando Sodero (testamento em cartório)
	Aníbal Fernandes (testamento – década de 2000)
	Guido Fernando da Silva Soares (doação – década de 2000)
	Fábio Konder Comparato (doação – década de 2000)
	Eduardo Espínola (compra)

A Figura 4 traz uma lista exemplificativa com a forma da incorporação à Biblioteca (doação ou compra) e a data do livro de tombo, ou seja, o ano da incorporação ao acervo. Observe-se que a chegada da coleção na Biblioteca pode não coincidir com o ano do registro no acervo. Estas são algumas coleções que saíram de bibliotecas particulares e estão incorporadas ao patrimônio público e abertas para consulta e estudos. São obras de um rico universo de assuntos e idiomas como o italiano, francês, inglês e espanhol, e de variados anos de publicação.

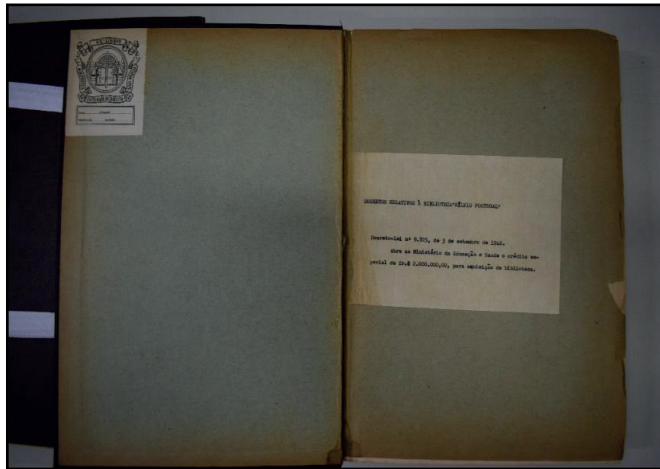
São destacadas três coleções para melhor ilustrar as considerações sobre a incorporação de doações ao acervo.

Sylvio Pimentel Portugal (Niterói, RJ, 08/10/1890 – São Paulo, SP, 18/06/1945). Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito de São Paulo, em 1911. Professor de Direito Civil Comparado do extinto curso de Doutorado da Faculdade de Direito de São Paulo, em 1934, foi Desembargador, Secretário da Justiça durante o governo de Armando de Salles Oliveira no Estado de São Paulo. Pertenceu a várias sociedades profissionais, culturais e científicas, dentre as quais o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, Instituto Heráldico e Genealógico de São Paulo, Sociedade dos Cem Bibliófilos do Brasil, do Rio de Janeiro, etc.³⁴

34 SÃO PAULO (SP). Câmara Municipal de São Paulo. Projeto de Lei nº 268, 1953. *Denomina rua Sylvio Portugal a atual rua 3, no Pacaembu, e dá outras providências*. Proponente: Vereador Antônio de Toledo Piza. Disponível em: <http://www.camara.sp.gov.br/wp-content/uploads/projetos_digitalizados/1953/00/00/0A/AG/00000AAGV.PDF>. Acesso em: 10 jan. 2017.

Figura 5

Catálogo da Biblioteca Sylvio Portugal, com destaque para o decreto de crédito para sua compra.



Fonte: Biblioteca da Faculdade de Direito da USP.

A captação da biblioteca de Sylvio Portugal é um caso diferenciado em vários aspectos, primeiramente por se tratar de uma aquisição por compra, e não uma doação como diversas outras coleções. O governo federal adquiriu parte dos 20 mil volumes que formavam a biblioteca, para a Universidade de São Paulo, conforme o Decreto-Lei nº 9.725, de 3 de setembro de 1946, que previa um crédito especial de Cr\$2.000.000,00 ao Ministério de Educação e Saúde para aquisição da biblioteca. A compra foi feita pouco mais de uma década depois da criação da Universidade para formar o acervo da Biblioteca Central da USP, que posteriormente foi extinta, e os acervos distribuídos pelas unidades da Universidade. A Biblioteca da Faculdade de Direito recebeu a parte da área jurídica.

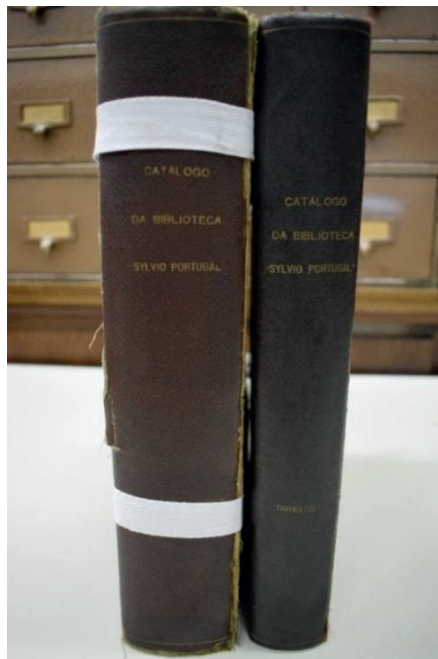
Outra particularidade é que a coleção estava registrada num catálogo, em dois volumes, organizado por um grupo de bibliotecários, elaborado antes mesmo da doação à universidade, por assunto:

- Obras gerais - publicações periódicas - revistas;
- Coletâneas de julgados, pareceres e estudos - Causas célebres;
- Filosofia do direito;
- Direito romano;
- Direito internacional público;
- Direito internacional privado;

- Medicina legal;
- Direito público e constitucional;
- Direito administrativo;
- Direito civil;
- Direito comercial;
- Direito social;
- Direito penal;
- Processo civil;
- Processo penal;
- Arrazoados, memoriais, e etc. .

O volume 2 é referente à área de direito (Fig.6).

Figura 6 - Catálogo da Biblioteca Sylvio Portugal, em 2 volumes.



Fonte: Biblioteca da Faculdade de Direito da USP

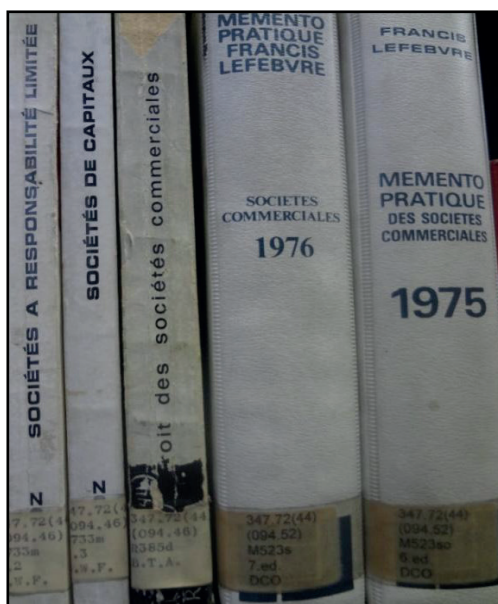
O proprietário já tinha preocupação com a organização do acervo de sua biblioteca particular, o que pode ser evidenciado através de alguns títulos constantes do catálogo que tratam da organização do conhecimento tais como: *Bibliotecas jurídicas particulares*, de autoria de José Fernandes Moreno, 1936,

Algumas obras da coleção são do século XIX, mas em grande parte são de meados do século XX, até a década de 1940; em alguns livros encontra-se a assinatura de seu antigo proprietário.

Tullio Ascarelli (Roma, 1903 – 1959). De origem judaica, foi economista, jurista e professor italiano. Em 1941, em razão da II Guerra Mundial, mudou-se para o Brasil permanecendo até 1946, quando voltou para a Itália. Foi professor na Faculdade de Direito da Universidade de Roma, na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo e na Faculdade de Direito da Universidade de Bolonha.³⁵

Especialista na área de direito comercial, Tullio Ascarelli era um humanista, o que pode ser comprovado pela diversidade de títulos e assuntos da sua coleção. A doação foi feita em gratidão à Faculdade de Direito da USP pela acolhida ao jurista, bastante reconhecido na Itália e no Brasil, tendo recebido muitas homenagens até hoje.

Exemplos de etiquetas com indicação da Biblioteca Tullio Ascarelli (BTA), Biblioteca Waldemar Ferreira (BWF) e acervo de direito comercial (DCO).



Fonte: Biblioteca da Faculdade de Direito da USP.

35 COLFFIELD, C. Ascarelli, Tullio. Disponível em: <<https://www.arqshoah.com/index.php/personalidades/artistas-e-intelectuais/5064-aei-100-ascarelli-tullio>>. Acesso em: 10 ago. 2016.

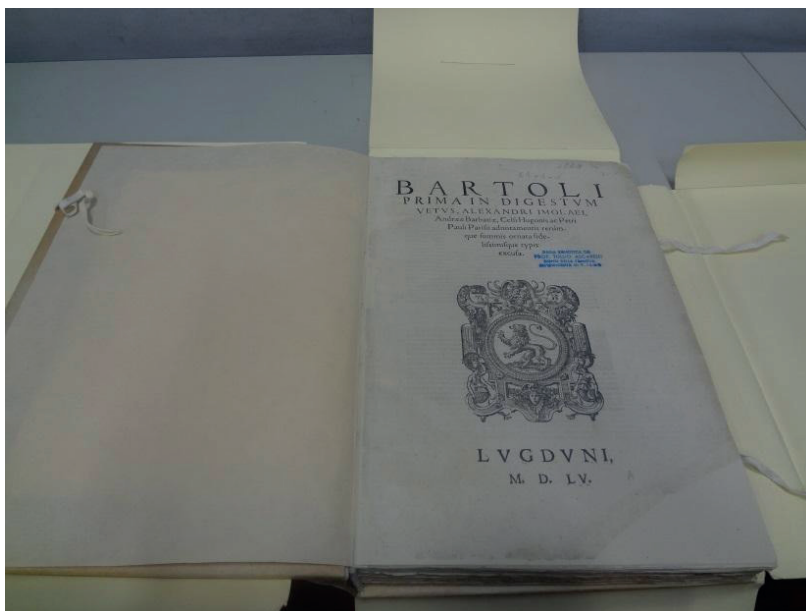
Trata-se de um dos dois únicos acervos que têm espaço específico dentro da biblioteca (acervo de direito comercial) com fácil identificação dos itens da coleção pela sigla BTA na etiqueta com o número de chamada (Fig. 7).

Todas as obras da coleção são identificadas com um carimbo em azul (Fig. 8). Muitos dos livros possuem dedicatórias formais e informais (uma dedicatória com desenho de gatinho, por exemplo). Há anotações manuscritas nas obras, como glosas, correções tipográficas e de citações em latim.

Em razão das baixas sofridas pelas bibliotecas europeias devido aos bombardeios durante a II Guerra Mundial, a coleção Tullio Ascarelli tornou-se ainda mais importante. Parte desta coleção está separada no acervo de Obras Raras. García também faz essa observação quanto ao fundo antigo mexicano que possui livros que foram perdidos na Europa em virtude das guerras.³⁶

Figura 8

Obra rara da Biblioteca Tullio Ascarelli com destaque para o carimbo de doação



Fonte: Biblioteca da Faculdade de Direito da USP.

Waldemar Ferreira (Bragança Paulista, SP, 1885 – São Paulo, SP, 1964). Formou-se em 2 de dezembro de 1908 na Faculdade de Direito de São Paulo. Membro fundador da Liga Nacionalista de São Paulo e do Partido Democrático. Em 1920, ingressou como professor substituto na Faculdade de Direito de São Paulo.³⁷ Foi professor catedrático de Direito Comercial. Desde acadêmico,

36 GARCÍA, I. Op. cit., p. 160.

37 FERREIRA, W. A Congregação da Faculdade de Direito de S. Paulo na centúria de 1827 a 1927.

participou de diversos jornais e revistas, tendo fundado o jornal O Santelmo. Foi autor de diversos livros principalmente em direito comercial, incluindo *Tratado de direito comercial brasileiro*, *História do direito brasileiro*, *A Congregação da Faculdade de Direito de S. Paulo na centúria de 1827 a 1927*.³⁸

A partir de registros nos livros de tomo, observa-se que parte da coleção foi doada ainda em vida pelo autor (Fig. 9). Está reunida na sala de direito comercial, juntamente com as obras da biblioteca Tullio Ascarelli e as do acervo de direito comercial, numa mesma ordem de assunto nas estantes. As obras podem ser facilmente identificadas pela sigla BWF na etiqueta com número de chamada (Fig. 10).

Figura 9

Livro de Registro dos Livros Entrados na Biblioteca, p. 140.

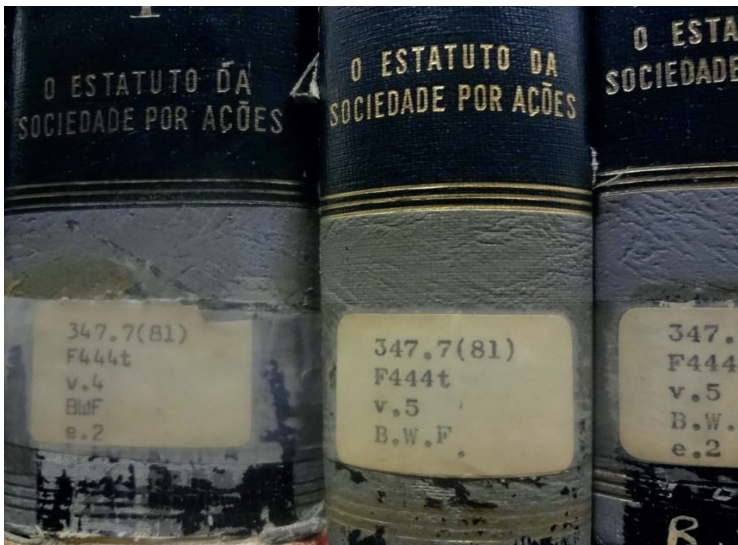
DATA	NÚMERO DE VOLUMES	CLASSE	NÚMERO DE PÁGINAS	LÍNGUA	AUTOR	TÍTULO DA OBRA	PREÇO	OBSERVAÇÕES
13-6-27 25/324	8	50 632		Port		Manual de Direito Comercial Brasileiro, Sereschewsky, Paul, Buenos Aires, 1924. Tradução de José de Faria Lobo. Rio de Janeiro, 1924. 100 p. 1924. B. 1924.		
13-6-27 25/325	9	50 633		Port	Cardoso (José) e Vellozo Cortez Vellozo	Manual de Direito Comercial Brasileiro, Sereschewsky, Paul, Buenos Aires, 1924. Tradução de José de Faria Lobo. Rio de Janeiro, 1924. 100 p. 1924. B. 1924.		
13-6-27 25/326	8	50 634		Port		Manual de Direito Comercial Brasileiro, Sereschewsky, Paul, Buenos Aires, 1924. Tradução de José de Faria Lobo. Rio de Janeiro, 1924. 100 p. 1924. B. 1924.		
13-6-27 25/327	9	50 635		Port	Martins (R. de) Pezano	Manual de Direito Comercial Brasileiro, Sereschewsky, Paul, Buenos Aires, 1924. Tradução de José de Faria Lobo. Rio de Janeiro, 1924. 100 p. 1924. B. 1924.		

Fonte: Biblioteca da Faculdade de Direito da USP.

Separata de: *Revista da Faculdade de Direito de S. Paulo*. São Paulo : Typ. Siqueira, 1928. p. 133.

38 COSTA, P. Homenagem à memória de Waldemar Ferreira no centenário do seu nascimento. *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo*, v.81, p. 203-307, 1986. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/viewFile/67087/69697>>. Acesso em: 10 dez. 2016; HIRATA, A. O comercialista e historiador do direito Waldemar Ferreira. *Jornal Carta Forense*, 03 maio 2015. Disponível em: <<http://www.cartaforense.com.br/conteudo/colunas/o-comercialista-e-historiador-do-direito-waldemar-ferreira/11059>>. Acesso em: 12 dez. 2016; MACHADO, S. M. Professor Waldemar Ferreira. *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo*, v.60, p. 48-67, 1965. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/view/66460/69070>>. Acesso em: 12 dez. 2016; HIPOLITO, R. *Waldemar Martins Ferreira*. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/waldemar-martins-ferreira>>. Acesso em: 12 dez. 2016.

Figura 10
Etiquetas de lombada de livros da Biblioteca Waldemar Ferreira (BWF).



Fonte: Biblioteca da Faculdade de Direito da USP.

Nas obras da coleção, há assinatura de Waldemar Ferreira na transversal, na página de rosto, em tinta ferrogálica.

Vantagens e Desvantagens

Uma avaliação sobre as coleções identificadas na Biblioteca da Faculdade de Direito permite esboçar uma série de considerações.

Primeiramente a maioria das coleções estudadas foram recebidas em doação, e muitos dos doadores têm uma ligação com a Faculdade, sendo um antigo aluno ou um professor. Muitas doações nem sempre chegaram num único lote.

Há dificuldade de identificação das coleções doadas devido a diversos fatores. Frequentemente não há anotação de registro do doador nas obras. Os livros de tomo foram instrumentos imprescindíveis para localizar e identificar as coleções mencionadas, havendo ainda muito a ser explorado e estudado. Não foi confeccionado, pela biblioteca, um catálogo para nenhuma coleção. Por outro lado, há coleções em que são encontradas assinatura do doador, como Waldemar Ferreira (BWF), Tullio Ascarelli (BTA), Sylvio Portugal, Mário Guimarães, Soares de Mello, Spencer Vampré, entre outros.

As coleções, em grande parte, foram diluídas no acervo com exceção das coleções Waldemar Ferreira e Tullio Ascarelli. Quanto ao processamento técnico, não houve um tratamento diferenciado das coleções doadas (registro em notas, registro de marcas extrínsecas, etc). Diante disso, pode-se dizer que há coleções “esquecidas” dentro do acervo da Biblioteca. À época das doações presume-se que não houve uma preocupação com a identificação das doações como um conjunto a ser preservado em algum nível.

Quanto ao período, os anos das publicações correspondem em sua maioria a datas próximas à doação, não sendo encontradas obras anteriores ao século XIX, de forma geral. A coleção Tullio Ascarelli é uma exceção, incluindo muitas dos séculos XVI ao XVIII.

A Figura 11 resume a avaliação do impacto das doações recebidas através da análise FOFA ou SWOT (Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças).

Figura 11 - Avaliação do impacto das coleções doadas (esboço de análise FOFA)



Para o gestor de acervo há necessidade de uma política de captação de doações, o que requer critérios para a seleção do material e verificação da pertinência e relevância de cada obra à demanda existente. A doação de uma coleção traz a possibilidade de completar, enriquecer e atualizar o acervo ou um determinado assunto: é possível receber obras esgotadas, raras e especiais, em melhor estado de conservação do que a já existente no acervo. Ou ainda para aumentar o número de exemplares para melhor atender a demanda de consulta e empréstimo. Para ilustrar, uma obra do Brasil Império pode ter um valor inestimável para a biblioteca e pode ser de difícil aquisição. Outro fator de impacto são as doações de bibliotecas de antigos professores, que refletem em si a trajetória da pesquisa, da evolução e da seleção de um aspecto do conhecimento por um especialista, e que tornam imprescindíveis os critérios para avaliação e seleção do material.³⁹

Algumas especificidades devem ser observadas, como o interesse por duplicatas ou triplicatas: possuir um exemplar no acervo, um autor consagrado, uma obra antiga e valiosa ou de período que mereça redobrar cautela. Recomenda-se verificar o estado físico do livro patrimoniado para se ter elementos suficientes para a tomada de decisão de substituição da obra existente ou de repasse a instituições similares. Dependendo do porte da instituição receptora, há doações que não contribuem para o enriquecimento do acervo, ainda que uma obra recebida possa valer por outras desnecessárias.⁴⁰

As condições institucionais de garantir a preservação e a guarda da coleção são também objeto de preocupação e consideração dos gestores, incluindo as condições de criar relações com outros acervos existentes (arquivístico, museológico ou de outra instituição). Ao receber uma coleção, deve-se realizar uma inspeção *in loco* para determinar seu estado de conservação para não colocar em risco o acervo já existente.⁴¹

Outra consideração a ser feita é que há diferentes modelos, soluções ou exemplos de incorporação de coleções, que dependem da estrutura e características da biblioteca e da instituição, apenas mencionados neste trabalho a título exemplificativo.

- Fundo Florestan Fernandes – Biblioteca Comunitária UFScar: espaço diferenciado dentro da biblioteca que reproduz exatamente a ordem original dos livros na biblioteca do sociólogo⁴²;

39 MARIA, M. C. S. et al. Reflexões sobre a formação do acervo da Academia de Direito do largo de São Francisco: do século XIX aos nossos dias. *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo*, v.108, p. 129-142, 2013. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/view/67979/70886>>. Acesso em: 10 dez. 2015.

40 Ibid.

41 Ibid.

42 OLIVEIRA, C. M. B.; REIS, L. F. O acervo de Florestan Fernandes na Biblioteca Comunitária da UFScar. In: CEPÊDA, V. A.; MAZUCATO, T. (Org.). *Florestan Fernandes: 20 anos depois: um exercício*

- Algumas Bibliotecas da USP: FEA – Coleção Delfim Neto, IEB – várias coleções, IQ – Centro de Memória ⁴³;
- Biblioteca Central da UNICAMP: abriga bibliotecas particulares que pertenceram a pesquisadores e intelectuais brasileiros, como Sérgio Buarque de Holanda, Paulo Duarte, Alexandre Eulálio ⁴⁴;
- Biblioteca do Senado Federal – “Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho” – Coleção Luiz Viana Filho: coleção particular do Senador Luiz Viana Filho, adquirida pelo Senado Federal e incorporada ao acervo da Biblioteca ⁴⁵;
- Biblioteca e Centro de Documentação do MASP - Doação da biblioteca pessoal de Pietro Maria Bardi e Lina Bo Bardi: organização original do acervo para atender as necessidades do doador e pensada em conjunto com historiador de arte italiano, Camesasca. Esforço para preservar esta ordem adequando os instrumentos de catalogação e notação de autor ⁴⁶;
- Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin: processo de doação com participação direta dos doadores, doação condicionada em diversos aspectos, edifício construído especialmente para a coleção, participação dos doadores e/ou representantes na gestão da biblioteca. ⁴⁷

No processo de captação de coleções, para que haja sua preservação como conjunto, faz-se necessário introduzir a ideia de *identidade de acervos*. Essa identidade é o conjunto de uma teia de relações, de aspectos intimamente relacionados, composto por aspectos tradicionais da Biblioteconomia de Obras Raras, proveniência de suas coleções e seus itens (seus doadores ou antigos donos), a história de suas coleções, a história de seus doadores, seu papel e importância dentro do acervo, sua importância e singularidade em relação a

de memória. São Carlos: Ideias, Intelectuais e Instituições: UFSCar, 2015. p. 177-198. Disponível em: <<http://www.centrocelsofurtado.org.br/arquivos/file/Florestan%20Fernandes,%200%20anos%20depois.pdf>>. Acesso em: 03 ago. 2016.

43 .Cf. UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. *Coleção Delfim Neto*. Disponível em: <<https://www.fea.usp.br/biblioteca/acervo-delfim-netto>>. Acesso em: 03 ago. 2016; UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Instituto de Estudos Brasileiros. *Guia do IEB: o acervo do Instituto de Estudos Brasileiros*. São Paulo, 2010. Disponível em: <<http://www.ieb.usp.br/guia-ieb>>. Acesso em: 03 ago. 2016; YAMASHITA, M. M. et al. *A memória e o tempo: a necessidade de uma política de preservação no Instituto de Química da USP*. Trabalho apresentado no 3º INTEGRAR – Congresso Internacional de Arquivos, Bibliotecas, Centros de Documentação e Museus, São Paulo, 2016. Disponível em: <http://integrar.febab.org.br/assets/docs/trabalhos/19-7-2016_tarde_Trabalhos_15.pdf>. Acesso em: 03 ago. 2016.

44 UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS. Sistema de Bibliotecas da UNICAMP. *Coleções Especiais e Obras Raras*. Disponível em: <<http://www.sbu.unicamp.br/>>. Acesso em: 03 ago. 2016.

45 BRASIL. Senado Federal. Coleções. Disponível em: <<http://www12.senado.leg.br/institucional/biblioteca/colecoes/colecoes>>. Acesso em 03 ago. 2016..

46 MUSEU DE ARTE DE SÃO PAULO ASSIS CHATEAUBRIAND. *Biblioteca*. Disponível em: <<http://masp.art.br/masp2010/biblioteca.php>>. Acesso em: 03 ago. 2016.

47 UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. *Resolução nº 7167, de 16 de fevereiro de 2016*. Baixa o Regimento da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin. Disponível em: <<http://www.leginf.usp.br/?resolucao=resolucao-no-7167-de-16-de-fevereiro-de-2016>>. Acesso em: 03 ago. 2016.

outros acervos da mesma área, sua relação com a instituição, com sua missão e sua história.⁴⁸

Delinear a identidade de uma coleção dentro do processo de captação de acervos privados em instituições públicas, ou simplesmente da incorporação de coleções especiais em acervos bibliográficos, permite avaliar sua aderência com a visão da biblioteca e a da instituição na qual a biblioteca se insere. Permite ainda avançar na discussão de acervos e coleções bibliográficas como patrimônio cultural.

No estudo de Murguia e Yassuda⁴⁹, as bibliotecas estudadas e consideradas como patrimônio pelo IPHAN tiveram como principal justificativa sua construção, a sua estrutura arquitetônica, não seus acervos. Esta constatação aponta no sentido de uma insuficiência teórica, legal e metodológica para a identificação e preservação do patrimônio bibliográfico.

Na legislação brasileira e de organizações internacionais relacionadas ao patrimônio cultural, o livro e ainda mais as bibliotecas não estão claramente entre os itens a serem preservados. Na literatura estudada, representada pelas discussões de bibliotecários no Brasil e no exterior, foram identificados alguns pontos em comum: a- foi constatada uma espécie de invisibilidade do livro e da biblioteca como patrimônio cultural; b- o patrimônio bibliográfico está, em geral, associado ao livro raro; c- o patrimônio bibliográfico é visto na unidade, não em conjunto, como um acervo bibliográfico. E a ausência de uma visão de conjunto representa um prejuízo para a preservação dos acervos bibliográficos enquanto patrimônio.⁵⁰

48 NAPOLEONE, L. M. et al. Livros e bibliotecas como bens culturais. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, v.12, n.esp., p.203-207, jul./dez. 2016. Disponível em: <<https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/615/525>>. Acesso em: 10 dez. 2016.

49 MURGUIA, E. I.; YASSUDA, S. N. Patrimônio histórico-cultural: critérios para tombamento de bibliotecas pelo IPHAN. *Perspectivas em Ciência da Informação*, v.12, n.3, p.65-82, out./dez. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pci/v12n3/a06v12n3.pdf>>. Acesso em: 03 mar. 2016.

50 Cf. GAUZ, V. Op. cit.; PEDRAZA GRACIA, M.J. Algunas reflexiones sobre bibliotecas históricas o patrimoniales: nuevo paradigma entre los centros y servicios de información. *Investigación Bibliotecológica: Archivonomía, Bibliotecología, Información*, v. 28, n.64, sept./dic. 2014. Disponível em: <<http://www.revistas.unam.mx/index.php/ibi/article/view/45690/41035>>. Acesso em: 03 set. 2016; VARELA-OROL, C. Las colecciones en las bibliotecas españolas: dialéctica entre legislación y prácticas. *Revista Española de Documentación Científica*, v.37, n.3, p.1-18, jul./ sept. 2014. Disponível em: <<http://redc.revistas.csic.es/index.php/redc/article/viewFile/857/1139>>. Acesso em: 03 mar. 2016; PALMA-PENNA, J. M. El patrimonio cultural, bibliográfico y documental de la humanidad: revisiones conceptuales, legislativas e informativas para una educación sobre patrimonio. *Cuicuilco*, v.20, n.58, p.31-57, sept./dic. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0185-16592013000300003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 03 mar. 2016; PEREIRA, L. F. R. Documento de arquivo e documento bibliográfico como bens culturais: evolução registrada e factores de afirmação. *Páginas A&B, série 2*, n.8, p.149-160, 2011; OSORIO ANTAS DE BARROS, M.T.; VILLÉN RUEDA, L. Bibliotecas universitárias ibéricas y patrimonio histórico-documental: políticas y proyectos de salvaguarda de la memoria escrita. *Anales de Documentación*, n.10, p.297-315, 2007. Disponível em: <<http://revistas.um.es/analesdoc/article/view/1211>>. Acesso em: 03 mar. 2016; NAPOLEONE, L.M. et al. Op. cit.

Conclusões

Nas coleções apresentadas, muitos livros representavam lacunas difíceis de serem preenchidas: edições *princeps*, obras relevantes com edição antiga, edições esgotadas, exemplares com *ex-dono* ou com dedicatórias de personalidades. Como há frequentemente limitações orçamentárias, restrições legais e demanda reprimida persistente, não é possível pensar em aquisição pela compra retrospectiva, ou compra de obras raras ou esgotadas.

No âmbito da Universidade, a Biblioteca da Faculdade de Direito da USP possui um grande acervo dos séculos XVI ao XVIII. De acordo com Santana e Galán, as coleções são registros de memórias documentais que auxiliam na formação da memória e de uma identidade documental que tem como condição e qualidade intrínseca aquela de servir para o futuro.⁵¹ Não apenas devido ao seu acervo raro mas em virtude de todas as doações que a enriqueceram, a Biblioteca da Faculdade de Direito registra parte da história de seus docentes, alunos e doadores, e constitui sua memória documental, suporte que permite recordar e reconstruir a história e os contextos que lhe deram origem.

Nas últimas décadas, o papel das bibliotecas na preservação dos acervos históricos no âmbito das instituições de caráter público, para desenvolvimento de pesquisas e resgate de elementos da história cultural de um povo, torna-se cada vez mais evidente. É imprescindível que cada instituição em particular identifique e reconheça seu patrimônio bibliográfico e documental, colocando-se numa posição favorável para protegê-lo.

A discussão da identidade dos acervos e coleções bibliográficas como patrimônio cultural é essencial para fundamentar textos legais, a exemplo do que já ocorre com outros tipos de patrimônio cultural (arquitetônico, imaterial, etc.). Os direitos culturais e o patrimônio bibliográfico e documental são um binômio importante das estruturas históricas, sociais, políticas, econômicas, e contemporâneas.⁵²

Os direitos culturais e as bibliotecas, em razão das suas relações, estão em consonância com a identidade cultural, a educação, a informação, o patrimônio cultural e a cooperação. A informação, como produto cultural, por meio das bibliotecas, facilita e assegura a transmissão a gerações do conjunto dos saberes que proporcionam identidade aos indivíduos. Por isto o acesso à informação, e em específico à memória documental, é central para a compreensão informativa dos direitos humanos e culturais⁵³.

As bibliotecas são socializadoras potenciais da informação e de conjunto patrimonial documental por excelência, por permitirem o acesso, a preservação, a conservação, a disseminação e a memória. Neste sentido a responsabilidade

51 SANTANA, Y. D.; GALÁN, I.H. Op. cit., p.33.

52 NAPOLEONE, L. M. et al. Op. cit.; PALMA PEÑA, J. M. Op. cit.

53 PALMA PEÑA, J. M. Op. cit.

e atuação das bibliotecas em relação à memória e ao patrimônio precisa ser aprofundada. Os bibliotecários, os principais responsáveis da memória documental depositada nas bibliotecas, deverão assumir o compromisso de empreender variadas atividades com enfoque educativo formal e não formal, impulsionar o acesso à informação, proporcionar o valor da vivência sobre o patrimônio, com a finalidade de promover a tomada de consciência por parte dos cidadãos.⁵⁴

O comprometimento com preservação do patrimônio bibliográfico não é exclusivo da iniciativa pública, é igualmente do cidadão, da academia, da sociedade. A consciência do valor deste tipo de patrimônio é condição primordial para que tenha sucesso as ações de identificação, conservação, organização e sua difusão, insumo para transformações sociais e valorização das identidades regionais e nacionais.⁵⁵

Diante da globalização, é fundamental que as sociedades preservem seu patrimônio, impresso e digital, nas mais diversas formas, para proteger sua identidade cultural. Preservar o patrimônio bibliográfico e documental é permitir o acesso ao passado, para possibilitar o desenvolvimento do conhecimento presente e olhar para o futuro e garantir o acesso das novas gerações.⁵⁶

Referências

BEFFA, M. L.; NAPOLEONE, L. M. Da primeira biblioteca pública oficial da Província de São Paulo à Biblioteca da Faculdade de Direito da USP: história da biblioteca das suas origens até a criação da USP. In: BITTAR, E.C.B. *História do direito brasileiro: leituras da ordem jurídica nacional*. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2012. p. 228-234.

BRASIL. Senado Federal. *Coleções*. Disponível em: <<http://www12.senado.leg.br/institucional/biblioteca/colecoes/colecoes>>. Acesso em: 03 ago. 2016.

CABRAL, M. L. Memória, patrimônio e identidade: a responsabilidade das bibliotecas. *Páginas A&B*, série 2, n.3, p.7-27, 2009.

CARTER, K. K. Educação patrimonial e biblioteconomia: uma interação inadiável. *Informação e sociedade: estudos*, v.14, n.2, p.31-52, jul./dez. 2004. Disponível em: <<http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/59/1531>>. Acesso em: 03 mar. 2016.

COLFFIELD, C. Artistas e intelectuais: *Ascarelli, Tullio*. Disponível em: <<https://>

54 Cf. PALMA PENA, J. M. Op. cit; CARTER, K. K. Educação patrimonial e biblioteconomia: uma interação inadiável. *Informação e Sociedade: Estudos*, v.14, n.2, p.31-52, jul./dez. 2004. Disponível em: <<http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/59/1531>>. Acesso em: 03 mar. 2016.

CABRAL, M. L. Memória, patrimônio e identidade: a responsabilidade das bibliotecas. *Páginas A&B*, série 2, n.3, p.7-27, 2009.

55 JARAMILLO, O.; MARÍN-AGUDELO, S.-J. Op. cit., p. 431.

56 Ibid., p. 431.

www.arqshoah.com/index.php/personalidades/artistas-e-intelectuais/5064-aei-100-ascarelli-tullio>. Acesso em: 10 ago. 2016.

COSTA, P. Homenagem à memória de Waldemar Ferreira no centenário do seu nascimento. *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo*, v.81, p. 203-307, 1986. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/viewFile/67087/69697>>. Acesso em: 10 dez. 2016.

FERREIRA, W. A Congregação da Faculdade de Direito de S. Paulo na centúria de 1827 a 1927. Separata de: *Revista da Faculdade de Direito de S. Paulo*. São Paulo : Typ. Siqueira, 1928.

GARCÍA, I. Para empezar, hay que recordar: formación profesional e investigación del libro antiguo en México. *Revista Interamericana de Bibliotecología*, v. 28, n. 2, p. 159, jul./dez. 2005. Disponível em: <<http://aprendeenlinea.udea.edu.co/revistas/index.php/RIB/article/view/8590/7935>> Acesso em: 10 out. 2016.

GAUZ, V. O livro raro e antigo como patrimônio bibliográfico: aportes históricos e interdisciplinares. *Revista Museologia & Interdisciplinaridade*, v.4, n.8, p.71-87, dez. 2015. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/view/16798>>. Acesso em: 03 mar. 2016.

HIRATA, A. O comercialista e historiador do direito Waldemar Ferreira. *Jornal Carta Forense*, 03 maio 2015. Disponível em: <<http://www.cartaforense.com.br/conteudo/colunas/o-comercialista-e-historiador-do-direito-waldemar-ferreira/11059>>. Acesso em: 12 dez. 2016.

JARAMILLO, O.; MARÍN-AGUDELO, S.-A. Patrimonio bibliográfico en la biblioteca pública: memorias locales e identidades nacionales. *El Profesional de la Información*, v. 23, n. 4, p. 425-432, jul./ago. 2014. Disponível em: <<https://recyt.fecyt.es/index.php/EPI/article/view/epi.2014.jul.11>>. Acesso em: 10 mar. 2016.

MACHADO, S. M. Waldemar Ferreira. *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo*, v.60, p. 48-67, 1965. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/view/66460/69070>>. Acesso em: 12 dez. 2016.

MARIA, M. C. S. et al. Reflexões sobre a formação do acervo da Academia de Direito do Largo de São Francisco: do século XIX aos nossos dias. *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo*, v.108, p. 129-142, 2013. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/view/67979/70886>>. Acesso em: 10 dez. 2015.

MURGUIA, E. I.; YASSUDA, S. N. Patrimônio histórico-cultural: critérios para tombamento de bibliotecas pelo IPHAN. *Perspectivas em Ciência da Informação*, v.12, n.3, p.65-82, out./dez, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pci/v12n3/a06v12n3.pdf>>. Acesso em: 03 mar. 2016.

MUSEU DE ARTE DE SÃO PAULO ASSIS CHATEAUBRIAND. *Biblioteca*.

Disponível em: <<http://masp.art.br/masp2010/biblioteca.php>>.

Acesso em: 03 ago. 2016.

NAPOLEONE, L.M. et al. Livros e bibliotecas como bens culturais.

Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, v.12, n.esp., p.203-207, jul./dez. 2016. Disponível em: <<https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/615/525>>. Acesso em: 10 dez. 2016.

OLIVEIRA, C. M. B.; REIS, L. F. O acervo de Florestan Fernandes na Biblioteca Comunitária da UFSCar. In: CEPÊDA, V. A.; MAZUCATO, T. (Org.). *Florestan Fernandes: 20 anos depois: um exercício de memória*. São Carlos: Idéias, Intelectuais e Instituições: UFSCar, 2015. p. 177-198. Disponível em: <<http://www.centrocelsofurtado.org.br/arquivos/file/Florestan%20Fernandes,%200%20anos%20depois.pdf>>. Acesso em: 03 ago. 2016.

OSORIO ANTAS DE BARROS, M.T.; VILLÉN RUEDA, L. Bibliotecas universitárias ibéricas y patrimônio histórico-documental: políticas y proyectos de salvaguarda de la memoria escrita. *Anales de Documentación*, n.10, p.297-315, 2007. Disponível em: <<http://revistas.um.es/analesdoc/article/view/1211>>. Acesso em: 03 mar. 2016.

PALMA-PEÑA, J. M. El patrimonio cultural, bibliográfico y documental de la humanidad: revisiones conceptuales, legislativas e informativas para una educación sobre patrimonio. *Cuicuilco*, v.20, n.58, p.31-57, sept./dic. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0185-16592013000300003&lng=pt&nrm=iso>.

Acesso em: 03 mar. 2016.

_____. La socialización del patrimonio bibliográfico y documental de la humanidad desde la perspectiva de los derechos culturales. *Revista General de Información y Documentación*, v. 21, p. 291-312, 2011.

Disponível em: <<http://revistas.ucm.es/index.php/RGID/article/view/37427>>.

Acesso em: 8 nov. 2016.

PALOMINO LONDOÑO, G. I. Colecciones patrimoniales: instrumentos para la educación y el desarrollo. World Library and Information Congress: 70th IFLA General Conference and Council. 22-27 August 2004. Disponível em: <<https://archive.ifla.org/IV/ifla70/prog04.htm>>. Acesso em: 27 jun. 2017.

PEDRAZA GRACIA, M. J. Algunas reflexiones sobre bibliotecas históricas o patrimoniales: nuevo paradigma entre los centros y servicios de información. *Investigación Bibliotecológica: Archivonomía, Bibliotecología, Información*, v. 28, n. 64, sept./dic. 2014. Disponível em: <<http://www.revistas.unam.mx/index.php/ibi/article/view/45690/41035>>. Acesso em: 03 set. 2016.

PEREIRA, L. F. R. Documento de arquivo e documento bibliográfico como bens culturais: evolução registrada e factores de afirmação. *Páginas A&B*, série 2,

n.8, p.149-160, 2011.

SANTANA, Y. D.; GALÁN, I. H. Patrimonio documental, memoria e identidad: una mirada desde las Ciencias de la Información. *Ciencias de la Información*, v. 16, n.2, mayo-ago., p. 29-34, 2015. Disponível em : <www.redalyc.org/pdf/1814/181441052006.pdf>.

SÃO PAULO (SP). Câmara Municipal de São Paulo. Projeto de Lei nº 268, 1953. *Denomina rua Sílvio Portugal a atual rua 3, no Pacaembu, e dá outras providências*. Proponente: Vereador Antônio de Toledo Piza. Disponível em: <http://www.camara.sp.gov.br/wp-content/uploads/projetos_digitalizados/1953/00/00/0A/AG/00000AAGV.PDF>. Acesso em: 10 jan. 2017.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. *Coleção Delfim Neto*. Disponível em: <<https://www.fea.usp.br/biblioteca/acervo-delfim-netto>>. Acesso em: 03 ago. 2016.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Instituto de Estudos Brasileiros. *Guia do IEB: o acervo do Instituto de Estudos Brasileiros*. São Paulo, 2010. Disponível em: <<http://www.ieb.usp.br/guia-ieb>>. Acesso em : 03 ago. 2016.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. *Resolução nº 7167, de 16 de fevereiro de 2016*. Baixa o Regimento da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin. Disponível em: <<http://www.leginf.usp.br/?resolucao=resolucao-no-7167-de-16-de-fevereiro-de-2016>>. Acesso em : 03 ago. 2016.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS. Sistema de Bibliotecas da UNICAMP. *Coleções Especiais e Obras Raras*. Disponível em : <<http://www.sbu.unicamp.br/>>. Acesso em: 03 ago. 2016.

HIPOLITO, R. *Valdemar Martins Ferreira*. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdac/acervo/dicionarios/verbete-biografico/valdemar-martins-ferreira>>. Acesso em: 12 dez. 2016.

VARELA-OROL, C. Las colecciones em las bibliotecas españolas: dialéctica entre legislación y prácticas. *Revista Española de Documentación Científica*, v.37, n.3, p.1-18, jul./sept. 2014. Disponível em: <<http://redc.revistas.csic.es/index.php/redc/article/viewFile/857/1139>>. Acesso em: 03 mar. 2016.

YAMASHITA, M. M. et al. *A memória e o tempo: a necessidade de uma política de preservação no Instituto de Química da USP*. Trabalho apresentado no 3º INTEGRAR – Congresso Internacional de Arquivos, Bibliotecas, Centros de Documentação e Museus, São Paulo, 2016. Disponível em: <http://integrar.febab.org.br/assets/docs/trabalhos/19-7-016_tarde_Trabalhos_15.pdf>. Acesso em: 03 ago. 2016.

Fontes manuscritas

Livro 1839 – n. 5. Este Livro há de servir para Diário na Bibliotheca Pública desta cidade. No fim leva termo de encerramento. S. Paulo 15 de Junho de 1839. Dr. Clemente Falcão de Souza Manoel Joaquim do Amaral Gurgel [Termo de abertura].

Livro dos Donativos. Este livro servirá para registro das obras doadas e dos nomes dos doadores e a sua escripturação se para na forma do artigo 106 do Regimento de 17 de janeiro de 1885. Carlos Leôncio de Carvalho – bibliotecário. [Termo de Abertura]

Livro para correspondência do Bibliothecario com o Director, 1857- n. 5. Este Livro há de servir para a correspondência do Bibliothecario com o Director. Bibliotheca da Faculdade de Direito de S. Paulo 4 de Fevereiro de 1857. Manoel Joaquim do Amaral Gurgel [Termo de abertura].

As marcas extrínsecas nas bibliotecas particulares: o caso das dedicatórias

Stefanie Cavalcanti Freire

Objetiva-se mostrar a importância das marcas extrínsecas dentro das bibliotecas particulares. Escolheu-se a coleção particular de Manuel Bandeira como objeto de pesquisa. O estudo da biografia do escritor serviu como elemento contextualizador para a análise de sua biblioteca através de marcas extrínsecas encontradas, tais como: anotações manuscritas, ex-donos, ex-libris, marcas de circulação (selos ou carimbos de livreiros) e dedicatórias manuscritas.

Uma biblioteca particular não é apenas um acúmulo casual de livros, é uma possibilidade de leitura que acompanha toda a vida afetiva, intelectual e profissional de seu proprietário. Cada livro que a compõe é, teoricamente, um suposto objeto de interesse do colecionador, mesmo que este jamais o tenha lido, sua existência na biblioteca atribui-lhe reconhecimento como parte de seu “genoma intelectual” (ZAID, 2004, p. 14).

Tania Bessone Ferreira ratifica essa abordagem ao afirmar que uma biblioteca particular

não é simplesmente o somatório de livros. O fato do indivíduo ter escolhido aquelas obras, entre tantas outras, de preservá-las em casa, guardá-las em móveis especialmente construídos, demonstra uma preferência, uma forma de atribuir determinado valor aos livros, não apenas por suas qualidades implícitas. Essa seleção, seja por escolha profissional, afetiva, ou mesmo por status, define uma razão que ajuda a fazer a diferença entre livros esparsos e espalhados em uma biblioteca, mesmo que pequena (FERREIRA, 1999, p. 22).

Para Jacob (2008), uma biblioteca é indissociável da história, da cultura e do pensamento de seu dono. Não é “apenas” um “lugar de memórias” que guarda heranças deixadas pelas gerações passadas, mas sim um organismo em constante mutação, à mercê das predileções de seus donos.

Para melhor entender e compreender a formação de qualquer biblioteca particular “é preciso conhecer mais ou menos a biografia do sujeito” (CANDIDO, 1990 apud FERREIRA, 1999, p. 17). Sendo assim, será traçado a seguir um breve perfil biográfico do poeta Manuel Bandeira.

O perfil biográfico de Manuel Bandeira

Manuel Carneiro de Sousa Bandeira Filho nasceu em Recife, em 19 de abril de 1886, e faleceu no Rio de Janeiro, em 13 de outubro de 1968. Desde pequeno, por volta dos nove anos de idade, já gostava de poesia e versos. No livro *Itinerário de pasárgada*, Bandeira diz que seu primeiro contato com a poesia sob forma de versos ocorreu com a leitura de contos de fadas, de histórias da carochinha e com as cantigas de roda. No livro, ele também escreve que foi seu pai quem o influenciou no ingresso no mundo das letras.

[N]a companhia paterna ia-me eu embebendo dessa idéia que poesia está em tudo – tanto nos amores como nos chinelos, tanto nas coisas lógicas como nas disparatas. O próprio meu pai era um grande improvisador de *nonsense* líricos, o seu jeito de dar expansão ao gosto verbal nos momentos de bom humor (BANDEIRA, 1989, p. 19).

A família de Bandeira era formada por intelectuais e figuras de renome. Filho do engenheiro Manuel Carneiro de Souza Bandeira e de Francelina Ribeiro, o poeta era neto paterno de Antônio Herculano de Sousa Bandeira, advogado, professor da Faculdade de Direito do Recife e deputado geral da 12ª legislatura. Seu avô materno, Antônio José da Costa Ribeiro, era também advogado e político. Um dos tios de Bandeira, Antonio Herculano de Sousa Bandeira, foi procurador da Coroa, Presidente das Províncias da Paraíba e do Mato Grosso e autor de expressiva obra no campo jurídico. Outro tio, João Carneiro de Souza Bandeira, foi professor de direito e membro da Academia Brasileira de Letras.

O fato de ter nascido numa família letrada, contribuiu seguramente para que Bandeira viesse a ampliar sua condição de leitor e seguir a carreira de escritor. Em seu discurso de posse na Academia Brasileira de Letras, Manuel Bandeira lembra carinhosamente da convivência e dos conselhos de seu tio, o também imortal Sousa Bandeira:

A comoção com que neste momento vos agradeço a honra de me ver admitido à Casa de Machado de Assis não se inspira somente na simpatia daqueles amigos que a meu favor souberam inclinar os vossos espíritos. Inspira-se também na esfera das sombras benignas, a cujo calor de imortalidade amadurece a vocação literária. A mim estimulava-me particularmente a lembrança de uma sombra familiar, a de meu tio Sousa Bandeira, inteligência tão fina e discreta, falecido prematuramente quando realizava a melhor parte de sua obra, evocadora da vida do meu querido Recife nos fins do século passado; meu tio que, sentindo talvez o perigo dos preconceitos parnasianos que tanto seduziam a nossa adolescência, me aconselhava na dedicatória de um tratado de versificação: “A meu sobrinho, para que recorde apenas a técnica do verso, porque quanto à essência o melhor é pedir inspiração à sua própria alma.” Conselho que segui sempre e a que devo o que porventura haja de menos mau em meus poemas.⁵⁷

57 Disponível em: <<http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=>

A trajetória educacional e as amizades feitas nos bancos escolares também contribuiriam para a formação do poeta. Aos 10 anos de idade, Bandeira transferiu-se para o Rio de Janeiro, onde cursou, de 1897 a 1902, o secundário no Externato do Ginásio Nacional (hoje Colégio Pedro II), bacharelando-se em letras (BIOGRAFIAS, 2012). Influenciado pelos professores Silva Ramos e Sousa da Silveira, Bandeira passou a admirar Camões.⁵⁸ Seu gosto por idiomas e muitas de suas amizades teriam origem naquela destacada escola da capital do país, responsável por boa parte da formação intelectual do escritor.

Certa vez, Manuel disse em uma entrevista: “Do Ginásio Nacional saí com a base de tudo o que sei” (“Manuel Bandeira também fala”, reportagem de Joel Silveira, publicada na revista “Vamos Ler”!).

No velho colégio, “só para meninos”, Manuel Bandeira fez muitas amizades, entre os da sua turma: Souza da Silveira, Antenor Nascentes (filólogos), Lucilo Bueno (diplomata), Lopes da Costa, Castro Munes (juízes), Arthur Moses (médico) e outros mais. Foram também seus contemporâneos Castro Meneses e C. Tavares Bastos, os primeiros poetas que conheceu em carne e osso. Os dois eram respeitadíssimos, o primeiro mais que o segundo. Castro Meneses já aparecera em livro. E a publicação do *Ermindia* de C. Tavares Bastos causara em Manuel uma admiração sem limites (BARBOSA, 1958, p. 77).

Apesar de muito jovem, Bandeira, acompanhado de Castro Meneses e C. Tavares Bastos, frequentava rodas literárias. Segundo Barbosa (1958, p. 78), os três amigos “davam grandes palpites sobre Bilac, Alberto de Oliveira, Cruz e Sousa. Isso bastava para colocá-los numa atmosfera de alto prestígio intelectual”.

Aos 18 anos, Bandeira matriculou-se na Escola Politécnica de São Paulo para fazer o curso de engenheiro-arquiteto, contudo, teve que abandonar os estudos em 1904 devido a uma doença pulmonar adquirida no final da adolescência (BANDEIRA, 1986; BACIU, 1966). Com a convalescência, Bandeira encontrou-se efetivamente no ofício de poeta e mergulhou num projeto literário intenso e profundo, que incluía, segundo Coelho (2009), o estudo dos principais poetas modernos, como Arthur Rimbaud, Blaise Cendrars, Guillaume Apollinaire e Paul Verlaine. Bandeira iniciava assim o desenvolvimento de sua técnica literária, rica de procedimentos criativos.

A doença não dava trégua. Em 1913, Bandeira decidiu viajar para Suíça para se tratar no Sanatório de Clavadel. Durante sua temporada, o escritor estabeleceu amizade com o poeta húngaro Charles Picker que, segundo Bandeira, enfrentava a doença com grande bravura e humour. Bandeira também conheceu o poeta francês Paul Éluard, pseudônimo de Eugène Emile Paul Grindel. Segundo Baciú (1966, p. 11),

653&sid=249>. Acesso em: 31 mar. 2013.

58 “Os *Lusiadas* eu sabia de cor e declamava em casa para mim mesmo com grande ênfase” (BANDEIRA, 1989, p. 22).

[e]ntre os dois poetas nascem, rapidamente, uma boa amizade, e Bandeira, alguns anos mais velho, viria a exercer forte influência na formação poética do amigo, como o próprio Eluard o reconhece ao opor, já poeta de fama mundial em um dos seus livros, a seguinte dedicatória: “A M.B., qui me révèle littéralement mon amour de la poésie et ses possibilités, Paul Eluard”.

Foi com 28 anos que Bandeira, ainda no sanatório, pensou em publicar um livro de versos. As edições de França Amado, segundo Bandeira, pareciam muito bonitas, e seu sonho era ver alguns poemas seus sob a mesma forma em que costumava ler os versos de Eugênio de Castro. Desta forma, Bandeira enviou um soneto que fez em homenagem a Camões para apreciação de Eugênio, solicitando que ele escrevesse uma carta de recomendação ao editor. Contudo, nunca obteve resposta.

Bandeira relatou que durante sua estada na Suíça, não recebeu quase nenhuma influência literária, pois já tinha lido os modernos poetas franceses no Brasil. “[...] do ano de 1904, em que adoeci, ao de 1917, quando publiquei o meu primeiro livro de versos – *A cinza das horas*. [...] tomei consciência de minhas limitações, nesses treze anos que formei a minha técnica” (BANDEIRA, 1984, p. 29).

Em 1914, Bandeira é obrigado a voltar ao Brasil, não só em decorrência da Primeira Guerra Mundial, mas também porque seu pai não podia mais pagar o tratamento no exterior. Pouco tempo depois de regressar ao país, Bandeira enfrentaria uma série de adversidades familiares. Em 1916, sua mãe faleceu. Dois anos depois morreria Maria Cândida de Souza Bandeira, irmã e “enfermeira” do poeta desde 1904. Em 1920, o poeta receberia o maior golpe: a perda de seu pai. Tomado pela sensação de abandono, Bandeira se sentia “definitivamente só”:

A morte de meu pai e a minha residência no morro do Curvelo de 1920 a 1933 acabaram de amadurecer o poeta que sou. Quando meu pai era vivo, a morte ou o que quer que me pudesse acontecer não me preocupava, porque eu sabia que pondo a minha mão na sua, nada haveria que eu não tivesse a coragem de enfrentar. Sem ele eu me sentia definitivamente só. E era só que teria de enfrentar a pobreza e a morte (BANDEIRA, 1984, p. 65).

O pai havia deixado uma pensão no valor de quinhentos mil-réis, porém o aluguel da casa onde morava, na Rua do Triunfo, em Santa Tereza, custava trezentos mil-réis. As contingências financeiras obrigaram Bandeira a se mudar para um velho casarão, quase em ruínas, localizado na Rua do Curvelo, na Lapa. Os problemas econômicos persistiam e sua condição de saúde não o permitia trabalhar por oito horas seguidas em um escritório ou repartição.

Ainda em 1920, por sugestão de Ribeiro Couto, o poeta começou a desempenhar pela primeira vez a função de docente. Bandeira foi professor particular de Joanita Blank; ele foi o responsável pela educação da menina de nove anos, que jamais frequentou uma escola (BEZERRA, 1995). Os vestígios da

relação entre Bandeira e Joanita podem ser observados em sua biblioteca, posto que a pesquisa localizou muitos livros didáticos de português, matemática, física, história, geografia, ciências e biologia, muitos deles com a assinatura de Joanita. Entre o poeta e a menina Blank nasceu uma grande amizade.

Nas décadas de 1930 e 1940, os honorários pagos aos escritores no Brasil eram muito baixos. Bandeira, apesar de ter sua obra cada vez mais reconhecida, ainda passava por apertos financeiros no início dos anos 1930. O poeta continuava a não aceitar serviço fora de casa devido à doença. Em 1938, o pernambucano seria contratado para um dos poucos trabalhos que sua condição de saúde permitia, o magistério. Ele foi nomeado, pelo ministro Gustavo Capanema Filho, professor de literatura do Colégio Pedro II e membro do conselho consultivo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Iphan. Os novos cargos trariam certo conforto econômico.

Como dominava muitos idiomas, Bandeira, com o objetivo de aumentar sua renda, começou também a exercer a profissão de tradutor. O escritor traduziu obras do espanhol, francês, inglês e alemão para o português. Segundo Ribeiro Couto (2004) esse talento para o estudo das línguas fora herdado de seu pai. Na biblioteca do imortal foram encontrados muitos livros de gramática, especialmente a francesa que pertenceram ao seu pai.

As traduções acompanhariam a vida profissional e intelectual do poeta.⁵⁹ O ingresso na Academia Brasileira de Letras, em 1940, abria as portas do difícil mercado literário para o escritor. Contudo, o que antes se iniciou como uma necessidade ganharia folego na produção de Bandeira. O imortal traduziu cerca de 30 livros, a maioria após sua entrada na ABL. Aparentemente, o poeta não conseguia atender a todos os pedidos de tradução. A imagem a seguir mostra um pedido de tradução da obra *“Selected Poems”*, de Thomas Merton e Robert Speaight, feito sob a forma de dedicatória.

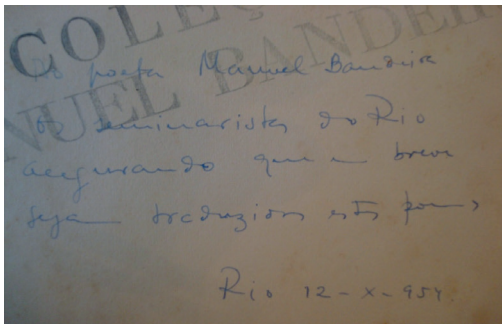


Fig. 1: Dedicatória com pedido de tradução do livro ofertado.

Fotobibliografia:

Ao poeta Manuel Bandeira // os seminaristas do Rio // aguardando que em breve // sejam traduzidos estes poemas // Rio 12-X-954.

Fonte: Biblioteca de Manuel Bandeira.⁶⁰

⁵⁹ Em 1959, Bandeira receberia o prêmio de melhor tradução da Associação Paulista de Críticos de Arte, APCA, pela peça *“Maria Stuart”*, do poeta e dramaturgo alemão Friedrich Schiller.

⁶⁰ MERTON, Thomas; SPEAIGHT, Robert (coautor). *Selected poems*. London: Hollis & Carter, 1950. xii, 113 p., 23 cm.

A biblioteca de Manuel Bandeira

A trajetória profissional do poeta foi sem dúvida um critério determinante para construção de seu acervo, composto por 3.236 obras, localizado no 2º andar do Petit Trianon, na Biblioteca Acadêmica Lúcio de Mendonça. Independentemente dos motivos que levaram o poeta a deixar sua biblioteca em testamento para a ABL, pode-se afirmar que Bandeira tinha um enorme carinho por ela, pois aquele espaço sintetizava sua vida profissional e suas predileções afetivas. Bandeira catalogou seu acervo e encadernou alguns de seus livros.

De acordo com Baciú (1966), o poeta possuía um catálogo que lhe permitia encontrar com facilidade uma *plaque* entre as inúmeras que se encontravam em suas estantes. Devido à complexidade deste instrumento, Bandeira o abandonou e passou a atribuir notação para cada livro de sua biblioteca. O imortal adotou a localização fixa, na qual o livro ganha uma propriedade individual, como a estante, prateleira e o item na prateleira (Fig. 2).

Fig. 2: Lombadas com etiquetas de localização fixa.



Fonte: Acervo Manuel Bandeira.⁶¹

O sistema de ordenação utilizado por Bandeira permite a arrumação do acervo por ordem alfabética de autores ou títulos e favorece a memorização do local onde cada livro se localiza. Quando não colava etiquetas, o escritor anotava na lombada do livro, a caneta azul ou vermelha, a localização de seus livros. Além de cuidar da organização física dos volumes.

As preocupações de Bandeira com a organização da sua coleção começaram desde cedo. Por volta de 1916, o poeta encomendou ao artista plástico Alberto Childe a elaboração de um símbolo que passaria a ser seu ex-libris. Por solicitação de Bandeira, Childe desenhou uma ariesfinge (Fig. 3), nome composto de *aries* (carneiro) e *sphinx* (esfinge). A razão da presença de *aries* nesta combinação de palavras se deve ao fato de o nome completo do poeta incluir o sobrenome Carneiro.⁶² A ariesfinge seria também transformada em outras marcas de propriedade do poeta, como carimbo seco (Fig. 4).

61 PALMA, Ricardo. *Apéndice à mis ultimas tradiciones peruanas*. Buenos Aires, Argentina; Buenos Aires: Maucci: M. Hermanos, [1900?]. 538 p., il., 25 cm.

62 O pernambucano explica o símbolo em "Itinerário de Pasárgada" (1984, p. 87).

Fig. 3: Ex-libris de Manuel Bandeira fixado em livro.



Fonte: Acervo Manuel Bandeira.⁶³

Fig. 4: Carimbo seco no livro.



Fonte: Biblioteca de Manuel Bandeira.⁶⁴

Apesar de Bandeira ter criado o ex-libris tanto em formato impresso quanto em forma de carimbo seco, há apenas 13 livros em sua biblioteca com essas marcas de propriedade, todos da década de 1920. Com isso é possível deduzir que a utilização dessas marcas foi bem passageira, provavelmente por causa do desapareço que o poeta tinha com seus livros. Ao tempo em que criava um sistema para melhor organizar seu objeto e material de estudo e que se dedicava a aprender a arte da encadernação, Bandeira não se importava em emprestar, dar ou mesmo jogar fora uma obra. Contradição de difícil explicação, que apenas reforça a dupla relação de Bandeira com os livros: a profissional e a afetiva.⁶⁵

Outras marcas de propriedade presentes na coleção de Bandeira apresentam relevantes informações sobre os hábitos do poeta. Marcas de leitura comprovam que por causa das dificuldades financeiras o escritor tinha que recorrer aos sebos para adquirir os livros que tanto desejava e necessitava; as marcas de circulação (selos ou carimbos de livreiros) indicam as livrarias frequentadas por ele.⁶⁶ A análise dessas marcas auxilia, por exemplo, a averiguação de como uma biblioteca particular é formada.

As possibilidades proporcionadas pelo estudo das marcas de circulação de um livro corroboram as potencialidades oferecidas pelas marcas de propriedade, como *ex-libris*, *ex-donos* e as dedicatórias. A relação de Bandeira com os sebos cariocas é comprovada pelos *ex-libris* e *ex-donos* presentes em muitos dos livros de sua biblioteca. Uma das marcas de propriedade que mais se destaca na coleção de Bandeira é o *ex-libris* de Alfredo Pujol (Fig.5). A presença desse *ex-libris* em livros pertencentes a Bandeira indica que o poeta

63 ALI, M. Said. *Difficuldades da língua portuguesa: estudos e observações*. 2. ed. Rio de Janeiro: Typ. Besnard Frères, 1919. vii, 327 p., 19 cm.

64 MARITAIN, Jacques; MARITAIN, Raïssa (coautor). *Situation de la poésie*. Paris: Desclée de Brouwer et Cie, 1938. 159 p., 21 cm.

65 Para mais informações ver Baciú (1966) e Freire (2013).

66 As marcas de circulação indicam que as principais livrarias frequentadas por Bandeira eram Livraria Garnier (Rua do Ouvidor, 69); Livraria Espanhola (Rua treze de Maio, 17); Livraria Imperial (Rua São José, 61); Livros de Portugal (Rua do Ouvidor, 106); Livraria e Editora da Casa do Estudante (Rua Rio Branco, 120); e, Livraria e Papelaria do Povo (Avenida 15 de novembro, 734 Petrópolis).

muito provavelmente frequentava a livraria José Olympio.⁶⁷ Logo, a averiguação de uma marca de propriedade, desvela relações de Bandeira com aquele que seria um dos principais nomes do mercado editorial brasileiro do século XX.

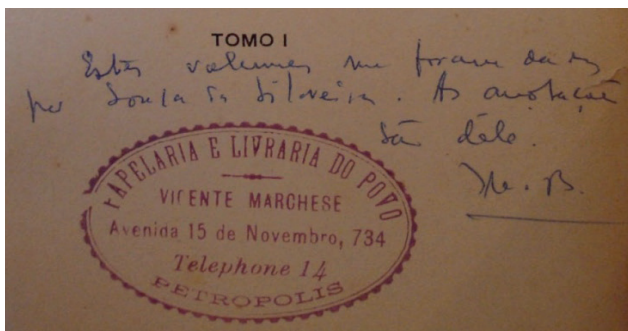
Fig. 5: Ex-libris de Alfredo Pujol.



Fonte: Biblioteca de Manuel Bandeira.⁶⁸

Por ter muitos livros de “segunda mão”, comprados em sebos ou dados por amigos, Bandeira tinha o hábito de assinalar quando as marcas de leitura não eram de sua autoria, conforme se pode observar na figura abaixo.

Fig. 6: Lembrete de Bandeira indicando que as anotações de leitura presentes na obra não eram dele.



Fonte: Biblioteca de Manuel Bandeira.⁶⁹

Fotobibliografia: Estes volumes me foram dados // por Souza Silveira.
As anotações são dele. // M.B.

67 A coleção de Pujol foi comprada por José Olympio logo após seu falecimento, em 1930. Embora tenha sido oferecida ao governo de São Paulo, o jovem Olympio cobriu a oferta e iniciou sua carreira como livreiro com a biblioteca que pertenceu a Pujol (SOARES, 2009).

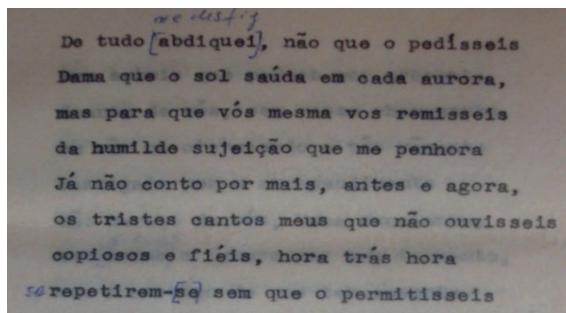
68 OYUELA, Calixto (Org.). *Antología poética hispano-americana*. Buenos Aires: Angel Estrada y Cia., 1919-1920. 3 v. en 5, 20 cm.

69 DEUS, João de. *Campo de flores: poesias lyricas completas*. 5. ed. Lisboa: Aillaud e Bertrand, [1850?]. 2v., 18 cm.

Também se verificou na pesquisa que 20% da coleção de Bandeira têm marcações de leitura, geralmente feitas com lápis. O acadêmico não tinha o hábito de escrever ou rabiscar nas margens dos livros, ele apenas anotava as páginas que chamavam sua atenção, como uma espécie de índice de leitura. Na maioria das vezes, essas impressões de leitura eram colocadas nas últimas folhas do livro, quando não, nas folhas que precedem o título do livro.

Outra forma de impressão de leitura encontrada em obras do acervo de Manuel Bandeira trazem à cena um leitor cujas práticas de leitura são norteadas, predominantemente, por algumas manias e obsessões. Bandeira era obcecado em corrigir o que lhe afigurava como erro conceitual, desinformação ou incorreção de linguagem. A seguir, página do livro “Sonetos quase camoneanos”, do poeta e ensaísta Guilherme de Campos, encontrado na biblioteca de Manuel Bandeira. Pode-se observar que Bandeira destacou a palavra “abdiquei” e escreveu a mão comentários sobre tal palavra, como se estivesse fazendo uma análise gramatical/textual e realizando um exercício para melhorar sua escrita. O mesmo ocorreu com a colocação da partícula “se”. Tal prática corrobora a preocupação de Bandeira com a boa escrita. Esses tipos de comentários foram encontrados em abundância nos livros que compõem a coleção Bandeira. Cabe ressaltar que o poeta corrigia inclusive as referências bibliográficas no final do livro.

Fig. 7: Exercício de escrita de Manuel Bandeira.

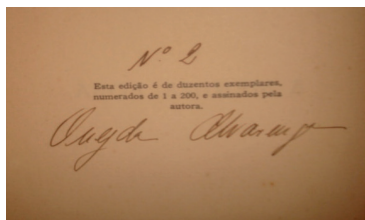


Fonte: Biblioteca de Manuel Bandeira.⁷⁰

O trabalho, o carinho e o zelo que Bandeira tinha com seus amigos eram reconhecidos. Uma das características que torna a biblioteca do poeta rica em termos de raridade é a quantidade de exemplares numerados e assinados pelo autor. Na imagem a seguir, o exemplar número dois da obra da poetisa Oneyda Alvarenga oferecido ao imortal. Essa deferência indica todo o apreço e afeto que a escritora tinha pelo pernambucano.

70 CAMPOS, Guilherme de. *Sonetos quase camoneanos*. [S.l.] : [s.n.], 1959.

Fig. 8: Exemplar numerado e assinado pela autora.



Fonte: Biblioteca de Manuel Bandeira.⁷¹

Talvez o maior indicativo do respeito, admiração e amizade que personalidades do mundo das artes e da política tinham por Bandeira seja a presença de 1.065 dedicatórias manuscritas na coleção do poeta.

As dedicatórias na biblioteca de Manuel Bandeira

As dedicatórias manuscritas desempenham não apenas um papel político, mas um modo de sociabilidade capaz de criar e reforçar laços sociais e culturais; podem ser usadas para demonstrar afeto ou gratidão ou mesmo forjar relações pessoais. São documentos que se apresentam em forma de prosa, verso ou mesmo imagem, que podem ser apenas “secos” e “protocolares”,⁷² ou então verdadeiros relicários que evocam admiração, respeito, amor, carinho e amizade. Na coleção de Manuel Bandeira, este tipo de dedicatória aponta reminiscências e revela um tom íntimo de escrita. As dedicatórias manuscritas são indícios, são elementos constituintes da formação da memória que fornecem elementos capazes de investigar e reconstruir, mesmo que de forma fragmentada, a rede de relações sociais do poeta.

No acervo de Bandeira, há não apenas dedicatórias escritas por amigos, mas também de autoria de alunos, críticos literários, editores, autores iniciantes, autores consagrados, membros da Academia Brasileira de Letras, cartunistas, músicos, engenheiros, arquitetos, pintores, tradutores, companheiros de trabalho e admiradores. Pela análise da quantidade e do conteúdo das dedicatórias, constatou-se, por exemplo, a relação de amizade de Bandeira com Afonso Arinos. Foram encontradas 11 dedicatórias feitas pelo diplomata para o poeta pernambucano.⁷³ Muitas delas, verdadeiras demonstrações de afeição e respeito, como pode ser observado na figura abaixo. A dedicatória representada na figura 9, na página seguinte, traz uma nota bem curiosa, que apenas um amigo poderia

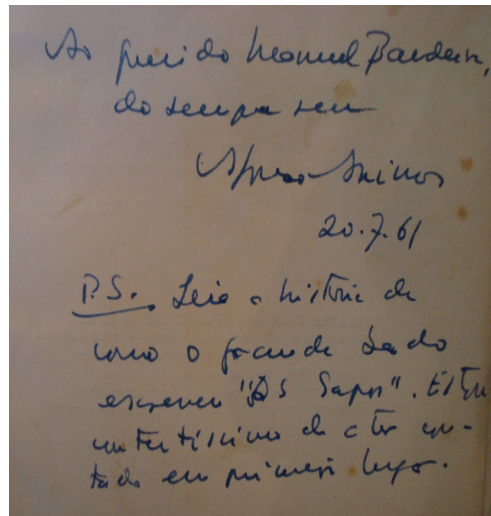
71 ALVARENGA, Oneyda. *A Menina boba*. São Paulo: Empresa da Gráfica dos Tribunais, 1938.

72 Entendemos como dedicatória “protocolar” aquela que quase não possui texto, que se aproxima do autógrafo.

73 Enquanto Bandeira era vivo, Arinos escreveu 16 livros: quatro de Direito, cinco sobre Política, três Memórias e quatro Críticas. Nenhuma das dedicatórias encontradas estava em livros da área do Direito.

redigir para outro. Nela, também há indícios da presença de outro elemento no círculo de amizade dos dois autores, o escritor Lêdo Ivo. A investigação minuciosa das dedicatórias manuscritas encontradas na coleção de Bandeira ajudou a estabelecer sua rede de sociabilidade e verificar seus grandes amigos e conhecidos.

Fig. 9: Dedicatória de Afonso Arinos a Manuel Bandeira.



Fotobibliografia: Ao querido Manuel Bandeira, // do sempre seu // Afonso Arinos // 20.7.61 // PS. Leio a história de // como o grande // Ledo // escreveu "Os Sapos". Estou // eu felicíssimo de a ter con- // tado em primeiro tempo.

Fonte: Biblioteca de Manuel Bandeira.⁷⁴

Do total de 3.236 títulos encontrados na biblioteca de Bandeira, 1.065 possuem dedicatórias manuscritas (964 escritas pelos autores do livro e 101 redigidas por terceiros).⁷⁵ Esses números ganham relevo quando se leva em consideração que Bandeira tinha o costume de emprestar e de se desfazer de obras, mesmo daquelas com dedicatórias.

Do universo das dedicatórias manuscritas destacam-se, entre outras, as elaboradas por Adonias Filho, Afonso Arinos, Afrânio Coutinho, Antônio Cândido, Antônio Ramos de Almeida, Brito Broca, Carlos Drummond de Andrade, Cyro dos Anjos, Dante Milano, Ernesto Guerra Cal, Eugênio de Castro, Fernando Mendes Almeida, Ferreira de Castro, Francisco Ayla, Francisco de Assis Barbosa, Gastão Cruzls, Gilberto Amado, Gilberto Freyre, Guilherme Auler, Hernani Cidade, Homero Icaza Sánches, Jaime Cortesão, João Cachofel, Joaquim Cardoso, Joaquim Montezuma Carvalho, Jorge Amado, Justo Pastor Benitez, Lêdo Ivo, Lúcio Cardoso, Luiz Câmara

⁷⁴ FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *A alma do tempo: memórias (formação e mocidade)*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1961.

⁷⁵ Nesse cálculo não foram contabilizadas dedicatórias manuscritas de terceiros para terceiros.

Cascudo, Mário de Andrade, Murillo Araújo, Oneyda Alvarenga, Oscar Cerruto, Paulo Dantas, Paulo Gomide, Paulo Mendes Campos, Pedro Dantas, Pedro Nava, Pizarro Bastilde, Ribeiro Couto, Roberto Alvim Correa, Rodrigo de Melo Franco de Andrade, Ruy Coutinho, Stefan Baciú e Waldir Ayla. Essa lista remete a Stefan Baciú:

Entre os melhores e mais íntimos amigos de Bandeira, teríamos de citar, em primeiro plano, Rodrigo Melo Franco de Andrade, Carlos Drummond de Andrade, Jaime Ovalle e, também, o jovem poeta panamenho-carioca Homero Icaza Sánchez, Pedro Dantas, que declarou Bandeira seu “tio eletivo”, Odylo Costa Filho, Paulo Gomide, Dante Milano, Afonso Arinos de Melo Franco e Pedro Nava. Um dia alguém haverá de escrever a geografia das amizades de Bandeira, e então esses nomes, e alguns outros mais, constituirão capítulos à parte, cada um com suas peculiaridades, suas afeições e ternuras, porque ninguém mais terno e melhor para seus amigos que Manuel Bandeira (BACIU, 1966, p. 13).

Difícil saber o que Baciú quis dizer com “geografia das amizades de Bandeira”. Acredita-se que ele se referia a uma espécie de mapa das amizades do pernambucano, ou em outras palavras sua rede de sociabilidade. Mediante as dedicatórias manuscritas presentes na coleção do poeta, pode-se comprovar algumas amizades e desvelar outras não informadas pelo romeno.

Por outro lado, a passagem de Baciú supracitada aponta limites para a utilização das dedicatórias como uma ferramenta capaz de desvelar os contatos e laços sociais de alguma personalidade. O escritor informa que um dos grandes amigos de Bandeira era Jaime Ovalle. Todavia, a pesquisa não localizou nenhuma dedicatória de Ovalle para Bandeira; o que não é de se estranhar, pois Ovalle era músico.

As dedicatórias manuscritas localizadas no acervo de Bandeira apontam em sua grande maioria as relações do poeta com os literatos, autores, editores, revisores e tradutores. Observou-se que mais de 90% das dedicatórias oferecidas a Bandeira foram elaboradas por autores dos livros; logo, as relações do imortal com músicos ou então com o dono da padaria da esquina de sua residência passam despercebidas com a exclusiva utilização das dedicatórias.

Por outro lado, as dedicatórias podem forjar e simular relações sociais não existentes. Muitos autores iniciantes poderiam tentar se aproximar do escritor por interesses, com o intuito de conseguir indicação para a publicação de seu livro, por exemplo.

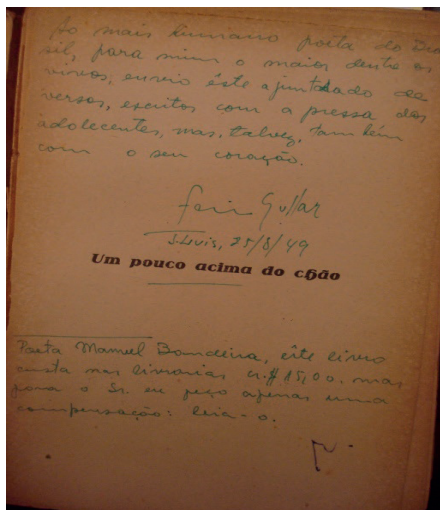
Uma análise detalhada revela que 94% dos livros dedicados foi incorporada ao acervo do poeta após sua entrada na Academia Brasileira de Letras, em 1940. Das 720 obras que apresentam dedicatórias datadas, 675 foram elaboradas a partir daquele ano. Foram encontradas 240 dedicatórias sem data, o que dificulta precisar o momento no qual esses livros foram incorporados à biblioteca do autor. Contudo, pela data de lançamento dos livros, sabe-se que pelo menos 205 só poderiam ter sido oferecidos depois de 1940.⁷⁶ Esses dados, revelam que mais de 80% dos livros dedicados encontrados entraram no acervo do escritor após sua consagração como imortal.

76 No levantamento encontramos 13 livros sem data de publicação.

Segundo Sirinelli (2003, p. 242, 243), para aqueles que enviam seus livros, a opinião de intelectuais consagrados é muito importante, posto que eles são “os criadores e os ‘mediadores’ culturais; sua notoriedade ‘eventual’ ou sua ‘especialização’ legítima e mesmo privilegia sua intervenção no debate da cidade -, que o intelectual põe a serviço da causa que defende”.

Pode-se assinalar que a dedicatória manuscrita não é apenas uma fórmula cerimoniosa de civilidade, respeito, admiração, afeto e amizade entre o dedicador e o dedicatário; é também um veículo de comunicação que oferece pistas sobre os leitores que se formavam em torno de Bandeira, portanto, uma ferramenta que atesta o prestígio alcançado pelo imortal. Tal fato pode ser evidenciado na dedicatória encontrada na primeira obra do poeta Ferreira Gullar, publicada em São Luís (MA), em 1949.

Fig. 10: Dedicatória de Ferreira Gullar para Manuel Bandeira.



Fotobibliografia: Ao mais humano poeta do Bra//sil, para mim o maior dentre os // vivos, envio êste ajuntado de // versos, escritos com a pressa dos // adolescentes, mas talvez, também // com o seu coração. // Ferreira Gullar // S. Luis, 25/8/49 // [Título do livro sublinhado] Poeta Manuel Bandeira, êste livro // custa nas livrarias Cr.\$ 15,00, mas para o Sr. eu peço apenas uma compensação: leia-o.

Fonte: Biblioteca de Manuel Bandeira.⁷⁷

77 GULLAR, Ferreira. *Um pouco acima do chão*: poesia. São Luis [MA]: [s.n.], 1949. 94 p., 20 cm.

Bandeira, após 1940, recebeu várias dedicatórias com o endereço do dedicador. O poeta fazia questão de escrever para agradecer aos jovens o envio do manuscrito.

Tenho perguntado aos confrades da minha geração se eles agradecem por escrito os livros que recebem de desconhecidos, e a resposta é sempre a mesma: não. Fico tentado a seguir o exemplo, mas, lembrando-me da decepção que me deu Bilac, não acusando o recebimento do meu primeiro livro, não tenho coragem de poupar-me.

A situação, porém, está-se-me tornando catastrófica. Não são só as centenas de brochurinhas de versos que me chegam (e hoje é verso qualquer linha, e já há duas escolas – a dos concretos e a dos trambolhos): são também cartas incluindo poemas manuscritos, sobre os quais me pedem opinião ou autor ou autora, ou parente ou amigo ou amiga do autor ou autora! É espantoso por estes brasis e Brasília afora o número de jovens aflitos por saber se são, sim ou não, poetas de verdade (BANDEIRA, 1986, p. 14).

Na percepção de alguns autores pouco experientes, o aval de um acadêmico e crítico literário poderia significar a publicação de sua obra. Tal possibilidade torna-se relevante quando se considera a formatação do mercado editorial brasileiro daquela época. Em 1936, o próprio Bandeira tinha dificuldades para publicar seus livros, como pode ser atestado na passagem abaixo:

[A]os cinquent’anos de idade pois, não tinha eu ainda público que me proporcionasse editor para os meus versos. A Estrela da Manhã saiu a lume em papel doado por meu amigo Luís Camilo de Oliveira Neto, e a sua impressão foi custeada por subscritores. Declarou-se uma tiragem de 57 exemplares, mas a verdade é que o papel só deu para 50 (BANDEIRA, 1989, p. 103).

A entrada de Bandeira para Academia Brasileira de Letras foi um marco para sua carreira profissional. Em 1944, pela primeira, vez ele receberia convite de uma editora para publicar o livro “Lira dos Cinquent’Anos”. Quando as grandes editoras passaram a procurar Bandeira em busca de seus originais, ele preferiu se ligar aos jovens poetas editores e aos amigos João Cabral de Melo Neto – que montou uma editora em Barcelona, enquanto cumpria missão diplomática –, Thiago de Melo – que dirigia a editora Hipocampus – e Manuel Segalá – poeta chileno, dono de uma máquina impressora a qual batizou de *Verônica*. Um dos primeiros amigos a escrever pedindo material para publicação foi João Cabral de Melo Neto (SÜSSEKIND, 2001).

Murilo Miranda já tinha se “oferecido” para editar “Jogos onomásticos”, bem como o mestre de tipografia José Maria de Albuquerque e Melo. Bandeira não se interessou pelas propostas, mas se entusiasmou com o pedido de João Cabral. Em sua resposta, o poeta fez apenas uma ressalva em formato de pedido: “Pode pôr na primeira página a dedicatória: A João Cabral de Melo Neto”. Contudo o amigo e editor recusou a homenagem de Bandeira por achar impróprio figurar o nome do impressor na página da dedicatória. O diplomata apelou para sua amizade com o poeta para se desculpar pela indelicadeza.

Claro, não é um ato delicado recusar uma dedicatória e também não será de boa “economia política” literária recusar uma dedicatória sua. Mas o fato é esse. Hesitei em fazer essa grosseria a v. [...] Mas como v. me deu uma prova de amizade mandando seus originais, acreditei que podia contar com o perdão (Carta datada de 5.11.1947. In: SÜSSEKIND, 2001, p. 45).

Bandeira retrucou a carta do amigo: “quanto a dedicatória mantenho-a. Sempre tive a idéia de dedicar o livro a quem o imprimisse” (Carta, 25.11.1947. In: SÜSSEKIND, 2001, p. 49). O livro finalmente saiu com o título de “Mafuá do Malungo” e com a dedicatória ao amigo e impressor.

Considerações Finais

As coleções que compõem as bibliotecas particulares são reflexos da vida profissional, intelectual, política, social e afetiva de seus proprietários. Através da análise das marcas extrínsecas inseridas nos livros pode-se reconstruir, mesmo que fragmentária, a história e a trajetória da biblioteca. Contudo, deve-se considerar a biografia do sujeito para compreender a formação do acervo.

Muitas bibliotecas foram “salvas” graças ao espírito de colecionadores que doaram seus patrimônios a instituições. O acervo da Academia Brasileira de Letras (ABL), por exemplo, reúne bibliotecas particulares que pertenceram a literários ilustres, como Machado de Assis, Alberto de Oliveira, Afrânio Peixoto, Domício da Gama, Olavo Bilac e Manuel Bandeira – objeto desta pesquisa. Resta averiguar por que Bandeira deixou em testamento sua biblioteca para ABL. Talvez pela relação do imortal com a instituição, pela preservação de sua memória ou mesmo pela importância do acervo como fonte de estudo. Estes são temas que merecem atenção e serão abordados em pesquisas futuras.

Referências

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. *Biblioteca Acadêmica Lúcio de Mendonça*. Rio de Janeiro: ABL, 2012. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=257>>. Acesso em: 02 set. 2017.

ANDRADE, Carlos Drummond. Manuel Bandeira: lembranças e impressões. In: SILVA, Maximiano de Carvalho e. *Homenagem a Manuel Bandeira 1986-1988*. Rio de Janeiro: Monteiro Aranha, Presença Edições, 1989. p. 5-22.

BACIU, Stefan. *Manuel Bandeira de corpo inteiro*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1966.

BANDEIRA, Manuel. *Andorinha, andorinha*. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986.

BANDEIRA, Manuel. *Discurso de posse*. Disponível em: <<http://www>.

academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=653&sid=249>.
Acesso em: 31 de mar. 2013.

BANDEIRA, Manuel. Itinerário de Pasárgada. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira [Brasília], INL, 1984.

BARATIN, Marc; JACOB, Christian (org.). *O poder das bibliotecas: a memória dos livros no Ocidente*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2000.

BEZERRA, Elvia. *A trinca do curvelo: Manuel Bandeira, Ribeiro Couto e Nise da Silveira*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1995.

FREIRE, Stefanie Cavalcanti. *As dedicatórias manuscritas: relações de poder, afeto e sociabilidade na biblioteca de Manuel Bandeira*. 2013. 406f. Dissertação. (Mestrado em História) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.

CHARTIER, Roger. *Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Brasília: UnB, 1994.

COSTA, Américo de Oliveira. As dedicatórias exemplares. In: _____. *A biblioteca e seus habitantes: (painéis, montagens, slides)*. 2. ed. Rio de Janeiro: Achiamé: Fundação José Augusto, 1982. p. 173-180.

FERREIRA, Tânia Maria Bessone. A biblioteca de Rui Barbosa no palácio dos livros. In: FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA. *Catálogo da biblioteca de Rui Barbosa*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2007. p. 28-50.

FERREIRA, Tânia Maria Bessone. *Palácio de destinos cruzados: bibliotecas, homens e livros, Rio de Janeiro (1870-1920)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.

MORELI, Silvana Vicente. *Cartas provincianas: correspondência entre Gilberto Freyre e Manuel Bandeira*. 2007. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade São Paulo, São Paulo, 2007.

PINHEIRO, Ana Virginia. *Inventário de acervo antigo: (metodologia)*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2007a. Disponível em: <<http://catalogos.bn.br/planor/documentos/ARTIGOS/inventarioacervoantigoanavirginia.pdf>>. Acesso em: 12 abr. 2012.

_____. Rui, para sempre e em todo lugar. In: FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA. *Catálogo da biblioteca de Rui Barbosa*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2007. p. 16-26.

Tema 2

Bibliotecas Particulares e Arquivos Pessoais

Arquivos pessoais, acervos bibliográficos e objetos: uma integração necessária

Maria Celina Soares de Mello e Silva

Lucia Alves da Silva Lino

O Museu de Astronomia e Ciências Afins, instituto de pesquisa do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações, no âmbito de sua missão de preservação de acervos de ciência e tecnologia, adquire arquivos pessoais de cientistas desde sua criação, em 1985. Tal objetivo visa resgatar documentos desconhecidos ou inacessíveis em posse de pessoas físicas, e transformá-los em fonte para a pesquisa histórica, em especial para a história da ciência.

Com o objetivo de promover o debate e a reflexão, apresentamos as características desses arquivos doados, e as soluções que têm sido pensadas e estão em execução para o tratamento e a preservação desses acervos.

Institucionalização de arquivos pessoais

Os arquivos pessoais sob a guarda do MAST são institucionalizados e encaminhados de diferentes maneiras. São doados por familiares e não familiares, porém legítimos proprietários dos documentos, como também podem ser encaminhados por instituições que mantêm a guarda dos mesmos.

Os arquivos pessoais adquiridos são institucionalizados mediante a assinatura de Termo de Doação ou Termo de Comodato. O Termo de Doação passa a propriedade do arquivo para a União, por intermédio do MAST. O Termo de Comodato passa para o MAST a guarda temporária do arquivo. Em ambos os termos são explicitadas as responsabilidades das partes.

Aos termos é anexada uma listagem, mesmo que provisória, dos documentos adquiridos. Porém, nem sempre é possível elaborar uma listagem detalhada antes da doação. Nestes casos, a listagem relaciona assuntos e quantidades de documentos, em número de documentos, número de caixas ou metros lineares.

Para cada arquivo doado é aberto um processo administrativo, e a doação é publicada em Diário Oficial.

Seleção de documentos

Entende-se por seleção de documentos a escolha/avaliação de quais documentos devem ser preservados para permanecerem no arquivo pessoal. A seleção em arquivos pessoais é controversa, especialmente em arquivos institucionalizados. De um lado há quem defenda que todos os documentos que escaparam da destruição ou do desaparecimento devem ser preservados. Outros defendem a utilização de critérios para a análise do valor e pertinência para a preservação.

Nos casos dos arquivos doados ao MAST, as seguintes situações podem ocorrer com relação à seleção:

- Documentos pré-selecionados pela família: nesta situação, geralmente de arquivos de cientistas já falecidos, doados por filhos, netos ou bisnetos, o tempo dos documentos junto aos familiares proporciona condições para que a própria família avalie e decida qual documento deve ser doado. A equipe do arquivo não tem acesso ao conjunto completo dos documentos, apenas ao que foi doado.
- Documentos não selecionados pela família: nesta situação, familiares de cientistas já falecidos entregam tudo o que encontram ao, alegando não terem tempo ou condições de proceder a uma avaliação e seleção. O Arquivo recebe e se compromete a realizar uma avaliação criteriosa e a devolver algum documento que por ventura não seja incorporado, no momento da organização, na etapa de identificação. Neste caso, no Termo de Doação a quantidade é aproximada.
- Documentos doados por terceiros de lugares diferentes: nestes casos são arquivos de cientistas recém-falecidos, que mantinham documentos em suas residências e em seus locais de trabalho. Uma vez negociada a doação ao MAST, os documentos são recolhidos das residências e dos locais de trabalho, sendo que os profissionais das instituições se responsabilizam pelo encaixotamento e envio ao MAST. Os documentos não foram selecionados e esta função é realizada pela equipe do MAST.
- Arquivos doados pelos próprios cientistas: tem ocorrido com relativa frequência a doação de arquivos pessoais pelos próprios cientistas, com o objetivo de deixar registrada sua contribuição para a ciência de sua área de conhecimento. Nestes casos, o próprio pode ou não realizar a avaliação e seleção de documentos.
- Arquivo comprado: o único caso se refere ao Arquivo de Olympio da Fonseca, comprado em um sebo.

Este trabalho não se propõe a refletir sobre a avaliação em si dos documentos, mas sobre os procedimentos de tratamento e preservação dos mesmos.

Natureza dos documentos

Os arquivos doados podem conter muitas espécies, tipos, gêneros, suportes e dimensões. A natureza dos documentos pode ser diversa e esse não é um critério de recusa. O Arquivo de História da Ciência está inserido em uma instituição museológica, que conta com profissionais com formação em museologia, biblioteconomia, história, dentre outros. Assim, a Política de Aquisição e Descarte de Acervos do Mast priorizou as temáticas e as áreas de conhecimento de acordo com a missão e os objetivos institucionais. O Arquivo não recusa documentos unicamente por tais critérios. O Quadro 1 mostra exemplos de variedades de documentos que um arquivo pode conter:

Quadro 1 – Natureza dos documentos contidos nos arquivos doados ao AHC

Gênero	Textual, iconográfico, cartográfico, sonoro, audiovisual, tridimensional (objeto)
Suporte	Papel, papel apergaminhado, metal, vidro, tecido, couro, madeira, marfim, borracha, mineral, magnético, digital

Esta variedade de documentos, em diferentes materiais, necessita de tratamento diferenciado, o que será apresentado a seguir.

Tratamento dos documentos

Cada arquivo, que podemos chamar de fundo, é organizado individualmente e elaborado um inventário com a totalidade dos documentos, independente do gênero, suporte ou formato.

Os documentos são identificados individualmente com o objetivo de conhecer seu conteúdo e identificar as atividades ou funções desempenhadas pelo cientista, que deu origem ao documento. A biografia de vida do cientista é pesquisada para o conhecimento das atividades, tanto ligadas à vida pessoal, quanto profissional. Este conhecimento é importante para a definição do arranjo, pois os documentos são classificados de acordo com as atividades desempenhadas.

Com relação à descrição dos documentos, os vínculos são preservados. No caso de uma fotografia, um mapa, um livro ou um objeto serem retirados de seu conjunto original para o acondicionamento mais adequado, a relação de contexto é preservada no instrumento de pesquisa. No resumo, é inserida a informação de onde o documento foi retirado mantendo a relação de pertinência ou a relação de referência, conforme os exemplos a seguir:

Exemplos de descrição no Arquivo Mário Amoroso e Rio Nogueira:

MA.T.2.1.016

Anotações técnicas sobre o ciclotron, destacando: fórmulas e tabelas sobre a construção do Sincrociclotron; tabela com diversas unidades de medidas; cópia fotográfica do desenho do funcionamento do “The Kjeller Reactor”. – [Chicago (Estados Unidos)], 13 jan. 1954. 13d., 13f. Possui fotografia MA.F.0005.

MA.F.0005

Jener. Desenho do funcionamento do reator Kjeller, seção vertical. – S.l., [jan. 1954]. 1 foto: p&b; 20,5x25,5 cm. Pertence ao dossiê MA.T.2.1.016.

MA.T.2.2.002

Carta confidencial de W. H. Bradley, chefe geólogo do “Geological Survey” do United States Department of Interior, a Phillip L. Merritt, diretor assistente da Divisão de Matérias Primas da Comissão de Energia Atômica dos Estados Unidos, enviando relatório de G. E. Tolbert intitulado “Preliminary report on the Uraniferous Zirconium deposits of the Poços de Caldas plateau, Brazil”. Incluem erratas do relatório. – Washington (Estados Unidos), 7 jul. 1954. 1d., 67f. Possui mapa MA.M.0001.

MA.M.0001

United States. Department of the Interior. Geological Survey. Mapas da região de Poços de Caldas, Minas Gerais, pertencente ao relatório de G. E. Tolbert intitulado “Preliminary report on the Uraniferous Zirconium deposits of the Poços de Caldas plateau, Brazil”. Possui legenda. – [Washington (Estados Unidos)], de 1951 a 1953. 5 mapas: escalas variadas; p&b. Possui carimbos. Pertence a MA.T.2.2.002. (Os documentos 3 e 4 possuem 2 folhas).

MA.T.3.4.004

Originais e cópias de estudos e artigos sobre câmaras de ionização para nêutrons térmicos, de autoria de Mário Amoroso e outros: original e rascunho de apresentação de Mário Amoroso no grupo de estudo sobre utilização de reatores para pesquisa, em São Paulo no período de 4 a 8 nov. 1963; fotocópia de esquema de uma câmara de ionização, de coautoria de Heitor B. Caulliraux e Carlos W. Urban; apresentação intitulada “Development work on ionization chambers”, de Mário Amoroso. Possui 4 fotografias e 9 gráficos. – Rio de Janeiro, São Paulo, de 4 nov. 1963 a dez. 1966. 6d., 124f. Possui desenho técnico MA.Dt.0001.

MA.Dt.0001

INSTITUTO DE ENGENHARIA NUCLEAR. Divisão de Reatores. Câmara de Ionização dupla sensível a nêutrons térmicos; e câmara de ionização IPR. Possui legendas. – [Rio de Janeiro], 1964. 2 des. téc.: p&b; 100x85,5cm e 56x32cm. Pertence a MA.T.3.4.004.

RN.Tr.0004**40 ANOS DA PETROS, 2010**

Medalha comemorativa. Objeto de formato circular com bordo e rebordo lisos. No rebordo a inscrição: “CASA DA MOEDA DE BRASIL PRATA 900 BAHNO 20100071”.

ANVERSO: No centro do campo a inscrição: “40/ ANOS/ 1970 – 2010”, o símbolo da Fundação Petrobrás de Seguridade Social e a legenda “PETROS”. Encimando a inscrição, legenda em semicírculo: “A SUA TRANQUILIDADE É A NOSSA MARCA”. A orla é contornada por constelação formada por estrelas de cinco pontas.

REVERSO: Em destaque, o símbolo da Fundação Petrobrás de Seguridade Social, encimado pela inscrição em semicírculo: “PETROS – Fundação Petrobrás de Seguridade Social”. A orla é contornada por constelação formada por estrelas de cinco pontas.

Material: Prata banhada a ouro.

Medidas: Diâmetro: 5,0 cm
Espessura: 0,2 cm

Estado de conservação: bom.

Obs: Ver também RN.I.0062.

RN.I.0062

RECONHECIMENTO à trajetória de Rio Nogueira. *Revista Petros*, Rio de Janeiro, ano VII, n. 78, p. 13, ago.2010. Ver também RN.Tr.0006.

Dessa forma, os documentos, independente da natureza, mantêm seus vínculos com o contexto de onde se originaram.

No que se refere à indexação, os termos remetem a todos os tipos e gêneros documentais que fazem parte do arquivo, como pode ser visto nos exemplos a seguir, conforme os seguintes códigos:

T = documento textual;

N = negativo flexível

F = fotografia

I = documento bibliográfico

G = gravura

Exemplo de indexação no Arquivo Mário Amoroso:

Energia nuclear

T.2.1.023 – T.2.2.001 – T.2.2.003 – T.3.1.013 – T.3.2.019 – T.3.2.021 – T.3.2.024
– T.3.2.028 – T.3.3.001 – T.3.3.007 – T.3.3.009 – T.3.3.011 – T.3.3.012 –
T.3.3.013 – T.3.3.015 – T.3.4.017 – T.3.4.020 – T.3.4.025 – T.3.4.030 – T.3.4.033
– T.3.4.040 – T.3.4.044 – T.3.4.045 – T.5.3.071 – T.5.4.002 – T.6.1.013 –
T.6.1.021 – T.6.1.032 – T.7.002 – T.7.003 – T.7.020 – N.0001 – I.0051 – I.0097

Exemplo de indexação no Arquivo Luiz Cruls:

Observatório Astronômico do Rio de Janeiro

T.1.008 – T.2.004 – T.2.005 – T.2.006 – T.2.012 – T.2.023 – T.3.1.001 – T.3.1.002
– T.3.4.005 – T.4.023 – F.0005 – F.0011 – G.0002 – I.0013 – I.0015 – I.0022 –
I.002

1) Documentos tridimensionais / objetos

A área de museologia do MAST adota o termo “objetos de C&T”. Ao ser oferecido um objeto junto aos documentos de um arquivo, a equipe de museologia é acionada para analisar e emitir um parecer sobre a pertinência do objeto na instituição.

O objeto é descrito pela equipe da Museologia, de acordo com as regras e critérios museológicos e esta descrição é incluída no inventário do arquivo. O objeto recebe uma classificação museológica, para controle e guarda na área da Reserva Técnica, mas também recebe um código de classificação no Arquivo, padronizado com os demais documentos do acervo.

Há a preocupação também de se identificar e preservar a relação orgânica do objeto com os demais documentos do arquivo. Esta relação, se houver, está referenciada no inventário, apenas no instrumento de busca, mas fisicamente o objeto pode estar localizado na Reserva Técnica da Museologia, se for um instrumento científico ou de trabalho, ou permanecer no arquivo, no caso de medalhas ou outros objetos.

Com relação aos objetos, Camargo comenta que,

diante das especificidades dos documentos tridimensionais em arquivos, o gênero documental pode ser também definido por sistemas de signos (linguagens) designados por três tipos representados: a palavra escrita, a imagem e o som, sistemas estes que estão ausentes nos objetos tridimensionais quando depositados nos arquivos pessoais. Mesmo sem uma linguagem que o represente enquanto um gênero documentário, os artefatos possuem status documental quando relacionados ao contexto de acumulação (CAMARGO;

GOULART, 2007, p. 62).

As autoras propõem a inclusão do gênero documentação tridimensional (ou realia), mesmo que não haja a linguagem para representá-lo, conforme a ilustração do Quadro 1.

Quadro 1 – Gênero e linguagem documental

GÊNERO	LINGUAGEM BASICA PREDOMINANTE
Documentação textual	Palavra escrita / texto
Documentação sonora (ou fonográfica)	Palavra falada / música / som
Documentação iconográfica	Imagem
Documentação audiovisual	Som + imagem
Documentação tridimensional (ou realia)	Nenhuma (objetos, artefatos)

Fonte: CAMARGO; GOULART, 2007, p. 62

Em estudo anterior, foram analisadas as funções dos objetos nos arquivos pessoais, e uma forma de categorizar os documentos tridimensionais a partir das funções que os mesmos desempenham nos conjuntos documentais (GOMES; SILVA, 2013). Tomando como base o thesaurus⁷⁸ para acervos museológicos, que agrupa os termos por categorias de objetos, dentre tantas categorias, destacam-se:

1. CATEGORIA OBJETO DE TRABALHO – Objetos usados pelo homem nas suas atividades de trabalho.
2. CATEGORIA OBJETO COMEMORATIVO – Objetos cuja função principal é homenagear pessoas e lugares, ou comemorar eventos, e que, geralmente não cumprem função utilitária.
3. CATEGORIA OBJETO PESSOAL – Objetos criados para servir as necessidades pessoais dos indivíduos, tais como, proteção e higiene do corpo, adorno, crença.
4. CATEGORIAS OBJETOS INSÍGNEAS – Objetos usados como sinais, distintivos, individuais ou coletivos, de função, dignidade, posto, comando, poder, nobreza, nação.

De acordo com este estudo, o importante é

destacar que o *thesaurus* de coleções museológicas citado neste trabalho tem por finalidade classificar os objetos pela sua função original, sem levar em

78 A definição de thesaurus é entendida com um conjunto de termos que sofreram controle e de relações que definem os seus conteúdos semânticos, tais, relações de equivalência, genéricas, associativas e participativas (FERREZ, BIANCHINI, 1987, p. 1).

conta o uso⁷⁹. No arquivo, optou-se por elaborar as categorias classificando os objetos baseando-se nas funções que os mesmos desempenham nos arquivos. Independente do critério de classificação adotado para os documentos em outros suportes, os tridimensionais poderão ser abordados de acordo com a função ou a intenção de sua guarda, de acordo com uma proposta de categorias conforme exposto a seguir no Quadro 2 (GOMES; SILVA, 2013, p. 43).

QUADRO 2 - Categoria de objetos em arquivos pessoais de cientistas no MAST

CATEGORIAS ⁸⁰ DOS OBJETOS	DEFINIÇÃO
1. OBJETO DE USO PESSOAL	Objetos de uso pessoal utilizados por cientistas em trabalhos científico e/ou tecnológico, porém que não interferem no trabalho propriamente dito.
2. OBJETO DE TRABALHO CIENTÍFICO	Objetos utilizados no trabalho científico, como instrumentos científicos, ferramentas e utensílios em geral, além de objetos recebidos e coletados pelo cientista em trabalho científico (como espécimes biológica, mineralógica ou botânica).
3. OBJETO COMEMORATIVO	Objetos recebidos pelo cientista em homenagens e comemorações diversas, como reconhecimento por seu trabalho científico, acadêmico ou por relações pessoais.
4. OBJETO PRESENTE	Objetos recebidos por cientistas como presentes, frutos de acúmulo, que tanto pode ser de origem pessoal ou profissional.
5. OBJETO INSÍGNEA	Objetos utilizados como sinais distintivos, individual ou coletivo do cientista, destacando a função, dignidade, posto ou comando no decorrer das atividades profissionais.

Fonte: (GOMES; SILVA, 2013, p. 43)

79 O MAST está desenvolvendo um THESAURUS específico para materiais vinculados às atividades de C&T. O mesmo poderá servir de base para compor outras categorias que poderão surgir ao longo do tempo nos arquivos pessoais de cientistas.

80 Segundo Ferrez e Bianchini, pode-se atribuir o termo à categorização ou à classificação ao se construir um thesaurus.

Documentos bibliográficos

A biblioteca do MAST é especializada em história das ciências, astronomia, educação, divulgação científica, museologia, preservação e patrimônio de ciência e tecnologia. Tem sob guarda um acervo de aproximadamente 27 mil títulos, composto de livros, dissertações, teses, monografias, folhetos, obras de referência, periódicos, CDs e DVDs.

Quando a biblioteca recebeu seu primeiro acervo bibliográfico, em meados da década de 1980, o arquivo de Lélío Gama⁸¹, não havia uma orientação para tratamento técnico diferenciado como existe hoje. Diante desta realidade, as publicações que chegavam junto com os arquivos eram mantidas fisicamente na biblioteca do MAST. O tratamento era a inserção dos documentos bibliográficos dos arquivos pessoais no acervo da biblioteca como obras comuns. Dessa forma, foram registradas, classificadas, catalogadas e disponibilizadas para consulta.

Com o passar do tempo e o amadurecimento da equipe quanto ao tratamento técnico desta coleção, que possuía uma característica diferente das demais obras existentes, por ser considerada uma coleção especial, o tratamento foi modificado. Nos anos 90 todos os itens do arquivo foram separados do acervo e criada a nomenclatura *ALG* (Arquivo Lélío Gama) para nomear tal acervo. Porém, ainda não havia uma denominação de coleção especial, como são tratadas atualmente as bibliotecas particulares recebidas pelo MAST.

O Arquivo de História da Ciência, ao longo dos seus mais de 30 anos de existência, recebeu diversos arquivos que continham acervo bibliográfico e, portanto, a discussão da forma de tratamento e acesso sempre esteve presente. Questões como qual seria o local de guarda de tal acervo, se na biblioteca ou no Arquivo, e mesmo sobre a pertinência na biblioteca de temáticas que não estavam dentro de sua política de aquisição.

Os documentos bibliográficos dos arquivos pessoais são constituídos de:

- livros e artigos de autoria própria;
- publicações técnico-científicas de suas áreas de especialidade;
- periódicos especializados;
- boletins e revistas de entidades de classe e de divulgação;
- relatórios técnicos e de viagem;
- atas de reunião;
- revistas não especializadas com entrevistas e reportagens com os cientistas;
- teses e dissertações do próprio e de alunos.

81 Lélío Itapuambyra Gama nasceu no Rio de Janeiro no dia 29 de agosto de 1892. Em 1951 assumiu o cargo de Diretor do Observatório Nacional, lugar que ocupou até 1967. Nesse interim, no ano de 1952 fica também à frente da direção do Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada (IMPA).

Até meados da década de 1990, o acervo bibliográfico permaneceu no Arquivo juntamente com o restante da documentação recebida. Porém, ao receber acervos arquivísticos com grande quantidade de itens bibliográficos, a discussão sobre o destino de tal acervo foi retomada.

Em um primeiro momento, os acervos bibliográficos foram transferidos do Arquivo para a biblioteca, recebendo o tratamento técnico na biblioteca, muito embora constassem do inventário do acervo arquivístico. Porém, como a biblioteca é de livre acesso, não propiciava as condições ideais para acervos únicos, como é o caso de muitos itens pertencentes a um arquivo pessoal. Acervos considerados especiais exigem um tratamento de conservação, que não é o oferecido em uma biblioteca onde a prioridade era o acervo bibliográfico de fácil reposição.

Tendo em vista tais limitações, não era possível para a biblioteca abrigar esses acervos. Sendo assim, os mesmos retornaram para o AHC e foram retirados da base de dados que gerenciava o acervo da biblioteca. Mas a solução não resolvia o problema, pois o acervo bibliográfico dos arquivos permaneceu, então, oculto na base da biblioteca, e também não estava constando da base de dados do Arquivo.

Com o avanço das discussões, foi entendido que a solução seria manter acervo bibliográfico no arquivo e disponibilizar na base da biblioteca. Porém, a base não permitia disponibilizar uma função de localização do acervo em local fora das instalações da biblioteca. Como o programa de gerenciamento do acervo bibliográfico já não atendia às diversas necessidades da biblioteca e não era possível uma atualização, foi iniciado o estudo para se buscar um novo sistema que atendesse às necessidades do acervo da Biblioteca.

Devido a vários problemas, como a burocracia nos processos de compra e a situação financeira da instituição, tal aquisição só foi possível em 2016. Com o sistema de gerenciamento atual – Sistema Pergamum, foi possível inserir a localização do acervo, visível para o usuário. Dessa maneira, a biblioteca terá como viabilizar a sugestão de manter o acervo no depósito do Arquivo de História da Ciência, para melhor preservá-lo, mantê-lo na base de dados da biblioteca, e disponibilizar sua localização na base.

Para formalizar a solução apresentada é necessária a aprovação da Coordenação de Documentação e Arquivo, área do MAST que é responsável pelos acervos arquivísticos e bibliográficos.

Considerações finais

Como apresentado, a integração entre os diferentes documentos que um arquivo pessoal pode apresentar está sendo mantida pelo Arquivo de História da Ciência do MAST.

Os arquivos pessoais institucionalizados recebem tratamento diferenciado de

acordo com a sua natureza, mas respeitando os vínculos, o contexto de origem, e a relação orgânica entre os documentos. A organicidade está presente nos instrumentos de busca, mas não necessariamente na conservação física. O controle da localização física é realizado em instrumento de pesquisa, ou de busca.

O objetivo desta apresentação foi o de compartilhar as soluções adotadas para o tratamento dos objetos e documentos bibliográficos pertencentes aos arquivos pessoais e promover o debate, sempre com o objetivo de aprimorar o trabalho e promover o acesso da melhor forma possível, e segura.

Referências

AZEVEDO, Fabiano Cataldo; LINO, Lucia Alves da Silva. O inventário da biblioteca Lélío Gama: recuperação da memória e relevância para estudos afins. *Anais da Biblioteca Nacional*, v. 128, p. 219-229, 2008.

BORGES, Renata Silva. Objetos tridimensionais em arquivos científicos: levantamento nos arquivos sob custódia do Departamento de Arquivo e Documentação da Casa de Oswaldo Cruz. In: ENCONTRO DE ARQUIVOS CIENTÍFICOS, 3, 2007, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: MAST, 2008. p. 23-31.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida; GOULART, Silvana. *Tempo e circunstância: a abordagem contextual dos arquivos pessoais: procedimentos metodológicos adotados na organização dos documentos de Fernando Henrique Cardoso*. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso (iFHC), 2007. 316 p. Edição bilíngue: português e inglês.

FERREZ, Helena Dodd; BIANCHINI Maria Helena S. *Thesaurus para acervos museológicos*. Rio de Janeiro: Fundação Nacional Pró-Memória, 1987. v. 2, 86 p. (Série técnica, 1)

GOMES, Michele de Almeida; SILVA, Maria Celina Soares de Mello e. Objetos tridimensionais em arquivos pessoais de cientistas. *Arquivo e Administração*, v. 10, n. 1, p. 31-48, jan./jun. 2001.

LOURENÇO, Marta C. C. *Museus de ciência e técnica: que objetos?* Dissertação (Mestrado) - Universidade de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. 2000. p.43.

MUSEU DE ASTRONOMIA E CIÊNCIAS AFINS. *Política de aquisição e descarte de acervos*. Rio de Janeiro: MAST, 2011. 20 p. Disponível em: <http://www.mast.br/pdf/politica_de_aquisicao_e_descarte.pdf>. Acesso em: 02 set. 2016.

Tema 3

O colecionismo e as Instituições Públicas

A institucionalização da Brasileira de Maria Cecília e Paulo Geyer

Maurício Vicente Ferreira Júnior

Museu Imperial de Petrópolis

Nosso objetivo com a presente comunicação é o de tecer algumas considerações sobre o fenômeno que poderíamos chamar de antecipação do processo de institucionalização de uma coleção. Em nossa avaliação, a institucionalização da coleção Maria Cecília e Paulo Geyer ocorreu quando esta ainda permanecia no âmbito privado. Ou seja, o processo teve início muito antes de a coleção tornar-se pública por meio da doação feita ao Museu Imperial.

Em 1969, Maria Cecília e Paulo Geyer adquiriram a coleção de arte Brasileira do empresário Alberto Lee, constituindo o núcleo inicial da coleção que formariam ao longo de mais de quarenta anos, por meio de aquisições realizadas em leilões e antiquários na Europa e nos Estados Unidos movidos por rara disposição e bom gosto.

Em 1999, o casal causou um verdadeiro alvoroço nos meios artísticos, do colecionismo, do patrimônio e dos museus, ao doar a sua coleção ao Museu Imperial. O generoso gesto de desprendimento do casal abriu caminho para a consolidação do processo de institucionalização do conjunto mais representativo da iconografia dos Oitocentos ainda em poder de colecionadores.

Em verdade, a relação do casal Geyer com o Museu Imperial teve início duas décadas antes, quando do empréstimo de um retrato da imperatriz d. Amélia, óleo sobre tela atribuído a Arnaud Julien Pallière, para figurar na exposição temporária “Amor e Fidelidade”, comemorativa do casamento do imperador d. Pedro I com a filha do enteado de Napoleão Bonaparte, Eugênio de Beauharnais. E, poucos anos antes de doar a coleção na sua totalidade, o casal fez a entrega de dois leques comemorativos à instituição.

Mas ao término da década de 1990, a coleção de 4.255 itens seria doada ao Museu Imperial juntamente com a casa que a abriga. A residência da família, construída aos pés do Corcovado e banhada pelo Rio Carioca é, por si, uma verdadeira paisagem carioca, tema tão recorrente entre os itens iconográficos e bibliográficos que formam o expressivo conjunto.

Imagens dos Oitocentos é tema recorrente na coleção, uma verdadeira Brasileira que, partindo do particular, o Rio de Janeiro, alcança o geral, o Brasil. Primeiro, descortinando os aspectos naturais e antrópicos da capital do Brasil

Reino e do Brasil Imperial, e por essa mesma razão, projetando uma imagética do país para o exterior uma vez que a iconografia dos viajantes, dos artistas cronistas e demais artífices da imagem que produziram registros visuais desse período no Rio de Janeiro fizeram-no em favor da comunicação do Brasil com o mundo.

Seja a busca do sublime, ou a apresentação do pitoresco ou ainda o registro da paisagem construída, o catálogo traz 1.120 obras de artistas consagrados pela historiografia, como os germânicos príncipe Adalberto da Prússia, Edward Kretschmar, Johann Moritz Rugendas, Emil Bauch, Edward Hildebrandt; os franceses François Auguste Biard, Félix Émile Taunay, Joseph Alfred Martinet, Henry Nicolas Vinet, Jacques-Etienne Victor Arago, Eugène Cicéri, Dominique Serres; os ingleses Richard Bate, Henry Chamberlain, Nicolas Pocock, Emeric Essex Vidal e William Gore Ouseley; o austríaco Thomas Ender; o suíço Abraham Louis Buvelot; o chinês Sunqua; o belga Benjamin Mary; o holandês Pieter Godfred Bertichem; o italiano Nicola Antonio Facchinetti; o português Joaquim Cândido Guillobel, dentre muitos outros. Há de se registrar os brasileiros, como Victor Meirelles de Lima, Augusto Rodrigues Duarte, Manuel de Araújo Porto Alegre, Renato de Lima e Antonio de Paula Freitas.

Mas, sobretudo, a coleção registra um total de 2.590 livros. E o caráter de excepcionalidade reside tanto na abrangência do gênero literatura de viagem, com a ocorrência de praticamente todos os autores consagrados pela historiografia, até mesmo autores anônimos e outros menos conhecidos dos especialistas, quanto na raridade representada por dezenas de títulos, como a edição de 1592 da obra *Americae Tertia pars Memorabile Provinciae Brasiliae*, de Hans Staden, ou a edição de 1594 da obra *Historia navigationis in Brasiliam quae et America...*, de Jean de Léry. Dignas de registro são também as edições de 1647 e 1660 da obra *Rerum per Octennium in Brasilia et Alibi Nuper Gestarum...*, de Gaspar Barlaeus, ricamente ilustradas com gravuras de Georg Markgraft e desenhos de Frans Post. Igualmente merecedoras de nota são as dez edições relativas à René Duguay-Trouin, com óbvio destaque para obras de relatam a invasão do Rio de Janeiro, datadas de 1712 até 1922 (*A Relation of what passed during the expedition to Rio de Janeiro*. Hill: 1712; *Memoires de Monsieur Duguay-Trouin...*, Amsterdam: 1730; *Memoires de Monsieur Duguay-Trouin...*, 1740; *Idem*, 1740; *Ibidem*, Amsterdam: 1773; *Ibidem*, Rouen: 1779; *Ibidem*, Rouen: 1788; *Vie de Monsieur Du Guay-Trouin...*, Paris: 1884; *Idem*, Paris: 1922; *Recueil des Combats de Duguay-Trouin...*, Paris: s/d).

A institucionalização da coleção

Se assumirmos que o processo de institucionalização de uma coleção ocorre quando os proprietários e/ou custodiantes adotam procedimentos formais de gestão e implementam estratégias de acessibilidade, somos levados a afirmar que o processo de institucionalização da Coleção Geyer teve início décadas antes de ser doada ao Museu Imperial.

Paulo Geyer adotou um *Ex-Libris* não apenas para determinar o registro simbólico da posse de cada um dos itens que compõem o conjunto, mas também para criar uma identidade, uma referência para a dimensão de pertencimento para os mesmos itens.

Ao mesmo tempo, o colecionador criou um banco de dados para o registro e a gestão dos itens, o chamado PFG – sigla que identifica o proprietário, Paulo Fontainha Geyer. Mesmo não tendo sido elaborado por profissionais especializados em documentação, o banco de dados oferecia, em sua origem, condições razoáveis de administração e gestão do acervo histórico e artístico. Da mesma forma, observamos uma preocupação com a documentação relativa à própria formação e administração da coleção, com o arquivamento das notas de compra, dos catálogos dos leilões onde as obras foram oferecidas e arrematadas, com as contratações das intervenções de restauro e demais itens documentais.

Uma vez que o acesso à coleção era restrito, posto que os itens estavam abrigados na residência da família, a publicização dos mesmos ocorreu por meio da sua participação em exposições e divulgação em publicações, muitas vezes produzidas pelo próprio colecionador. *Bibliografia do Rio de Janeiro de viajantes e autores estrangeiros: 1531-1900* (Rio de Janeiro: Livraria São José, 1964) recupera títulos e autores presentes na coleção. Já *Usos e costumes do Rio de Janeiro nas figurinhas de Ghillobel* (Rio de Janeiro: RioArte, 1983) tornou conhecidas do público as imagens produzidas por Joaquim Cândido Ghillobel. Ambas as obras foram organizadas por Paulo Berger, colaborador de Paulo Geyer durante décadas. *Lembranças do Brasil: Ludwig and Briggs* (Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1970), organizada pela Biblioteca Nacional, deu destaque para o artista inglês, autor de vistas excepcionais do Rio de Janeiro. A exposição *Rio de Janeiro – Visões do passado – Coleção Paulo Geyer* (Rio de Janeiro: Galeria IBEU, 1972), com catálogo organizado pela pesquisadora Lygia da Fonseca Fernandes da Cunha, representou a primeira apresentação pública da coleção, seguida da obra *O barão Von Löwenstern no Brasil: 1827-1829* (Rio de Janeiro, 1972). *Os diários do almirante Graham Eden Hamond: 1825-1838* (Rio de Janeiro: JB, 1984) constitui uma incursão de Paulo Geyer pelo mundo da tradução. E *Aquarelas de William Smyth: 1832-1834* (Rio de Janeiro, 1987) e *Pinturas e pintores do Rio Antigo* (Rio de Janeiro, 1990) foram obras publicadas pelo próprio colecionador.

Com a doação da Coleção Geyer ao Museu Imperial, teve início uma nova fase do processo de institucionalização da coleção. O período consistiu em um verdadeiro aprendizado para a equipe do Museu uma vez que o casal continuou residindo na casa em função do instrumento de usufruto que caracterizou a doação. Assim, foi necessário conciliar as atividades técnicas com a dinâmica doméstica do ambiente familiar.

O termo de doação estabeleceu a necessidade da realização de um inventário para a exata identificação e quantificação dos bens. A equipe técnica

do Museu Imperial, auxiliada por profissionais contratados para esse fim, estabeleceu uma série de procedimentos para viabilizar a tarefa de inventariar os itens da coleção. Cabe ressaltar que o banco de dados criado pelo colecionador, o já referido PFG, serviu de referência para o início dos trabalhos. De igual sorte, as notas de compra e os catálogos dos leilões constituíram importante documentação de apoio. Com o término do inventário, em 2003, a equipe localizou e identificou 4.255 que receberam números sequenciais de registro, com o prefixo CG (Coleção Geyer).

Como parte dos procedimentos técnicos previstos, a quase totalidade dos itens foi documentada fotograficamente e as necessidades de tratamento por meio de intervenção de conservação e restauro foram identificadas mediante a especificação de prioridades. Paralelamente, medidas de conservação preventiva foram adotadas, tratamentos tópicos de conservação foram implementados e, quando exigidas, intervenções de restauro foram realizadas.

Nesse ínterim, o acesso à coleção passou a ser franqueado a pesquisadores, mediante a disponibilidade expressa pelos moradores da residência, ao mesmo tempo em que uma expressiva exposição foi apresentada no Centro Cultural Banco do Brasil, a exposição *Visões do Rio na Coleção Geyer* (Catálogo da exposição no CCB, 2000). Cerca de 250 obras especialmente selecionadas com a curadoria de técnicos do Museu Imperial registraram a primeira apresentação pública da coleção no período posterior ao ato da doação. Dois anos depois, o próprio doador patrocinou a publicação da obra *Tipos e cenas no Brasil Imperial: a Litografia Briggs na Coleção Geyer* (Petrópolis: Museu Imperial, 2002), contribuindo para a publicização da coleção em escala ainda mais significativa.

Com o falecimento dos doadores e o consequente término do regime de usufruto, o Museu Imperial tomou posse da casa e da coleção de forma definitiva. O trabalho agora consiste na finalização dos projetos de museografia e de obras para que a estrutura necessária para a montagem e o funcionamento do Museu Casa Geyer seja instalada na edificação.

Os trabalhos de monitoramento e tratamento do acervo móvel e imóvel foram intensificados e a acessibilidade à coleção ganhou nova dimensão com o atendimento regular a pesquisadores, com o estabelecimento de parcerias com Universidades e centros de pesquisa, bem como a disponibilização de itens da coleção no portal da instituição, como uma importante seção do Projeto de Digitalização do Acervo do Museu Imperial – Projeto DAMI -, patrocinado por empresas por meio da Lei de Incentivo à Cultura.

E a publicização da coleção recebeu especial atenção com o reconhecimento formal da sua importância no âmbito do patrimônio nacional, quando a Coleção Geyer foi tombada durante a 77ª Reunião do Conselho Consultivo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em dezembro de 2014, e a candidatura “Iconografia do Rio de Janeiro na Coleção Geyer” foi inscrita

no Registro Nacional do Brasil do Programa Memória do Mundo da UNESCO, em 2015.

Assim, o Museu Imperial busca concretizar o processo de institucionalização da Coleção Geyer, rendendo esforços para a abertura do Museu Casa Geyer à visitação pública, com a conclusão do projeto de musealização do complexo.



Figura 1 - Ludwig & Briggs (lith.). “Cattle Drivers (Tropeiros)”. IN: Ludwig & Briggs. *Brasilian Souvenir: A selection of the most peculiar costumes of the Brazils*. Rio de Janeiro, s.d.



Figura 2
Joaquim Cândido Guillobel. “Vendedor”. Aquarela.
Álbum (sem título) contendo 48 figuras “Copiadas do Natural”, c. 1814.

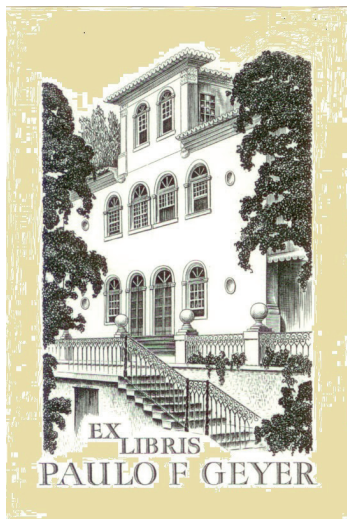


Figura 3
Ex-Libris de Paulo Fontinha Geyer



Figura 4
Ludwig & Briggs.
Brasilian Souvenir: A selection of the
most peculiar costumes of the Brazils.
Rio de Janeiro, s/d.



Figura 5
Caspar Barlaeus. Rervm per octennivm
in Brasilia et alibi nuper gestarum.
Amsterdam: 1647

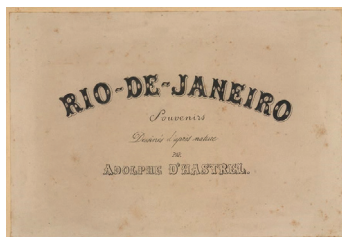


Figura 6
Adolphe D'Hastrel. Rio de Janeiro:
Souvenirs dessinés d'après nature. Rio
de Janeiro: c. 1840



Figura 7
Pieter Godfred Bertichem. Rio de Janeiro e seus Arrabaldes. Rio de Janeiro: E. Rensburg, 1857.



Figura 8 - Pieter Godfred Bertichem. "Gazometro". Litografia, c. 1840-1860



Figura 9 – Adolphe D`Hastrel. Entré de Rio de Janeiro. Desenho, c. 1840



Figura 10 - Ludwig & Briggs (lith.). "National Guards (Guardas Nacionaes.)". IN: Ludwig & Briggs. Brazilian Souvenir: A selection of the most peculiar costumes of the Brazils. Rio de Janeiro, s.d.



Figura 11- Certificado do Registro no Programa Nacional do Brasil do Programa Memória do Mundo da UNESCO para a documentação “Iconografia do Rio de Janeiro na Coleção Geyer (Séculos XVI a XIX) – Coleção Geyer/ Museu Imperial/ Ibram / MinC.

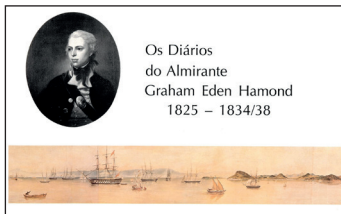


Figura 12 - Paulo F. Geyer. Os diários do almirante Graham Eden Hamond. Rio de Janeiro: Editora J.B., 1984.

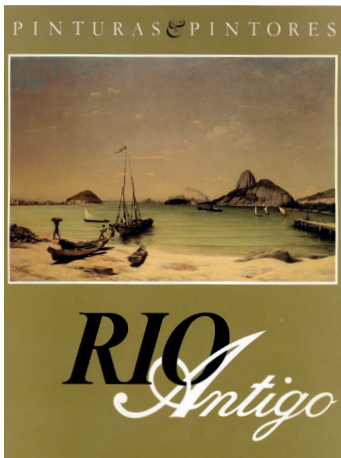


Figura 13 - Pinturas e pintores do Rio Antigo. Rio de Janeiro: Paulo F. Geyer, 1990.

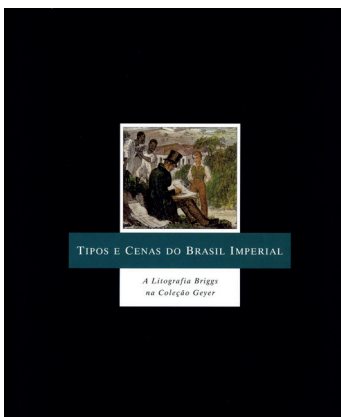


Figura 14 - Tipos e cenas no Brasil Imperial: A Litografia Briggs na Coleção Geyer. Petrópolis: Museu Imperial, 2002.

De meu acervo para o público: Francisco Ramos Paz e seus livros

Tania Bessone

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

O mundo dos bibliófilos é de grande interesse. O amor aos livros aproxima as pessoas e forma sólidas amizades, o que não impede, no entanto, rivalidades também sólidas, mas amistosas quando dois bibliófilos se deparam com obras de interesse comum. O mundo da bibliofilia, no entanto, é uma fauna em que geralmente existe respeito mútuo, e os conflitos se resolvem de forma civilizada e cortês.

José Mindlin

A epígrafe acima destaca um aspecto um tanto idílico do mundo da bibliofilia e dos bibliófilos, quando no Brasil esse campo de interesses e práticas já tinha alguma sistemática e definição. É de autoria de José Mindlin, empresário, bibliófilo, membro da ABL, generoso doador de uma biblioteca particular para o público em tempos recentes, instalada na USP, em novo conjunto arquitetônico a Biblioteca de José e Guita Mindlin é acessível também por meio digital (<https://www.bbm.usp.br>). No entanto, não é essa uma constante para os padrões brasileiros., as doações e transformações dos acervos privados para o acesso público sofreram meandros e dependeram de muitas e complexas negociações. O processo histórico brasileiro não conheceu ações sistemáticas que promovessem e incentivassem esse tipo de procedimento. As bibliotecas e acervos particulares tendiam a se desmembrar em leilões, se dispersarem e não encontrarem um caminho livre e seguro para se tornarem públicas.

Recontar a trajetória de dois pioneiros durante o século XIX e início do XX é o foco desse texto. Duas biografias que ajudam a compreender como diferenças de origem e formação podem se encontrar na realização de atividades intelectuais e produção de bens culturais duradouros como nos dois exemplos que aqui serão focalizados. Também se procura demonstrar como a ação de indivíduos pode superar questões institucionais e contextos desfavoráveis se houver laços de sociabilidade, generosidade e preocupação com o bem público.

No Rio de Janeiro do século XIX, a bibliofilia ainda era uma prática em construção e havia ainda poucos conhecimentos técnicos e teóricos, ficando mais restrita a iniciativas pessoais que vez por outra fracassavam. Os esforços em torno de princípios e práticas “de mim para você” ainda necessitavam de

homens e instituições dispostos a novas formas de tratar livros e impressos. Os compradores regulares de livros e formadores de bibliotecas particulares nesse período eram indivíduos com perfis bem próximos. Frequentavam escolas superiores e faziam renovações constantes em seus acervos, mas a concepção de mecenato ou abertura de acervos para o público ainda eram preocupações incipientes (RODRIGUES, 1977, p. 9-385).

Um segmento desse círculo de leitores que cultivava o colecionismo, buscando nos livros raridades, primeiras edições, obras de luxo com qualidades tipográficas ou editoriais, era formado por médicos, advogados, homens de letras, jornalistas, intelectuais, que se inseriam nesse tipo de ação, e que se enquadravam entre aqueles que realizavam mediações culturais. Buscavam também encadernações sofisticadas e, à medida que se embrenhavam no universo dos livros, tornavam-se mais exigentes com suas escolhas bibliográficas.

Nesse universo, ainda pouco afeito aos conceitos de colecionismo e bibliofilia, raros personagens que não tivessem origem social semelhante ao padrão do grupo. Aqui, não podemos esquecer a cidade da qual estamos tratando, ela também em processo de mudança. Novos empreendimentos levaram à cidade do Rio de Janeiro, Município Neutro da Corte, a instalação de um maior número de bibliotecas públicas e aos cuidados especiais com aquela que era a “joia da coroa”, a Biblioteca Nacional. A semelhança do que ocorria nas nações mais ricas e consideradas civilizadas, deveriam ter preservadas as características que mantivessem sua importância no panteão das instituições de valor do conceito de Nação que se desejava. Em suas ações culturais Ramos Paz e Ramiz Galvão permitiram, por trajetórias diferenciadas e objetivos similares, a ampliação do acervo da BN e enriqueceram nosso patrimônio bibliográfico de maneira significativa.

Foram personagens centrais desse enredo que compreende o desejo de colecionismo, a bibliofilia, a amizade de estudiosos e a ideia de preservação de acervos, além de anunciar o embrião do mecenato privado para o bem público no Brasil. O nosso foco será, portanto, suas trajetórias biográficas, tão diversas e que se entrelaçaram: Francisco Ramos Paz, imigrante português, consolidou uma biblioteca particular importante, foi intermediário de compras de raridades e originais na Europa, e Ramiz Galvão, cumpriu com sua longa trajetória de vida (1846-1938) e sua inserção política, cultural, intelectual, um importante papel de mediador cultural.

Nasceu em Rio Pardo, Rio Grande do Sul e faleceu no Rio de Janeiro em 1938. Mudou-se para a Corte em 1852, foi aluno do externato mantido pela Sociedade de Amantes da Instrução e em 1855 entrou como aluno do Colégio Pedro II (CALDEIRA, 2017, p. 375-378). Formou-se na Faculdade de Medicina em 1868, historiador, professor do Colégio Pedro II, bibliotecário da Biblioteca Nacional, estudioso do livro, destacou-se tanto nessa função que a historiadora Ana Paula Sampaio Caldeira o denominou *O Bibliotecário Perfeito* (CALDEIRA, 2017).

Participou, ao longo de sua vida, diversos públicos e suas relações sócio-profissionais o colocaram no centro das mais diversas iniciativas culturais. Foi membro de IHGB, ABL, RGPL e tantos outros, no período imperial e depois do fim do Império, durante a República. Era um indivíduo importante dentro das estruturas de poder e da burocracia da Corte, com perfil clássico daqueles que eram originários de famílias consolidadas e que circulavam com segurança em sociedade. Ramiz Galvão era um bom exemplo da tradição que existia entre os brasileiros com formação de nível superior que se desviaram para atividades que não necessariamente se relacionassem com sua formação profissional específica. Destacando-se entre diversas trajetórias individuais, a biografia de Benjamim Franklin Ramiz Galvão (1846-1938) deve ser acrescida de outras informações para melhor compreensão de seu desempenho. Preceptor dos filhos da Princesa Imperial D. Isabel (1882-1889), foi cirurgião militar, médico da Saúde do Porto do Rio de Janeiro, Inspetor Geral de Instrução Pública. Foi tornado Barão de Ramiz pelo Imperador devido às estreitas relações que mantinha com a família Imperial.

Em 1870, foi nomeado Bibliotecário da Biblioteca Nacional da Corte, cargo que exerceu até 1882. Posteriormente, foi Bibliotecário-mor-honorário do Gabinete Português de Leitura. Aproximou-se de Francisco Ramos Paz e das pessoas mais envolvidas com livros e bibliotecas, demonstrando sempre muita dedicação à sua atividade e concentrando em torno de si leitores, bibliófilos e beneméritos. Era sócio fundador do Instituto dos Bacharéis em Letras, sócio do Instituto Histórico e Geográfico Nacional, dignatário da Ordem da Rosa, cavaleiro da Ordem Austríaca de Francisco José e oficial da Instrução Pública na França (BLAKE, 1883-19012: 395).

Em relatório de 1876, elaborado para prestar contas ao Imperador d. Pedro II, sobre o funcionamento da Biblioteca Nacional, da qual era o responsável, Ramiz Galvão, refere-se ao nome de Paz entre os que graciosamente haviam oferecido obras para o enriquecimento do depósito literário da Biblioteca, assim como os nomes de Ferdinand Denis, Franklin de Menezes Dória, José Carlos Rodrigues, Zacarias de Góes e Vasconcelos, Francisco de Menezes Dias da Cruz, José Martiniano de Alencar entre outros, elogiados pelo bibliotecário em contraposição àqueles que, apesar de terem obrigação de fornecer obras para o depósito legal, dizia, eclipsavam-se, acobertados pelo que chamou de fraco controle legal e desobediência às leis em vigor (GALVÃO, 1876, p. 3-4). Ramiz, um médico que se dedicou mais aos livros do que à prática da medicina, foi um ativo defensor da preservação de acervos, fazendo uma espécie de ponte entre a biblioteca individual de Paz e a Biblioteca Nacional, que tinha administrado e que desejava, havia muito, ver ampliada, tornando-se depositária das mais variadas coleções. A concretização desses fatos representava uma vitória para o longo e contínuo esforço de um homem tão aplicado.

O historiador Capistrano de Abreu foi um importante aliado de Ramiz Galvão tarefa de preservação da biblioteca de Francisco Ramos Paz, o outro

bibliógrafo que analisamos nesse texto. Ambos foram citados nominalmente no testamento de Paz como pessoas nas quais depositava toda confiança para que seus desejos pós-morte fossem respeitados.

O período em que Ramiz Galvão dirigiu a Biblioteca Nacional (1870-1882) foi muito positivo para a instituição, tendo organizado importantes e celebradas exposições, com destaque para a Exposição Camoneana (1880) e a de História do Brasil, em 1881. Publicou catálogos referentes a esses eventos, sendo o de 1881 um marco para os conhecimentos acumulados quanto à Brasileira. Dirigiu a publicação dos Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e do Catálogo da Exposição Nacional de 1875, entre outras. Redigiu vários relatórios sobre o desempenho dessa instituição nos quais sempre se bateu por melhores condições de funcionamento.

Levou a efeito importante reformulação dentro da biblioteca e tornou possível, até pelo exemplo pessoal, a saída da instituição de sua “torre de marfim”, como ele próprio dizia. Conseguiu tornar realidade as modernizações que conheceu quando viajou para a Europa, incumbido pelo Imperador Pedro II de estudar a organização da Biblioteca Nacional de Paris e do *British Museum*, em Londres (RODRIGUES, 1977, p. 66-73).

Mesmo tendo estado profundamente ligado ao Imperador, após a proclamação da República obteve cargos, como presidente da Comissão para Comemoração do Quarto Centenário do Descobrimento do Brasil (1900) e presidente do Conselho Superior do Ensino (1919-1925). Foi orador perpétuo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e membro da Academia Brasileira de Letras (1928). Era profundo conhecedor da língua portuguesa, bem como de latim e grego, e deixou copiosa bibliografia, composta de discursos, temas históricos e filológicos e traduções de obras literárias (SANTOS FILHO, 1991, p. 126).

No entanto, nesse momento, o volume de imigrantes, sobretudo de origem portuguesa que aportavam no Rio de Janeiro, traria uma reviravolta a médio e longo prazo e impactava a organização social e a economia. Buscavam vida nova, era um grupo multifacetado, muitos analfabetos, outros dominando as primeiras letras, mas na sua maioria buscando novas possibilidades para suas vidas e destinos, sofrendo e suportando muitas privações iniciais para mudar seu padrão de vida. Alguns deles não tiveram êxito, sofriam enormes preconceitos, perseguições discretas ou explícitas como nos casos das movimentações de ruas e gritos de “mata galego”. Outros superaram as dificuldades iniciais e chegaram a ocupar situação social de destaque, alguns se tornando comendadores e ricos homens de negócios.

O caso de Francisco Ramos Paz foge ao perfil daquele de Ramiz Galvão. Como imigrante português, ainda adolescente, sem grandes perspectivas, só mais tarde teve ascensão social importante. Não foi uma história sem meandros, mas sua conclusão permitiu a existência de um grande legado e a consolidação de um acervo bibliográfico. Durante sua vida, redesenhou sua

biografia, superando a chegada solitária ao Rio de Janeiro, ainda adolescente. Seus contatos como bibliófilo e colecionador, a generosidade para consultas daqueles que se interessavam por ouvi-lo, ou até mesmo fazê-lo de intermediário nas compras de novas obras quando de suas viagens à Europa, os empréstimos de raridades bibliográficas que o tornaram uma referência, foram seus grandes aliados. Amigo de Ramiz Galvão, colaborador da Exposição e do Catálogo da Brasileira de 1881, teve no historiador e, também funcionário da BN, Capistrano de Abreu, um apoiador e admirador importante, como fica claro na leitura da correspondência que trocaram (RODRIGUES, 1997).

Ramos Paz, desde os primórdios de seu colecionismo foi um generoso doador, mas de forma aparentemente aleatória, por demandas várias, sem sistemática, sem metodologia. No entanto, a ideia de doar seu acervo foi um registro constante na larga correspondência entre ele e Capistrano. Posteriormente, por ocasião da morte de Paz, Capistrano tornou-se o responsável pela elaboração do catálogo e seu respectivo *Suplemento* (Biblioteca Nacional 1920), no qual se registrava não mais um leilão, mas a doação de todo o conjunto à Biblioteca Nacional. As correspondências do historiador permitem esquadriñar todas as tratativas que permitiram essa doação tão almejada. (RODRIGUES, 1977 e Biblioteca Nacional *Catálogo* 1920). Era um homem que fugia aos cânones que caracterizavam os integrantes do círculo de leitores do período e ao mesmo tempo personagem que viria a atender às exigências daqueles indivíduos ávidos por novidades no que diz respeito ao mercado editorial. Agindo como um mediador cultural, teve papel fundamental no enriquecimento de vários acervos e no entrelaçar dos gostos por livros raros e de alto padrão de qualidade. Sua trajetória de vida esclareceu, por vezes, alguns aspectos nebulosos ligados ao comércio e aos fornecedores de livros raros. O círculo de leitores do Rio de Janeiro, esta *cidade das letras*, com tantas dificuldades e possibilidades, semelhante a muitas outras latino-americanas, aumentava cada vez mais seus padrões de exigência, tornando os bibliófilos cada vez mais importantes.

Francisco Ramos Paz teve uma trajetória única nesse círculo de leitores. Nasceu em Portugal, em Afife, Viana do Castelo, a 26 de janeiro de 1838. Seus pais eram João Ramos Paz e Tereza de Azevedo, que lhe abonaram o passaporte quando de sua vinda para o Brasil. Sempre comentou a partida da cidade do Porto, no brigue “Mentor”, no ano de 1850, e dizia não ter feito por penúria de emigrante. A insistência dessa informação, que aparece de forma recorrente nos textos biográficos que Capistrano preparou, fornece alguns dados a respeito de sua personalidade e de suas ambições pessoais, nas diversas tentativas realizadas para retirar de si mesmo o estigma de imigrante (Biblioteca Nacional *Suplemento* 1920).

De qualquer forma, aqui chegou e no ano seguinte apresentou-se à polícia, na cidade do Rio de Janeiro, declarando ser caixeiro e morar na rua de São Pedro n. 26, na loja onde funcionava uma drogaria. Era, *malgré lui*, um

imigrante, e como tal passou por numerosas vicissitudes típicas: mudanças de empregos - sempre com todas as limitações sociais dos caixeiros, protegendo-se das armadilhas da saúde ao associar-se em 1850 a uma das ordens terceiras (segundo Capistrano, as instituições de previdência da época) - e dificuldades para se ocupar em aprendizados intelectuais, inclusive porque as bibliotecas públicas tinham poucos horários compatíveis para pessoas com seus encargos.

Em 1855 vinculou-se a uma casa de comissões, em Petrópolis, e passou a colaborar na imprensa local, além de participar da tradução da obra *Brasil Pitoresco* de Charles Ribeyrolles. Teve uma ascensão significativa e pôde, a partir de então, definir de maneira promissora sua inserção no meio social. Posteriormente, já de volta ao Rio, conseguiu cargos mais importantes, elaborando relatórios de diretoria, estatutos de companhias, exames de escrita. Nesse processo de ascensão social e amadurecimento profissional parecem ter colaborado sua pertinácia e seu autodidatismo.

Paz criou os mais sólidos laços de amizade com pessoas que apreciavam livros. Passou cerca de cinquenta anos de sua vida armazenando-os; era natural que apreciasse falar deles com os outros. Aliás, conversar parece ter sido uma das suas grandes habilidades, contando viagens e tentativas de obter raridades, o que levava seus amigos a cobrarem dele que escrevesse um livro, assunto do qual se esquivava, segundo alguns registros. Apesar de ter escrito artigos e opúsculos, alguns sob pseudônimo, declarava que não se interessava pela atividade.

Em 1863, sua biblioteca já era bem significativa, a ponto de sua correspondência particular revelar uma proposta de compra para que esta se integrasse a uma associação⁸². Outras cartas eram bastante eloquentes quanto à real e incansável atividade do bibliófilo em relação a seus amigos ou outras pessoas por eles recomendadas, que o procuravam tentando resolver dificuldades encontradas na localização de livros⁸³. Mas a interferência não se limitava a este tipo de problema. Era convocado para arranjar empregos, colocações, intermediar nomeações, administrar bibliotecas, como também participar de audições musicais no Cassino Fluminense. Há dentro da coleção manuscrita da Biblioteca Nacional, convite de Machado de Assis para eventos⁸⁴. O círculo de leitores e a sociabilidade nele alimentada aumentavam a cadeia de favores entre os pares.

82 Biblioteca Nacional - Manuscritos. Col. Francisco Ramos Paz. *Carta de Francisco Gomes do Amorim a Francisco Ramos Paz*. Lisboa, 12 mar. 1863.

83 Biblioteca Nacional - Manuscritos. Col. Francisco Ramos Paz. *Carta de João Araújo de Moraes para ...* Lisboa, 10 dez 1910. Ver também *Carta de Henrique Campos Ferreira Lima para ...* Lisboa, 9 jan. 1915.

84 Biblioteca Nacional - Manuscritos. Col. Francisco Ramos Paz. *Carta de Carlos Magalhães de Azeredo a ...* Paris, 29 jun 1897 e *Carta de Joaquim José Cerqueira a ...* Rio de Janeiro, 23 mar 1890. *Bilhete de Joaquim Maria Machado de Assis a ...* 1 out. 1883.

A sua atuação no contexto da circulação de livros participando, com larga frequência na organização de exposições, nas compras em leilões, nas trocas e aquisições internacionais, foi o que permitiu a constituição do acervo, mas também do estreitamento das redes de sociabilidade que o tornaram importante nesse contexto. Seu desempenho, como responsável pela circulação e aquisição de importantes obras, e o grande interesse por homens e livros, reforçaram o papel de elemento aglutinador dentro do círculo de leitores cariocas na passagem do século. Atividade incessante que ficou registrada, sobretudo por amigos, pessoas que reconheceram nele um aliado valioso para incrementar os acervos de bibliotecas particulares e públicas, beneficiado na preservação de livros por amigos e mecenas que, de alguma forma, tornaram-se importantes na sua bibliofilia. Portanto, ele representa uma espécie de metáfora da transformação das características da vida cultural da cidade, malgrado algumas dificuldades, sendo ainda, um contraponto a outras biografias.

A amizade entre Ramos Paz e Capistrano de Abreu se destacou em solidez. Conheceram-se por volta de 1880 e, aproximados por gostos semelhantes, logo ficaram amigos.

Obter uma biblioteca invejável e que depois seria incorporada ao acervo de uma instituição que tanto admirava - a Biblioteca Nacional - foi um longo e incerto percurso. A fabulosa biblioteca pessoal que conseguiu organizar quase teve um melancólico fim. Não fosse a interferência de seus amigos - direta ou indiretamente ligados ao círculo que de alguma forma deviam-lhe o enriquecimento de seus próprios acervos e reconheciam-lhe o trabalho para a incorporação de obras especialíssimas às bibliotecas públicas - teria acabado como muitas outras, que sequer mereceram catálogo, apesar de ricas em número de livros e, quem sabe, em qualidade.

Em 31 de janeiro de 1919 morreu Francisco Ramos Paz, atingido pela gripe espanhola. A data tem importância para ajudar a definir um dos erros na impressão do *Suplemento*. No título, logo abaixo do nome do bibliófilo, que encima texto de Capistrano de Abreu, entre parênteses, está a seguinte inscrição: 1838-1919. Esses devem ser os anos corretos do nascimento e da morte do biografado, pelo cuidado com que Capistrano enfatizou o fato de ele ter vivido 81 anos. Mas, no texto em seguida, há uma referência de que Paz nasceu em Afife, em 26 de janeiro de 1830. As dificuldades seriam grandes para dirimir a dúvida, porque os dados pessoais de Ramos Paz são encobertos por uma relativa cortina de fumaça. Além disso, a modéstia devia ser uma qualidade sua e, em vida, dispôs para que não se divulgassem sua morte pela imprensa, que não houvesse convites para o funeral (que deveria ser de última classe), nem que lhe publicassem os legados. Por isso, uma pequena desobediência do eminente historiador foi proveitosa para muitos⁸⁵.

85 Biblioteca Nacional - Obras Raras Ver Capistrano de Abreu. Nota biográfica. In *Suplemento ao*

Mesmo que pretendesse organizar um acervo perto da “totalidade ideal”, isto é, ter todas as obras que julgasse necessárias para formar uma grande biblioteca, Paz certamente não obteria êxito. Essa perfeição não poderia ser atingida nem pelas bibliotecas públicas, com política de compras e depósito legal em funcionamento. Mas não seria esse seu objetivo, pois, pelos livros que reuniu durante sua longa vida, desejava determinadas obras e livros escolhidos que organizou de acordo com seus padrões pessoais de sistematização. Esses padrões eram tão próprios e pessoais que quase derrotaram os profissionais que quiseram dar uma classificação, dentro de um critério universal, ao conjunto de livros do bibliófilo.

No entanto, esses padrões próprios dentro de uma biblioteca particular não constituem uma exceção, pois esta ordem parte de uma deliberação interior, que pode contemplar a ordem alfabética, associações mnemônicas, caprichos de grupá-las por afinidade ou por autores preferidos. Como se pode ver, as possibilidades são tão numerosas que qualquer opção podia ser considerada a “ordem” de Francisco Ramos Paz, por conjuntos de associações, conexões ou afinidades. Um exemplo vivo dessa sua característica pessoal era a existência das coleções factícias. Nelas ele reuniu um sem número de informações de tudo que dizia respeito ao tema ou autor objeto de seu interesse: recortes de jornais, discursos, autógrafos, tudo que se associasse à matéria. Entretanto, essa sua complexidade levou os catalogadores do acervo a enormes dificuldades.

Os profissionais encarregados da elaboração do catálogo de Ramos Paz tiveram o mérito de retirar do “caos” seu acervo, mas não foram excessivamente minuciosos quanto a formato do catálogo, uma vez que não tiveram muito tempo e perderam a ajuda de um erudito e profundo conhecedor da personalidade do amigo que era Capistrano. Na redação dos verbetes os senhores Edgard de Araújo Romero, Cícero de Britto Galvão e Cassius Berlink, todos da Biblioteca Nacional, fizeram grandes esforços.⁸⁶ Aproveitaram todas as anotações disponíveis do próprio Paz para incluir nos comentários específicos sobre determinadas obras a classificação inicial sugerida por Capistrano, mas tiveram todas as limitações impostas pelo tempo exíguo e pela inexistência de qualquer organização preliminar

Depararam-se, para sistematizar em 7 meses, com 11 mil obras, muitas das quais integravam anotações manuscritas sob o ponto de vista bibliográfico, tendo havido necessidade de recorrer aos repertórios de algumas para verificar se estavam ou não completas, principalmente nos dicionários que frequentemente paravam a publicação no primeiro volume.

catálogo da biblioteca de Francisco Ramos Paz. Adquirida pelo Dr. Arnaldo Guinle. Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Commercio de Rodrigues & Cia., 1920. p. I-VII.

86 Biblioteca Nacional-Obras Raras. Cassius Berlink. Nota Explicativa In *Catálogo da Biblioteca de Francisco Ramos Paz*. Adquirida pelo Dr. Arnaldo Guinle. Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Commercio de Rodrigues & Cia., 1920.

Os principais defeitos do catálogo foram apontados pelos seus autores: certa falta de coordenação no conjunto, erros bibliográficos, transposição da ordem alfabética, atribuídos à disposição dos livros, que não estavam facilmente acessíveis como na generalidade das bibliotecas.

Mas eles mesmos indicaram seus pontos positivos, vinculados à rara qualidade do conjunto selecionado por longo tempo, ainda em vida de seu proprietário. Muitos detalhes reuniram-se para preservar no catálogo aquilo que seria útil e interessante para qualquer bibliófilo. O catálogo, diziam seus autores, não era, neste caso, uma simples enumeração de obras: ele absorveu todas as características ricas e originais da biblioteca de Francisco Ramos Paz. Nele ficou retratado o esforço pessoal de Paz para formar um tesouro ao mesmo tempo em que, zeloso das trocas naturais entre aficionados, mantinha exemplares extras de obras quando, eventualmente, necessitasse de permuta.

No catálogo preparado para o leilão da biblioteca, fato que acabou não ocorrendo graças às ações de Capistrano, Ramiz Galvão e tantos outros, com a entrada triunfante de um mecenas inesperado, Arnaldo Guinle, ela foi comprada e doada na integralidade ao acervo da Biblioteca Nacional. Dessa forma, detalharam-se aspectos da biblioteca reunida de forma intuitiva, o que representou um grande esforço para os organizadores do catálogo.

Os acontecimentos contemporâneos têm mostrado, de forma implacável, que o fim de muitas bibliotecas ocorre de forma amiudada e que a diminuição da prática do mecenato e a crescente ausência do poder público as colocam à mercê de diversas pragas: as físicas, como insetos, fungos, incêndios e inundações; e as humanas, com oportunismos de toda sorte. Geralmente, para formá-las, foram necessários muitos anos e tenacidade, com indivíduos como Ramiz Galvão e Ramos Paz, como baluartes.

Referências

BESSONE, Tania Maria. *Palácios de destinos cruzados. Bibliotecas, homens e livros no Rio de Janeiro (1870-1920)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional. 1999.

BERLINK, Cassius. *Suplemento ao catálogo da biblioteca de Francisco Ramos Paz*. Adquirida pelo Dr. Arnaldo Guinle. Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Commercio de Rodrigues & Cia., 1920.

BERLINK, Cassius. *Catálogo da Biblioteca de Francisco Ramos Paz*. Adquirida pelo Dr. Arnaldo Guinle. Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Commercio de Rodrigues & Cia., 1920.

BLAKE, Sacramento. *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Imp. Nacional, 1883-1902. v. 12.

CALDEIRA, Ana Paula Sampaio. *O Bibliotecário perfeito, o historiador Ramiz Galvão na Biblioteca Nacional*. Porto Alegre: EDIPUCRS; Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2017.

CÂNDIDO, Antônio. A evolução da cultura de um homem se evidencia nos livros que leu. *Notícia Bibliográfica e Histórica*. Campinas, n. 138, p. 82-86, 1990.

GALVÃO, Benjamim Franklin Ramiz. *Relatório do bibliotecário da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro: Tip. Nacional, 1876.

MINDLIN, José. *No mundo dos livros*. Rio de Janeiro, Agir, 2009.

RODRIGUES, José Honório (Org.). *Correspondência de Capistrano de Abreu*. Rio de Janeiro/Brasília: Civilização Brasileira/INL, 1977. v. 2.

SANTOS FILHO, Lycurgo de Castro. *História Geral da Medicina Brasileira*. São Paulo: Hucitec/Ed. da Universidade de São Paulo, 1991. v. 2.

**Da Minha Casa Para Todos:
a institucionalização de acervos bibliográficos privados**

Comissão Organizadora:

Fabiano Cataldo de Azevedo
Fábio Marques
Fátima Duarte de Almeida
Maria Celina Soares de Mello e Silva
Maria Claudia Santiago
Tarcila Peruzzo

Comissão Acadêmica:

Fabiano Cataldo de Azevedo
Maria Celina Soares de Mello e Silva
Paulo Elian
Simone Rocha Weitzel

REALIZAÇÃO



Ministério da
Saúde

APOIO



WILEY

ELSEVIER



dot.lib



Agência Brasileira do ISBN

ISBN 978-85-60069-82-8



9 788560 069828

REALIZAÇÃO



Ministério da
Saúde

APOIO



WILEY

ELSEVIER



dot.lib

